



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



MARIA DAS GRAÇAS DA CRUZ BARBOSA

DOM JOSÉ MARIA PIRES:
AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA PALAVRA E DOS DIREITOS HUMANOS
EM TEMPOS DITATORIAIS
(1964-1985)

JOÃO PESSOA
2023

MARIA DAS GRAÇAS DA CRUZ BARBOSA

**DOM JOSÉ MARIA PIRES:
AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA PALAVRA E DOS DIREITOS HUMANOS
EM TEMPOS DITATORIAIS
(1964-1985)**

Texto apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para defesa de doutorado. Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria
Elizete Guimarães Carvalho

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação Seção de

B238d Barbosa, Maria Das Graças da Cruz.

Dom José Maria Pires : as práticas educativas da palavra e dos direitos humanos em tempos ditatoriais (1964-1985) / Maria Das Graças da Cruz Barbosa. - João Pessoa, 2023.

165 f. : il.

Orientação: Maria Elizete Guimarães Carvalho. Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Dom José Maria Pires. 3. Ditadura militar - Paraíba. 4. Práticas educativas. 5. Direitos humanos. I. Carvalho, Maria Elizete Guimarães. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

Catálogo e Classificação

MARIA DAS GRAÇAS DA CRUZ BARBOSA

DOM JOSÉ MARIA PIRES:
AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA PALAVRA E DOS DIREITOS HUMANOS
EM TEMPOS DITATORIAIS (1964-1985)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para defesa de Doutorado.

Linha de pesquisa: História da Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho

Resultado: Aprovada
João Pessoa, 31 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho

Orientadora (Presidente da Banca)- Universidade Federal da Paraíba-UFPB



Profa. Dra. Fabiana Sena

Membro da Banca (Avaliador Interno)-UFPB



Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim

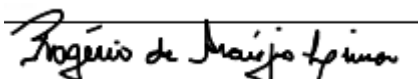
Membro da Banca (Avaliadora Interna) – UFPB



Profa. Dra. Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto
SIAPE 3140604
DPEC - CE - UFRN

Profa. Dra. Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto

Membro da Banca (Avaliadora Externa)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN



Prof. Dr. Rogério de Araújo Lima

Membro da Banca (Avaliador Externo)-UFRN

Para os amores de minha vida:
Wellington e nossos filhos,
Antonio Miguel, João Mateus
e Pedro Joaquim.

A Dom José Maria Pires (*in memoriam*).

Às vítimas da Ditadura.

Às gerações de agora e às futuras, para que possam,
com Dom José, aprender a lutar por mais amor e dignidade.

A vocês, dedico.

“[...] É preciso abrir a janela. Porém, sabendo que o que se vê quando a janela se abre nunca é da ordem do “pré-visto” [...].
[...] Porque as palavras, algumas palavras, antes que se desgastem ou se fossilizem para nós, antes de permanecerem capturadas, também elas, pelas normas do saber e pelas disciplinas do pensar, antes que nos convertam ou as convertamos em parte de uma doutrina ou de uma metodologia, antes que nos subordinem, ou as subordinemos a esse dispositivo de controle de pensamento que chamamos “investigação”, ainda podem conter um gesto de rebeldia, um não, e ainda podem ser perguntas, aberturas, inícios, janelas abertas, modos de continuar vivos, de prosseguir, caminhos de vida, possibilidades do que não se sabe, talvez”.

(LARROSA, 2019, p. 75).

AGRADECIMENTOS

Agradecer é a oportunidade de reconhecer a importância do outro e sua coparticipação na trajetória percorrida, gesto particular em que se externa o afeto e o sentimento da gratidão. Por isso, utilizando-me da primeira pessoa do singular, agradeço às pessoas e instituições que, de alguma forma, foram parte desse processo de Doutorado.

Implícito à atitude do agradecimento, a humildade faz morada, pois para além do conhecimento elaborado em algum Curso, palestra, leitura, formação acadêmica ou na própria vida, tão importante é a construção da humildade. A vida tem me ensinado, diariamente, essa lição. Considerando essa aprendizagem, trato da “humildade científica” trazida à tona por Eco (1999), Freire (2011) e tantos outros estudiosos que reconhecem na pesquisa o *lócus* formativo. E mesmo sabendo que sua construção é um *trabalho solitário* a ser realizado pelo/a pesquisador/a, sua tessitura é colaborativa e se realiza a partir e com outras pessoas. Fazendo *jus* a essa propositura e à “humildade científica” que a impele, torno pública a gratidão a cada pessoa e instituição doravante mencionadas, sem as quais não teria conseguido.

Início agradecendo a Deus por todas as situações em que pude vivenciar a experiência Larrousiana (2019) “dos acontecimentos que tocam a alma” e que me permitiram ampliar os horizontes da aprendizagem Freireana (2011) do “ser mais”, mais humana, mais resistente, mais forte.

Quanto às pessoas, em especial agradeço a meus pais Maria Neves e João Júlio, pela educação que me deram e por tudo que me ensinaram. À minha mãe, em especial, por todas as vezes que contei com seu apoio para dar andamento a este trabalho.

Às minhas queridas irmãs Gerlane e Goretti e sobrinhos que tanto amo: Júlia, Larissa, Ian e Gustavo, meu carinho. À Júlia, em especial, pelas conversas sobre os percalços enfrentados que me ajudaram a chegar até aqui.

Ao meu esposo e amigo José Wellington pela paciência nos dias difíceis e apoio nos momentos em que me vi fraquejar. Aos nossos filhos Antonio Miguel (com oito anos), João Mateus (dois anos) e a Pedro Joaquim (um mês de vida), como agradecê-los? Apenas amá-los, na certeza de que neles encontrei, e encontro, os motivos para seguir em frente.

Às amigas: Luciana Martins, Eliane Cristina e Maria Luciene Ferreira pela amizade e afeto. Aos colegas da Turma 39 do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e aos colegas do Mestrado em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPB, por ter cursado, junto com vocês, no Componente Curricular Tópicos Especiais Educação em Direitos Humanos IV, a disciplina “Paulo Freire: uma pedagogia para a libertação do homem”, ministrada pela Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho.

À Professora Inês Teixeira, *in memoriam*, o reconhecimento e a saudade. Quis Deus, antes de sua partida para o céu, lhe trazer de Minas Gerais, que também era a terra natal de Dom José Maria Pires, para ministrar as aulas de Pesquisa Social na Pós-Graduação do PPGE/UFPB.

Aos membros da Banca, por terem aceitado fazer parte deste momento e pelas contribuições teóricas para a pesquisa. À Professora Orientadora Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho o carinho e gratidão de uma relação de conhecimento e aprendizagem construída no respeito da convivência, iniciada desde a Graduação em Pedagogia. Sua postura ética, olhar atento e rigor muito contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal. Obrigada por acreditar em mim e que “não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas” (DRUMMOND, 2023).

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, à Coordenação do Programa e ao corpo técnico e administrativo.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba-HISTEDBR/PB e ao Grupo de Estudos de Direitos Humanos, particularmente aos participantes do ano de 2019 do Projeto PROLICEN, “Educação em Direitos Humanos: formando graduandos do Curso de Pedagogia/CE/UFPB para a paz e para a cidadania”.

Aos Professores: Cristiano Amarantes da Silva pela entrevista concedida e a Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira pelas memórias publicizadas em sua tese “A educação popular na Arquidiocese da Paraíba (1966-1985)”. E ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, na pessoa de Ricardo Grissi, gratidão pela prontidão e orientação no acesso aos documentos sobre o objeto.

A Bruna Katherine Guimarães Carvalho pelo trabalho de revisão da língua e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A Dom José Maria Pires, *in memoriam*, gratidão pelas emoções que me causou, pelas experiências, aprendizagens e amadurecimento realizados na oportunidade que tive de refletir sobre suas práticas educativas.

Como forma de agradecimento ofereço-lhes os versos do poeta Mário Quintana (2023):

A vida

Depois de muitas quedas, eu descobri que às vezes,
quando tudo dá errado, acontecem coisas tão maravilhosas
que jamais teriam acontecido se tudo tivesse dado certo.
Eu percebi que quando me amei de verdade,
pude compreender que, em qualquer circunstância,
eu estava no lugar certo, na hora certa.

Então pude relaxar...
pude perceber que o sofrimento emocional
é um sinal de que estou indo contra a minha verdade.
Parei de desejar que a minha vida fosse diferente
e comecei a ver que tudo o que acontece
contribui para o meu crescimento.

Desisti de querer ter sempre razão
e com isso, errei muito menos vezes.
Desisti de ficar revivendo o passado
e de me preocupar com o futuro.
Isso me mantém no presente, que é onde a vida acontece.
Descobri que na vida, a gente tem mais é que se jogar,
porque os tombos são inevitáveis.

Percebi que a minha mente
pode me atormentar e me decepcionar.
Mas quando eu a coloco a serviço do meu coração,
ela se torna uma grande e valiosa aliada.
Também percebi que sem amor,
sem carinho e sem verdadeiros amigos,
a vida é vazia e se torna amarga.

Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver,
apesar de todos os desafios,
incompreensões e períodos de crise.
É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida.
Pedras no caminho?
Guardo todas, um dia vou construir um castelo.

Por menos “pedras no caminho” e mais gestos de amor, gratidão e liberdade.

RESUMO

A presente tese teve por objeto de estudo a prática educativa presente na ação pastoral e nos escritos de Dom José Maria Pires, no recorte temporal de 1964 a 1985, na Arquidiocese da Paraíba. Cenário de perseguições e violações de direitos durante a Ditadura, a Paraíba foi também o “lugar” (CERTEAU, 2012) de luta e resistência. A problemática da pesquisa questionou se, em meio à conjuntura ditatorial, poderia um arcebispo promover processos educativos de conscientização em prol da cidadania das pessoas pobres e socialmente marginalizadas? Considerando o cenário nacional e local da época, questionou-se e refletiu-se sobre o elemento educativo contido na ação pastoral e posicionamentos implementados pelo arcebispo frente aos ditames do Regime de Exceção. O objetivo geral analisou o elemento educativo da ação pastoral e escritos do arcebispo, com fulcro nas cartas pastorais, homilias, discursos, e memórias individuais e/ou coletivas (HALBWACHS, 2006). A metodologia adotada guiou-se pela pesquisa documental e pela História Oral Temática. O método fundamentou-se no paradigma indiciário em articulação com a perspectiva hermenêutica interpretativa das subjetividades. As categorias de análise perpassaram o arcabouço teórico da narrativa em Benjamin (1987), a experiência em Larrosa (2019); a liberdade em Freire (1967; 2000; 2011), entre outros. Os resultados indicaram que o episcopado de Dom José Maria Pires foi configurado pela prática educativa da Palavra e dos Direitos Humanos e esteve fundamentado na Teologia da Libertação e na pedagogia Freiriana, corroborando para o argumento de tese.

Palavras-chave: Dom José Maria Pires. Educação. Ditadura. Palavra e Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present thesis had as object of study the present educational practice in Dom José Maria Pires' pastoral action and writings, in the time frame from 1964 to 1985, in the Paraíba's Archdiocese. Scene of persecution and violation of rights during the Dictatorship, Paraíba was also the “place” (CERTEAU, 2012) of struggle and resistance. The problem of the research questioned whether, during the dictatorial situation, could an archbishop promote educational processes of awareness in favor of the citizenship of poor and socially marginalized people? Considering the national and local scenario of the time, it was questioned and reflected on the educational element contained in the pastoral action and positions implemented by the archbishop in face of the Regime of Exception dictates. The general objective analyzed the educational element of the archbishop pastoral action and writings, focusing on pastoral letters, homilies, speeches, and individual and/or collective memories (HALBWACHS, 2006). The methodology adopted was guided by the documental research and the Thematic Oral History. The method was based on the evidence paradigm in articulation with the interpretative hermeneutic perspective of subjectivities. The analysis categories permeated the theoretical framework of the narrative in Benjamin (1987), the experience in Larrosa (2019); the freedom in Freire (1967; 2000; 2011), among others. The results indicated Dom José Maria Pires' episcopate was shaped by the educational practice of the Word and human rights and was based on Liberation Theology and Freire's pedagogy, corroborating to the thesis argument.

Key words: Dom José Maria Pires. Education. Dictatorship. Word and Human Rights.

RESUMEN

La presente tesis objeto de estudio la práctica educativa presente en la acción pastoral y en los escritos de Don José Maria Pires, en el período de 1964 a 1985, en la Arquidiócesis de Paraíba. Escenario de persecución y violación de derechos durante la Dictadura, la Paraíba fue también “lugar” (CERTEAU, 2012) de lucha y resistencia. La problemática de la investigación cuestionó si, en medio de la situación dictatorial, ¿podría un arzobispo promover procesos educativos de concientización a favor de la ciudadanía de las personas pobres y socialmente marginadas? Considerando el escenario nacional y local de la época, se cuestionó y se reflexionó sobre el elemento educativo contenido en la acción pastoral y posiciones implementados por el arzobispo frente a los dictados del Régimen de Excepción. El objetivo general analizó el elemento educativo de la acción pastoral y los escritos del arzobispo, centrándose en cartas pastorales, homilías, discursos y memorias individuales y/o colectivas (HALBWACHS, 2006). La metodología adoptada se guió por la investigación documental y la Historia Oral Temática. El método se basó en el paradigma indiciario en articulación con la perspectiva hermenéutica interpretativa de las subjetividades. Las categorías de análisis pasaron por el marco teórico de la narrativa en Benjamin (1994); la experiencia en Larrosa (2019); la libertad y *praxis* de Freire (1967; 2000; 2011); entre otros. Los resultados indicaron que el episcopado de Dom José Maria Pires estuvo conformado por la práctica educativa de la Palabra y Derechos Humanos y se basó en la Teología de la Liberación y la pedagogía de Freire, corroborando para el argumento de la tesis.

Palabras clave: Dom José Maria Pires. Educación. Dictadura. Palabra y Derechos Humanos.

LISTA DE SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

APA - Ação Pastoral Arquidiocesana

AI-5- Ato Institucional nº 5

CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CDDH-Centro de Defesa dos Direitos Humanos

DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos

DH - Direitos Humanos

EDH - Educação em Direitos Humanos

FUNESC - Fundação Espaço Cultural

IHGP-Instituto Histórico e Geográfico

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC- Ministério da Educação

NEABI- Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas

NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

ONU - Organização das Nações Unidas

PSD- Partido Social Democrata

SNI - Serviço Nacional de Informação

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UDN - União Democrática Nacional

VINOCOR - Associação Vida Nova para Córregos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Dom José Maria Pires, 1966.....	57
Figura 2: José Maria Pires e outros seminaristas	62
Figura 3: Bula Papal de nomeação de Dom José Maria Pires	65
Figura 4: Ata de Posse de Dom José Maria Pires	66
Figura 5: Escola Estadual Dom José Maria Pires	72
Figura 6: Escola Bilíngue Dom José Maria Pires	73
Figura 7: Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires	74
Figura 8: Inauguração do busto de Dom José Maria Pires, em Córregos/MG	76
Figura 9: Dom José Maria Pires no Concílio Vaticano II.....	80
Figura 10: Bispos durante 1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano...	89
Figura 11: Capa do livro “Do Centro à Margem”, 1. ed. 1978.....	103
Figura 12: Trecho da Palestra de Dom José sobre os Direitos Humanos, 1978	117
Figura 13: Trecho do Documento do SNI sobre Carta Pastoral de Dom José Maria Pires	118
Figura 14: Ficha de Dom José Maria Pires do Serviço Nacional de Informação (SNI)	120
Figura 15: Dom José, Dom Helder e outros bispos com agricultores em Alagamar/PB, em 1980	121
Figura 16: Dom José Maria Pires e agricultores tangendo o gado, Alagamar/PB, 1980	122
Figura 17: Carta da Arquidiocese da Paraíba sobre Alagamar/PB, 1980	123
Figura 18: Agricultor Severino Izidro, autor da Cantara de Alagamar	126

Figura 19: Mobilização dos agricultores de Alagamar ao Presidente Ernesto Geisel	127
Figura 20- Gráfico 1 - Pesquisas de Pós-Graduação sobre Dom José Maria Pires (UEPB).....	158
Figura 21- Gráfico 2 - Linhas de Pesquisa que fazem referência a Dom José Maria Pires (UEPB).....	158
Figura 22- Gráfico 3 - Pesquisas sobre Dom José Maria Pires e/ou sua ação pastoral/educativa (UEPB).....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fontes escritas sobre Dom José Maria Pires	152
Quadro 2- Teses e dissertações sobre Dom José Maria Pires na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).....	155
Quadro 3- Livros escritos por Dom José Maria Pires	159
Quadro 4- Livros escritos sobre Dom José Maria Pires	159
Quadro 5- Artigos científicos sobre Dom José Maria Pires	160
Quadro 6- Sítios virtuais consultados	161

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Tempos de Solidão: entre a (re)escrita de si e a tese	17
1.2	Itinerário(s): Tempo, História e Memória	31
2	DOM JOSÉ MARIA PIRES: TRAÇOS DE UM BIOGRAFEMA	45
2.1	Dom José e os “anônimos”: Biografemas sobre si, e para o(s) outro(s)	45
2.2	Dom José e as narrativas da memória: um biografema biográfico	52
2.3	Dom José Maria Pires e os “lugares de memória”	72
3	DOM JOSÉ E A IGREJA DOS POBRES: FUNDAMENTOS DE UMA PRÁXIS?	78
3.1	A Teologia da Libertação na perspectiva de Dom José Maria Pires	78
3.2	“A Conferência de Puebla e a prática pastoral da Igreja da Paraíba”	88
3.3	“Para que todos sejam um”	91
	HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE DOM JOSÉ MARIA PIRES EM	
4	TEMPOS DE DITADURA: A PRÁTICA EDUCATIVA DA PALAVRA E DOS DIREITOS HUMANOS	96
4.1	A palavra em Dom José Maria Pires: ecos da resistência	96
4.2	Dom José e a causa social do pobre: a palavra liberdade	103
4.3	Contra as repressões da Ditadura: a palavra e os Direitos Humanos	108
4.4	A luta camponesa: “a não-violência enfrenta as armas convencionais”	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA PEDAGOGIA DA PALAVRA	129
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICES	141
	Apêndice A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada	142
	Apêndice B - Transcrição de entrevista	143
	Apêndice C - Levantamento do Estado da Arte	152
	ANEXOS	162
	Anexo A - Certidão de Anuência	163
	Anexo B - Paracer Consubstanciado do Comitê de Ética	164

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tempos de Solidão: entre a (re)escrita de si e a tese¹

—“Qual seu sonho?”, “Qual o seu medo?”. Com essas perguntas a Professora Inês Teixeira, *in memoriam*, iniciava as aulas da disciplina Pesquisa Social, da Turma 39 do Doutorado em Educação. Questionamentos cruciais para o pesquisador das ciências humanas que não pretende deixar-se “endurecer” pelo rigor científico, mas que pelo contrário quer tornar o fazer acadêmico um *lugar* pedagógico não apenas voltado para a construção do conhecimento, mas, sobretudo, da humanização.

Por isso, essas perguntas me fizeram refletir sobre qual seria, para mim, o sentido de realizar uma pesquisa e cursar o Doutorado; ou melhor quais seriam os sentidos atribuídos à prática acadêmica e à vida implícita na elaboração de uma tese. As respostas impregnadas de relações de sentido, estabeleceram os elos entre a ciência, a vida e o direito à felicidade -ou o direito à busca da felicidade² (SOUZA; SANTOS, 2018). É nesse sentido, que as conexões entre o que é, o que se pretender ser enquanto sujeito histórico inconcluso e inacabado (FREIRE, 2011) e a produção do conhecimento, materializada na escritura desta pesquisa, convergiram - ou pretenderam convergir- para que a formação científica estivesse fundamentada para e na formação do humano em seu processo de humanização.

Sobre o direito à felicidade (ou o direito a sua busca) a Proposta de Emenda Constitucional nº 19, de 2010³, permitiu maior visibilidade ao reconhecimento do direito à busca da felicidade como um Direito Humano fundamental. Tal premissa parte do pressuposto de que a felicidade (ou a sua busca) é parte constituinte da dignidade humana. Uma das formas de primar por esta garantia é justamente estreitar os laços entre a ciência e a vida. É sob esta perspectiva que esta pesquisa propôs refletir sobre o elemento

¹ Compartilho que considerável parte da pesquisa foi realizada em meio a um momento muito difícil e doloroso para a História: a pandemia do Covid-19. No segundo ano de curso do Doutorado, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretava a crise de saúde pública do Covid-19 ao nível de pandemia, tendo em vista a rápida disseminação do vírus e sua gravidade.

² Conforme os estudos de Souza; Santos (2018) o direito à felicidade (ou o direito à busca da felicidade) tem sido objeto de discussão no meio acadêmico, político e jurisdicional brasileiro.

³ BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2010. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/97622>. Acesso em 29/03/2023.

educativo contido na ação pastoral e na prática da palavra do arcebispo Dom José Maria Pires, frente aos ditames do Regime de Exceção da Ditadura.

Os tempos de solidão a que me refiro dizem respeito ao processo de amadurecimento pessoal e teórico, iniciado com a Graduação e continuado no Doutorado, os quais foram acontecendo em paralelo aos dilemas da vida e aos diversos “papeis” demandados (mãe, esposa, dona de casa, professora, supervisora educacional e pesquisadora) no decorrer do trabalho. Esses aspectos convergiram para uma tese tecida no âmago da vida, em que a narrativa de Benjamin (1987) e a experiência de Larrosa (2019) constituíram-se fundamentos norteadores do caminhar, questionar, sentir e fazer a pesquisa.

Essas bases teóricas, Benjamin (1987) e Larrosa (2019), foram colocadas em diálogo com a pedagogia Freireana (2011), pois compreende-se que os processos (re) elaborativos da (re) escrita de si e do(s) outro(s) sujeito(s), presente nas práticas educativas de Dom José Maria Pires, objeto investigado, fundamentam-se no paradigma da liberdade e compõem o primado da ciência.

Dessa forma, atentou-se para os ensinamentos de Benjamin (1987) nos textos: “O narrador” e “Experiência e Pobreza”, os quais alertavam para os fenômenos da aceleração do tempo e o excesso de informação como principais motivadores do fim da narrativa, pois cada vez mais as pessoas não realizem a experiência de vivenciar as situações que lhes acontecem, e, assim, afastadas da experiência são incapacitadas de sentir, refletir, agir e/ou transformar a realidade.

Compreender a gravidade desse alerta e, de certa forma, agir em objeção a este fenômeno, “que é o fim da narrativa”, foi uma das motivações para tratarmos as práticas educativas de Dom José Maria Pires como objeto/sujeito de estudo. Ora, tais práticas foram também narrativas imbricadas à realidade opressora daquele contexto ditatorial, pois instigaram pensamentos, palavras e atitudes outras divergentes e/ou conflitantes ao regime ditador. Investigá-las foi o propósito.

Partindo dessa perspectiva, além de compor os aportes conceituais a narrativa e a experiência foram os marcadores de análise deste trabalho, qual esteve perpassado pela rigorosidade da ciência e pelo contexto da vida particular; contribuindo para que o pensamento de Benjamin (1987, p. 226) acerca do *Anjo da História* se tornar-se representativo para se pensar o fazer historiográfico desenvolvido:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987, p. 226).

O *Anjo da História* de Benjamin (1987) está “preso” a um passado que se faz presente, qual se denomina História do Tempo Presente⁴ justamente porque dizem respeito aos acontecimentos que deixaram “marcas em aberto”. Neste caso o *passado que não quer passar* é o da Ditadura, pois dizem respeito à justiça e reparação à história e memória das pessoas- e seus familiares- vítimas das atrocidades cometidas; quer seja para colocar em evidência a democracia através das práticas de resistência e fortalecer a militância em torno dos Direitos Humanos; ou para que as violações decorrentes desse regime antidemocrático não se repitam. Tais atitudes são possíveis porque:

Ao assumir o caráter histórico-cultural do objeto de estudo e do próprio conhecimento como uma construção que se realiza entre sujeitos, essa abordagem consegue opor aos limites estreitos da objetividade uma visão humana da construção do conhecimento. (FREITAS, 2003, p. 26).

Considerar o aspecto histórico-cultural que envolve o objeto de estudo significa contribuir para que o fazer científico possa transcender as barreiras do status do saber e tornar-se mais humanizado, não frio ou distante, mas perceptível, capaz de indignar (indignar-se) e transformar os sujeitos envolvidos.

É nesse sentido, que os processos (re)elaborativos da (re)escrita de si, vivenciados no âmbito pessoal e acadêmico, desde a dúvida sobre a continuidade dos estudos através de uma Pós-Graduação, até a certeza de sua realização, compõem o viés interdisciplinar

⁴ Surgiu na França entre os anos de 1978 e 1980, com a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), qual tinha por objetivo abordar situações do passado próximo. Outra característica é o caráter de militância incorporada à História do Tempo Presente, porque “retoma” questões dolorosas como: o Holocausto, as memórias da Guerra, as ditaduras, dentre outros fatos históricos, que ainda se encontram em aberto pelos danos causados.

os quais estiveram fundamentados na teoria da memória, à pesquisa documental e (auto)biográfica.

Partindo do pressuposto dos acontecimentos que tocam e inquietam (LARROSA, 2019), o distanciamento de três anos das discussões acadêmicas após a conclusão dos Mestrados⁵, colocou-me diante da sensação de despreparo teórico para um processo seletivo a nível de Doutorado e sobre o que tornar objeto de estudo.

Para superar esses dilemas, o retorno ao Grupo de Estudos de Direitos Humanos do Programa de Licenciaturas (PROLICEN) no ano de 2019, através do Projeto “Educação em Direitos Humanos: formando graduandos do Curso de Pedagogia/CE/UFPB para a paz e para a cidadania”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho, e a ideia por ela sugerida de um objeto de pesquisa sobre Dom José Maria Pires, foram cruciais para que eu me preparasse e me fortalecesse.

E assim, tendo em vista o trabalho do arcebispo com os Direitos Humanos (DH) e sua representatividade para o campo educacional, meses depois, desenvolvi o projeto de tese sobre suas práticas educativas. No terceiro ano de tentativa, fui aprovada, juntamente com os colegas da Turma 39 e, em março de 2019, iniciei o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

É por este sentido de (re)escrita de si, sem desmerecer a contribuição e importância de todos os envolvidos, considerando as sugestões da Banca no momento da Qualificação e inspirada na tese de Lima (2019), que fez seus agradecimentos em primeira pessoa; peço licença ao plural de modéstia e nesta parte introdutória, utilizando a primeira pessoa do discurso, aponto algumas experiências, considerando Larrosa (2019) e as relações com o(s) lugar(es) social(is) (CERTEAU, 2012) em que a escrita e desenvolvimento desta tese foram sendo construídas.

Ressalto que foi um caminhar “solitário” de (re)fazer a mim mesma e as vivências compuseram a materialidade das formas de dizer a mim e sobre mim, as quais Freire (2011) denominou “pronúncia do mundo”. Em meio a essa pronúncia de mim para o mundo, compreendida por Freire (2011) como atitude interventiva de agir sobre a

⁵ Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Ambos vinculados à Universidade Federal da Paraíba e concluídos no ano de 2014.

realidade, reconheci as inferências dos lugares de produção do sujeito que se dispôs a pesquisar e do objeto de estudo analisado (CERTEAU, 2012); os quais, articulados à perspectiva dialógica (FREIRE, 2011), tornaram possíveis a elaboração inventiva de minhas relações com a pesquisa e comigo mesma.

No que se refere à delimitação do objeto de estudo, este concentrou-se nas práticas educativas decorrentes da ação pastoral de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba, no recorte temporal de 1964 a 1985. O argumento de tese compreendeu as ações pastorais desenvolvidas por Dom José naquele contexto ditatorial, para além da evangelização, que se configuraram em práticas educativas questionadoras e transformadoras da realidade e forjaram, junto com as pessoas vitimizadas pelo Regime, uma *práxis* da Palavra e dos DH.

Tais ações pastorais poderiam ser compreendidas como práticas educativas de resistência e libertação? De que forma um arcebispo desenvolveria ações de luta e a leitura crítica da realidade, denunciando e reivindicando a defesa dos Direitos Humanos (DH) em meio à conjuntura adversa da Ditadura e seu aparato repressivo, a exemplo da tortura, perseguição e censura?

Dessa forma, as motivações para a pesquisa surgiram da representatividade histórica em torno de Dom José Maria Pires, reconhecido por seu engajamento social, discursos realizados, ações desenvolvidas e pela representação implícita à condição de arcebispo. Afinal, não falava de um lugar social comum, mas a partir do lugar simbólico da posição que ocupava sendo arcebispo, o qual representava uma instituição de poder e saber (CERTEAU, 2012).

No que se refere à relevância social e acadêmica⁶ o estado da arte revelou diversas abordagens em torno de Dom José Maria Pires e sobre sua ação pastoral na Arquidiocese da Paraíba, dentre as quais o trabalho de Barbosa (2017), intitulado “A influência da igreja na organização social dos camponeses de Alagamar/PB”, o qual analisou os elementos históricos e sociais e a contribuição do episcopado de Dom José Maria Pires nesse processo de luta com os camponeses pela posse da Terra na Fazenda Alagamar/PB.

⁶ O levantamento do Estado da Arte em torno do objeto de estudo, indicou que no âmbito da UFPB, as pesquisas sobre Dom José Maria Pires se concentraram nas áreas da Educação, Direitos Humanos, História e Ciências das Religiões. No âmbito da Educação apontaram o índice de 59% (cinquenta e nove por cento); e em relação às Linhas de Pesquisa da UFPB, constatee na Linha da Educação Popular o maior indicativo, 56% (cinquenta e seis por cento). Ver Apêndice D.

Outro trabalho foi a dissertação de Pereira (2012) no Mestrado em Educação da UFPB, qual teve por título: “Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980”. Abordando a atuação política e a defesa dos Direitos Humanos implementadas por Dom José Maria Pires, enquanto esteve à frente da Diocese de Araçuaí (MG) e da Arquidiocese da Paraíba.

Já o trabalho de Neves (2014), “História e memória *da luta do povo de Alagamar*: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular”; analisou as práticas desenvolvidas pela Arquidiocese da Paraíba/Dom José Maria Pires, em Alagamar/PB, em meio a luta pelo direito de posse à terra realizado no movimento social de Alagamar. Em ambas as pesquisas a metodologia da história oral e os lugares de memória (NORA, 1993) marcaram as entrelinhas do bispado de Dom José Maria Pires.

Giacomeli (2001), com a dissertação “Igreja Viva: uma análise da dimensão educativa da ação popular da Arquidiocese da Paraíba -1966 a 1973”, através da memória e da história oral investigou a Ação Pastoral Igreja Viva, implementada na Arquidiocese da Paraíba entre o período de 1969-1973, como parte da nova proposta da Igreja em defesa dos pobres e oprimidos.

““Do Centro para a Margem”: Um estudo histórico-antropológico do processo de ascensão, declínio e reinvenção das CEBs, o Caso da Comunidade São Benedito-Santa Rita/PB”, foi o trabalho de Santos (2016) e teve por finalidade analisar o processo de ascensão, declínio e reinvenção das Comunidades Eclesiais de Base –CEBs, importante movimento praticado pela Arquidiocese junto as comunidades periféricas e carentes.

Outro trabalho de relevância sobre as práticas de Dom José Maria Pires foi o de Souza (2011), intitulado “Educação popular e teologia da enxada: Afinidades, convergências e complementaridades”, sobre a criação do Seminário Rural da Arquidiocese da Paraíba, o qual contou com o apoio e incentivo de Dom José Maria Pires e teve por objetivo apoiar as Comunidades Eclesiais de Base. A partir da teoria da memória e da metodologia da história oral Souza (2011) analisou a Teologia da Enxada, desenvolvida em 1981, como uma experiência de formação religiosa com bases na teoria da educação e do meio popular.

Já a dissertação de Duarte (2011), “A caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no Brasil: terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na

Paraíba”, teve por objeto de estudo o Centro e Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba. Instituição pioneira no Brasil, criada por iniciativa pessoal de Dom José Maria Pires no ano de 1975, como um órgão auxiliar da missão evangelizadora da Arquidiocese. A prática pastoral do arcebispo voltada para os Direitos Humanos e a defesa dos agricultores foram as relações percebidas entre o trabalho de Duarte (2011) e esta tese.

Em Lima (2012), a formação, organização e prática educativa da Pastoral de Juventude do Meio Popular-PJMP da Diocese de Guarabira-PB, na década de 1980, foi colocada em pauta. Na ausência de documentos escritos, a pesquisa foi delineada pela metodologia da história oral. A articulação com as ideias da Teologia da Libertação e o trabalho com a história oral foram as relações estabelecidas com a presente pesquisa.

A tese “A Educação Popular na Arquidiocese da Paraíba-1966 a 1985”, de Pereira (2017), defendeu a ação pastoral realizada através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Ação Pastoral Igreja Viva e da Equipe de Promoção Humana como práticas de Educação Popular. Para tanto, analisou a experiência da Pastoral Igreja Viva e o trabalho realizado em Mucatu/PB.

Em tais trabalhos a ação pastoral de Dom José Maria Pires perpassou as áreas da História, das Ciências das Religiões, da Educação e dos Direitos Humanos (ver Gráfico 1 nos apêndices), e no caso desta pesquisa o elemento educativo presente em tais práticas e história de vida do arcebispo Dom José Maria Pires enveredou a abordagem pela vertente (auto)biográfica da escrita de si enviesado pelas categorias da narrativa (BENJAMIN, 1987) e da experiência (LARROSA, 2019).

Além desses aspectos, os lugares sociais que me formaram como pessoa, cidadã e pesquisadora perpassam o processo de (re)escrita de si que foi sendo (re)elaborado ao decorrer dessa caminhada acadêmica. Um desses processos se relaciona com a história de Dom José Maria Pires com as pessoas do campo e o seu envolvimento com o sofrimento deles pelo direito à terra, além de causa social dialogou com o lugar social (CERTEAU, 2012) de exploração vivenciado pela população do campo; *lugar* este que fez parte da vida de meus avós e pais, pois sendo neta de agricultores e filha de egressos do campo, explorados pelo arrendamento de terra para o plantio de subsistência, não me conformava as raízes de escassez e sofrimento. Tinha a consciência de que essa realidade foi também a história de muitas outras famílias advindas da zona rural que migraram para a urbana,

em busca de melhores condições de vida. Por isso, quando do processo de amadurecimento de uma ideia para a pesquisa do Doutorado, ao perceber o envolvimento de Dom José Maria Pires com as lutas das pessoas do campo, encontrei em suas práticas e atitudes uma forma de resistência contra a desigualdade.

Além da identificação pessoal, que é também social, a motivação para pesquisar o tema é histórica, pois considera que as ações em prol dos DH desenvolvidas por Dom José aconteceram no contexto de arbitrariedades da Ditadura, problematizar as práticas educativas elaboradas em meio ao cenário de violações e intolerância daquele governo opressor, torna-se questão crucial para o reativamento da memória e da história para que não mais se repitam as barbáries cometidas.

Dessa forma, o interesse sobre as práticas educativas de Dom José Maria Pires decorre da própria representatividade que envolvia o arcebispo, militante das causas sociais, e que esteve à frente de muitas lutas, como a dos agricultores de Alagamar/PB pela terra; e a fundação do Primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em pleno contexto da Ditadura. Sendo algumas vezes homenageado como paraninfo nas Colações de Grau, proferiu palestras, discursos, realizou homilias utilizando o “poder da palavra” para denunciar as intolerâncias do regime, os casos de perseguição e convocar para a luta. Essas foram apenas algumas das ações que o projetaram para o mundo, tornando-o conhecido no meio popular, social e acadêmico.

Outro fator diz respeito à existência de lugares de memória (NORA, 1993) com o nome do arcebispo, entre esses, o Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, situado no município de Santa Rita-PB, por onde diariamente passo no trajeto para o trabalho na cidade de Bayeux; e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Bilíngue Dom José Maria Pires, localizada no Bairro dos Novais na cidade de João Pessoa/PB.

Ora, de acordo com Nora (1993, p. 25), “a memória pendura-se em lugares”, nesse sentido, as memórias sobre Dom José Maria Pires, além de perpetuadas nos lugares de memória através de seus monumentos/documentos, materializaram-se nas narrativas da oralidade daqueles que compartilharam de sua trajetória ou de suas ações pastorais, de forma direta/pessoal ou por tabela (POLLAK, 1992, p. 201). E por isso, inquietava-me o significado dessas representações (CHARTIER, 2016), bem como o sentido atribuído a esses “lugares de memória” (NORA, 1993) e de que forma tais representações poderiam

contribuir para a escrita da historiografia das práticas educativas de resistência, em meio aos regimes antidemocráticos ditatoriais.

Por essa questão se reconhece a contribuição dos lugares de memória (NORA, 1993), sobre Dom José Maria Pires, e das memórias individuais e/ou coletivas⁷ (HALBWACHS, 2003), as compreendendo para além dos monumentos (LE GOFF, 2012), tendo em vista que tais lugares de memória (NORA, 1993) precisam ser problematizadas em favor da *narrativa* e da *experiência* dos sujeitos que a vivenciaram ou a testemunharam.

Estariam a história e as memórias sobre as ações pastorais desenvolvidas no episcopado de Dom José Maria Pires ameaçadas pelo fim da narrativa, estando apenas sobre o crivo dos monumentos (LE GOFF, 2012)? Quais os possíveis significados da representatividade desses lugares de memória e até que ponto isso é positivo para a história e as memórias da ação pastoral/educativa, entre 1964 e 1985, desse arcebispo?

Essa preocupação surge do alerta de Benjamin (1987) sobre o fim da narrativa, ao chamar a atenção para o fato da transmissão da experiência narrativa da memória encontrar-se em extinção. No texto “O narrador” de Benjamin (1987), a narrativa é apresentada como uma forma artesanal de comunicação, a interligar memórias, pessoas e experiências. É essa narrativa artesanal benjaminiana (1987), impregnada de significados e mergulhada na vida do narrador, que traz as marcas e impressões do que foi transformado em experiência, que pretendo colocar em evidência.

Para tanto, questiono de que forma, ou a partir de quais estratégias/táticas (CERTEAU, 2012), um arcebispo poderia colocar os DH em pauta, bem como promover processos educativos de conscientização e luta das pessoas pobres e socialmente marginalizadas em um contexto ditatorial? Partindo dessa problemática, o objetivo geral tratou de analisar o elemento educativo presente na ação pastoral e escritos do arcebispo, com fulcro para parte de sua produção intelectual (cartas pastorais, homilias, discursos) e para as memórias individuais e/ou coletivas (HALBWACHS, 2006) sobre as ações do arcebispo na Arquidiocese da Paraíba no contexto ditatorial, de 1964 a 1985.

⁷ Para Halbwachs (2006, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e esse ponto de vista muda, segundo o lugar que ali *ocupamos* e que esse mesmo lugar muda, segundo as relações que *mantemos* com outros ambientes”, nesse sentido, memórias são individuais, mas também coletivas.

Tendo por categorias de análise a narrativa de Benjamim (1987), a experiência de Larrosa (2019), a libertação da pedagogia de Freire (2011) em articulação com os estudos sobre a Teoria da Memória, propostos por Le Goff (2012) e Halbwachs (2006), os objetivos específicos trataram de: 1) discutir acerca do “formato” conceitual norteador da pesquisa, apontando de forma reflexiva os conceitos de História, Tempo e Memória; 2) inventariar o biografema de Dom José Maria Pires, destacando a identidade configuradora das narrativas que fizera sobre si mesmo e dos lugares de memória que lhe constituíram; 3) refletir sobre os fundamentos do projeto eclesial traçado pelo arcebispo, discutindo o Movimento do Centro para a Margem e a Teologia da Libertação; e 4) analisar, à luz da Pedagogia freiriana, as práticas educativas orientadoras das ações pastorais em defesa dos Direitos Humanos e de parte de seus escritos, de forma a reconstituí-las através da história e memória coletiva e/ou individual (HALBWACHS, 2003), como *práxis* de resistência e libertação.

Além das fontes documentais que perpassaram os escritos de Dom José Maria Pires - cartas pastorais, homilias, discursos, entre outros - foram analisadas as memórias, individuais e/ou coletivas (POLLAK, 1992) daquelas pessoas que vivenciaram, quer tenha sido de forma direta ou por tabela, através dos testemunhos repassados entre os sujeitos, as práticas educativas de seu episcopado em meio ao Regime Militar.

Um ato inventivo, articulado aos lugares sociais (CERTEAU, 2012), configurou este trabalho em um processo de elaboração das próprias ideias (ECO, 1999) “atravessado” pela experiência (LAROSSA, 2019), que se iniciou muito antes do processo seletivo, desde os momentos de dúvida sobre o desejo de continuar com a formação, a cada etapa de construção da pesquisa e em conformidade com a particularidade do lugar de onde falo e do domínio com que realizo uma investigação.

São *marcas indeléveis*, representativas do lugar de produção socioeconômico, político e cultural, das práticas de pesquisa e da construção de uma escrita de significantes (CERTEAU, 2012), convocadas, em interface com o sujeito que as produziu e/ou as (re)escreveu, em outras palavras, esses elementos teceram os fios historiográficos em torno do objeto em questão.

Partindo desse lugar socioeconômico, político e cultural (CERTEAU, 2012) de minha história de vida ao olhar para minha trajetória, percebo que ter-me encontrado em condição de desigualdade social, tendo que elaborar estratégias de estudo para ser

aprovada na Universidade Pública e, anos depois, no Serviço Público Municipal, foram atitudes de resistência, do desejo da transformação pessoal e não aceitação das situações de opressão (FREIRE, 2011). E assim, imbuída dessa compreensão freiriana, concluí em 2011, a Graduação em Pedagogia na UFPB. Tendo sido aprovada, no ano seguinte, em 2012, na Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB) e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPB), continuei a formação acadêmica a nível de Mestrado.

Com a conclusão dos Mestrados em Educação (PPGE/UFPB) e em Direitos Humanos (PPGDH/UFPB), no ano de 2014, ecoava o desejo da pausa. Era preciso desacelerar o ritmo, até mesmo para sentir as ideias elaboradas no decorrer desses dois processos formativos, os quais, por si só, dispenderam a energia natural que envolve os estudos, com suas leituras e noites em claro.

Nesse intervalo de tempo, em 2015, a gravidez do primeiro filho me colocou em outro contexto que não era o acadêmico, mas para o qual já me sentia preparada. Nascia Miguel e, junto com ele, as demandas da maternidade e, entre as descobertas e desafios que envolvem um bebê, constatava que os /planos para o Doutorado ainda não tinham espaço. Era preciso esperar. Atitude crucial para a elaboração da experiência é a espera, mas não de qualquer forma: a espera do esperar freiriano (2011), daquele que, esperando, se movimenta; e nessa busca, deparei-me com o processo de construção e reelaboração de mim mesma.

Sentir o que me acontecia significava “dar-me tempo e espaço” (LARROSA, 2019, p. 25). Foi o tempo e espaço de um ano para viver integralmente e na *práxis* o significado da palavra maternidade, aprendendo na própria inexperiência de uma mãe principiante. Sem perceber, realizei o “gesto de interrupção” proposto por Larrosa (2019, p. 25), como forma de elaboração da experiência.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar

aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

A compreensão de Larrosa (2019) acerca da experiência, chamava-me a atenção para o exercício narrativo da escrita de si, sendo necessário ir mais devagar e parar para pensar sobre a vida, os sonhos e as prioridades. Significava colocar em prática *o aprender a lentidão* criativa perante mim mesma, um processo de olhar para si e para o que se pretende em projetos futuros. Em meio a esse processo, realizava-se a operação historiográfica de Certeau (2012, p. 45), de pensar uma pesquisa considerando as relações de produção do conhecimento do lugar de onde falo, ou seja, do lugar onde fui me constituindo sujeito histórico.

A elaboração desse “gesto de interrupção” (LARROSA, 2019) e da “operação historiográfica” (CERTEAU, 2012), fortaleceram-me para tentar, no ano de 2017, o processo seletivo para o Doutorado no PPGE da UFPB. No entanto, o fator tempo e a inexperiência no envio da documentação necessária em arquivo único foram cruciais para o insucesso da inscrição, qual foi enviada de forma incompleta e no último prazo. As expectativas tiveram que aguardar mais um tempo e, no ano seguinte, 2018, participava novamente da seleção, mas ainda não era o momento: não atingi nota suficiente na prova escrita. Era preciso mais estudo e preparo.

Nesse ínterim, o Grupo de Estudos de Direitos Humanos, coordenado pela Professora Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho, foi a oportunidade de recomeçar de onde havia parado. Em um dos encontros de discussão no grupo, a leitura/debate sobre o texto de Paulo Freire “Segunda Carta: do direito e do dever de mudar o mundo”⁸, tocou-me de tal forma, que me apropriei da ideia de que “sonhos são projetos pelos quais se luta” (FREIRE, 2000, p. 26). O ideário coletivo do sonho, como projeto de luta, ensinou-me a lutar pelo meu sonho particular de um plano de vida em torno do conhecimento.

Outra experiência (LARROSA, 2019) foi ter cursado, no ano de 2018, como aluna especial, o componente curricular Tópicos em História da Educação “História, Educação e Direitos Humanos: memórias e representações”, ministrado pelas Professoras Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho e Dra. Fabiana Sena da Silva, quando tive a alegria de conhecer o Professor Dr. Rogério de Araújo Lima e sua didática eloquente e crítica. A

⁸ Texto presente no livro: **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos (FREIRE, 2000).

cada aula, a oportunidade de afinar o pensamento me fortaleceu do ponto de vista teórico e pessoal.

Tornava-me “sujeito da experiência” (LARROSA, 2019), passei a escutar mais e mais devagar, a realizar outras leituras, buscar outros autores, perceber os acontecimentos e interpretá-los. Essa foi, talvez, a lição construída nas entrelinhas desse processo de volta aos estudos acadêmicos.

No entanto, a pandemia do Covid-19 no ano de 2020, além das vítimas e das mudanças no cotidiano e na sociedade, reconfigurou as aulas presenciais para o formato remoto das aulas on-line e ocasionou o fechamento dos Arquivos, situação que interferiu diretamente no desenvolvimento da pesquisa de campo, principalmente na consulta às fontes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, o qual concentrava considerável acervo documental acerca do objeto. Outro elemento diretamente prejudicado foi o andamento metodológico do estudo, pois o risco de morte e contaminação decorrente da pandemia (ainda sem vacina naquele momento) impediu a realização do trabalho com a História Oral, marcado pelo encontro presencial.

Em paralelo a esses contextos de dificuldade no andamento da pesquisa, no ano seguinte, 2021, diferente da tragédia anunciada com o Covid-19, mas ainda vivendo os medos e as precauções da pandemia, o resultado positivo: aos 38 anos de idade, a gravidez do segundo filho, João Mateus, fez-me rever o “mito da objetividade histórica, que intimidou os historiadores a falarem sobre eles mesmos e levou-os a esconderem-se por detrás dos seus fichamentos e do texto produzido”, fábula já superada, já que a relação agora estabelecida é da “ligação íntima e estreita que o historiador mantém com seu trabalho [...]” (NUNES, 1991, p. 36). Esse foi o entendimento: era a vida pessoal que acontecia no decurso da vida acadêmica.

A “ligação íntima entre o historiador/pesquisador com o seu trabalho”, apontada por Nunes (1991), possibilitou um processo de reescrita e recomposição pessoal dos conceitos ou “pré” conceitos e da capacidade de superá-los, dos medos individuais, das fragilidades e das leituras que fazia sobre mim. E assim, estando na finalização do Doutorado e encontrando-me novamente vivendo a maternidade com a gestação do terceiro filho, Pedro Joaquim, pude realizar a “vocação ontológica para o ser mais” (FREIRE, 1996, p. 18). Ser mais em quê? Ser mais para quê? Tornaram-se também questões para esta pesquisa.

A construção desse “ser mais” é parte do desejo daquele que se propôs, através da ciência, olhar com mais amorosidade e prudência o presente e o passado, “afinal, o olhar que olha os outros sente a necessidade de voltar-se para si mesmo. O corpo que se apropria da História precisa enxergar-se apropriado pela História da qual se apropria” (NUNES, 1991, p. 36). É nesse sentido que, ao olhar para as práticas educativas desenvolvidas por Dom José Maria Pires, realizei o movimento de “apropriação da História”, como forma de questionamento.

Ora, em que sentido o “ser mais freiriano” de Dom José Maria Pires dialogava com os sujeitos partes da pesquisa, incluindo aqueles que com ele conviveram, diretamente ou por tabela (POLLAK, 1992), inclusive eu mesma, como pesquisadora. Conforme Freire (1996, p. 18), “é uma natureza em processo de estar sendo com algumas conotações fundamentais sem as quais não teria sido possível reconhecer a própria presença humana no mundo como algo original e singular”. Singular e, ao mesmo tempo, original são as marcas que compõem esse “ser mais” de Freire (1996, p. 18); “quer dizer, mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros”. Indivíduo Presença, com “P” maiúsculo, porque é capaz de agir e transformar, reconhece a si em sua singularidade, mas também se reconhece no outro, a ética universal (FREIRE, 1996).

Teria Dom José Maria Pires se constituído como o “ser mais” freiriano? Ora, através de suas ações pastorais fez-se presença (FREIRE, 2011), com suas cartas pastorais e homilias interferiu na sociedade da época para transformá-la em um lugar com mais dignidade. Para tanto, Dom José utilizou as “táticas” (CERTEAU, 2012) da representatividade do lugar que ocupava como arcebispo para agir em defesa daquelas pessoas que estavam submetidas à opressão da Ditadura e pela palavra e pela ação fez-se “Presença no mundo” (FREIRE, 2011). É esse significado dialógico, transpassado pelo sentimento e atitude de “apropriação da história” (NUNES, 1991) e pela vocação ontológica para o “ser mais” (FREIRE, 2011) que compõe a perspectiva epistemológica da “interpretação hermenêutica e da ideia do indivíduo enquanto valor” (ALBERTI, 2004, p. 17), que demarcaram esta pesquisa sobre as práticas educativas de Dom José Maria Pires em tempos ditatoriais.

1.2 Itinerário(s): Tempo, História e Memória

Os itinerários percorridos sobre as práticas educativas de Dom José Maria Pires não mais compreenderam a ciência na linearidade positivista do objeto passível e estagnado aos crivos da produção acadêmica, mas como objeto/sujeito “atravessado” por um Tempo, individual e social, que se apresenta interativo e não mais estático. Responsável por dinamizar as relações entre a pessoa (o individual) e o contexto (o social), o tempo de Dom José Maria Pires “escolhido” foi o das práticas que realizou no contexto adverso do regime ditatorial.

Ora, “colocar em análise” as práticas educativas pelo arcebispo implementadas em meio ao cenário divergente da Ditadura é, justamente, torná-lo sujeito/objeto da pesquisa. Sujeito, no sentido histórico, memorável e temporal. Histórico porque foi parte do processo de elaborações e inferências das conjunturas que o envolveram. Memorável no sentido da história que escreveu, (re)inscreveu ou fez emergir nas experiências, memórias e na vida de outros sujeitos.

Nesse limiar, História e Memória convergiram teoricamente de forma a acolher o fazer científico na perspectiva humana da construção do conhecimento. Conforme nos ensina Freitas (2003, p. 26) quando diz “Conceber, portanto, a pesquisa nas ciências humanas a partir da perspectiva sócio-histórica implica compreendê-la como uma relação entre sujeitos possibilitada pela linguagem”. Uma relação entre sujeitos, mediada pela linguagem, no sentido da linguagem Freiriana (2011) em que o ato comunicativo é mais que fala e escuta, significa interação entre os diversos sujeitos e o contexto em volta, e mais que isso, tem na linguagem o direito humano da forma expressiva de colocar-se diante do mundo.

Considerar a pesquisa como uma relação construída entre sujeitos, este é o elemento crucial para pensarmos sobre *a que serve* ou *para quem serve* a produção do conhecimento científico? Essa reflexão encontra nos questionamentos de Certeau (2012), acerca da operação historiográfica, os fundamentos. Suas questões “o que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? [...]” (CERTEAU, 2012, p. 45) colocam em pauta as finalidades do trabalho do historiador/a/pesquisador/a e as relações de poder que delimitam e/ou envolvem suas produções. Afinal,

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras *impossíveis*; exclui do discurso [...]; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise (grifos do autor) (CERTEAU, 2012, p. 63).

As “permissões” ao campo científico sobre a temática da Ditadura foram possíveis, de fato e de direito, após a abertura democrática com o “fim do regime ditatorial” em 1985, precisamente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa de 1988, signatária da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e conhecida como constituição cidadã. Nela, a liberdade de expressão voltava a ser direito de cidadania e a ciência, lugar de fala de muitos sujeitos. É nesse sentido, de possibilidades de temáticas e aberturas democráticas que contextos como o da Ditadura podem ser “revisitados” e interrogados, como forma de reparação das injustiças desse período decorrentes, para que a sociedade não esqueça os danos causados e para que não se repitam suas violações.

Ora, ao se “revisitar” a História e Memórias da Ditadura além da conjuntura nacional coloca-se em pauta o contexto local paraibano, do qual não se desvincula do antecedente histórico ao golpe civil-militar o início da década de 1960 e da figura política representativa daquele momento, qual foi o governador Pedro Gondim, pois conforme Cittadino (2014, p. 13): “A discussão do regime militar na Paraíba não pode prescindir da análise da figura do governador Pedro Gondim e do seu papel diante dos acontecimentos desencadeados com o golpe militar do ano de 1964”, pois:

O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleição em 1960, manteve uma boa relação com as forças trabalhistas no Estado. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, sustentou uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais. (PARAÍBA, 2017, p. 127).

Manter-se em “equilíbrio” entre os interesses da classe média e as reivindicações sociais da população era uma das características marcantes do governo de Pedro Gondim. Formado em Direito, pela Faculdade do Recife, filho de um pequeno proprietário rural e

conhecido na região, Gondim inicia sua carreira política na redemocratização de 1945, pós ditadura Vargas. A convite de Ruy Carneiro, político influente na Paraíba e líder do Partido Social-Democrata (PSD) daquela época, concorreu candidatura na chapa à Assembleia Legislativa Estadual, onde foi reeleito no ano de 1950. Outro nome importante para a carreira política de Pedro Gondim foi José Américo de Almeida, que eleito governador da Paraíba na década de 1950, o convidou para assumir a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, onde permaneceu durante sete meses, retornando para seu segundo mandato na Assembleia.

Através destas experiências Pedro Gondim construiu as bases políticas e sociais que precisara, estabelecendo contato com importantes lideranças e com as diversas classes sociais consolidou-se nome representativo para as eleições de 1955, para o Governo do Estado da Paraíba, em que lançou candidatura como vice-governador, pelo PSD. É o que confirma os estudos de Cittadino (2014, p. 16):

Em 1955, por ocasião das eleições para o governo do estado, as principais lideranças políticas paraibanas, congregadas no PSD e na União Democrática Nacional (UDN) promovem a chamada “pacificação”, com a apresentação de uma chapa única formada por um integrante de cada partido. Assim, no momento em que conclui seu segundo mandato como deputado estadual, Pedro Gondim foi indicado pelo PSD para a vice-governança, enquanto que a cabeça da chapa ficou nas mãos da UDN, na pessoa de Flávio Ribeiro Coutinho, tradicional proprietário rural da zona do Várzea do Paraíba, de idade já avançada e saúde deteriorada. Desta forma, em janeiro de 1958, em consequência do impedimento do governador Flávio Ribeiro de permanecer à frente do cargo por motivo de agravamento do seu estado de saúde, Gondim assume a chefia estadual, aí mantendo-se até março de 1960, momento em que deixa o governo a fim de não se ver impedido de candidatar-se ao mesmo cargo nas eleições que ocorreriam em outubro daquele ano. (grifos da autora) (CITTADINO, 2014, p. 16)

Fruto da indicação política de um partido, a UDN, Pedro Gondim chegou ao vice governo do Estado e logo em seguida, por motivos de força maior devido ao agravamento da saúde do então Governador da época Flávio Ribeiro, tornou-se Governador. No entanto, o impedimento para sua permanência no cargo, naquele ano de 1960, não se deu exclusivamente para concorrer à candidatura em outubro daquele mesmo ano, mas sim por questões/interesses políticas. É o que afirma Cittadino (2014, p. 17):

Ao deixar o governo, Gondim deixa também o PSD. O fato é que a chefia partidária, então exercida pelo senador Ruy Carneiro, tinha como candidato ao governo seu próprio irmão, o deputado Janduhy Carneiro, o que não abrigava, portanto, as aspirações gondinistas. Em consequência destas posições inconciliáveis, o partido decide pela expulsão de Gondim de suas fileiras, ao que o ex-governador responde com a célebre frase “prefiro ser expulso por rebeldia a ser condecorado por subserviência”, que se transformará em um dos principais slogans da sua campanha.

Dessa forma, as bases construídas quando do início da carreira política de Pedro Gondim foram importantes para que mesmo diante das manobras partidárias adotadas para impedi-lo de continuar como governador do Estado, já na Ditadura, conseguisse retornar ao cargo. Outro elemento crucial para isso foram as posturas que adotava em seu governo, pois “[...] Gondim permanece fiel aos princípios populistas através dos quais foi eleito, chegando, inclusive, a permitir o avanço desse populismo em direção ao meio rural paraibano”. (CITTADINO, 2014, p. 19). Há de ressaltar que naquele período inicial da década de sessenta a população do campo já estava coletivamente organizada em Associações de Trabalhadores Rurais, quando da criação das Ligas Camponesas datada de 1958, na cidade de Sapé/PB.

A Liga Camponesa de Sapé, como assim era conhecida, representava o fortalecimento da população do campo em torno dos seus direitos⁹, pois: “A origem das Ligas Camponesas na Paraíba está ligada ao rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e o consequente questionamento da estrutura de dominação” (PARAÍBA, 2017, p. 126); de forma que:

As Ligas espalharam-se rapidamente por várias cidades do Estado, atingindo um total de 15 entidades, com cerca de quarenta mil sócios. A Liga de Sapé foi a maior do Brasil, chegando a contar com 13.000 membros, seguida pela de Mamanguape, com 10.000²⁷. Apesar de toda repressão do bloco agroindustrial, começaram a ser estabelecidas relações entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da Capital, passando as Ligas a receber apoio de parte da imprensa, de parlamentares progressistas, da Frente de Mobilização Popular, da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), de segmentos da Igreja, de estudantes, das esquerdas e até de elementos liberais da classe média. (PARAÍBA, 2017, p. 125).

⁹ Sobre a Liga Camponesa de Sapé/PB ver a dissertação de Mestrado de Wilson José Félix Xavier “As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: Memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964).

Ao contar com o apoio desses diversos setores e instituições as Ligas Camponesas tornavam-se mais consolidadas ao seu propósito questionador da realidade de opressão vivenciada no campo. Nesse cenário de disputas e conflitos pela terra entre os pequenos agricultores e os grandes latifundiários as relações populistas do governo de Pedro Gondim chegavam também ao campo. É o que se confirma no Relatório da Comissão da Verdade, em que “[...] se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente”. (PARAÍBA, 2017, p. 127). Fato constatado em seu discurso:

[...] O homem do campo tem tanto direito a lutar por melhores condições de vida para si e para sua família, quanto os operários e trabalhadores urbanos, já amparados pelas leis trabalhistas e pela Previdência Social. A luta é, portanto, legítima e legal. Ninguém pode lhe negar o direito sagrado de reunião, de associação, de sindicalização, de unificação de classe, para a reivindicação e conquista dos benefícios coletivos e do amparo social, que lhe garantam melhores condições de existência. Reforma Social, reforma agrária, direito de sobrevivência e de subsistência, luta reivindicatória por melhores condições de vida, não se combatem com espancamentos, com violências, com chacinas, com derramamento de sangue de irmãos, numa fabricação inconsequente e macabra de vítimas e de mártires. (A União. João Pessoa, 13 de setembro de 1962)

No entanto, o reconhecimento das reivindicações dos trabalhadores rurais não significava o rompimento com o empresariado latifundiário, “O fato é que Gondim exerceu seu governo encurralado entre a crescente pressão dos trabalhadores rurais e das forças de esquerda e os compromissos com os grupos agrários tradicionais do estado” (CITTADINO, 2014, p. 26). Na verdade, manter-se entre os interesses de cada um desses grupos além da postura dualista culminou em críticas de ambas as partes: das forças políticas vinculadas à esquerda e dos grandes proprietários rurais.

Muito embora a desestabilização do governo de Pedro Gondim tenha sofrido inferências do próprio cenário de tensão, presente na Paraíba, com acontecimentos conflitantes que eclodiram entre o fim de 1963 e início de 1964; o discurso e ação populista em prol “do amparo social e lutas reivindicatórias”, impetrados por Reformas Sociais e Agrárias, reforçadas no/e pelo seu governo, trataram de ser duramente combatidas com a instauração do regime ditatorial. É o que relata Cittadino (2014, p. 30):

Com a eclosão do golpe militar, Pedro Gondim continua à frente do governo concluindo seu mandato em janeiro de 1966, quando transfere o cargo para seu sucessor, João Agripino, da UDN, eleito com seu apoio. Contudo, se a guinada em direção às forças conservadoras da política local e nacional garantiram a sobrevivência política e a integridade física do governador no ano de 1964 e ao longo dos anos imediatamente seguintes, quando chegou a ser eleito deputado federal pela UDN, em 1966. Já em 1968, com a radicalização do perfil repressivo do regime militar, ele cairá nas malhas do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), perdendo seu mandato e tornando-se o único governador paraibano cassado pelo regime militar.

A postura dual de Gondim e sua articulação com as forças de esquerda não encontrariam espaço na Ditadura, pois em um regime de governo autoritário as bases populares não eram toleradas e o alinhamento político em torno do capitalismo não permitia o desenvolvimento social de vertente populista¹⁰, este deveria convergir para atender aos interesses liberais do regime ditatorial implantado.

Nesse contexto de sessenta, vivia-se na zona rural da Paraíba um cenário de tensão e conflitos entre os pequenos agricultores e os grandes latifundiários, e a criação das Ligas Camponesas significava a organização das pessoas do campo por seus direitos, o que não foi aceito de forma pacífica, muito pelo contrário, a oposição dos grandes latifundiários manifestava-se de forma intimidadora e violenta:

A criação das Ligas Camponesas na Paraíba gerou uma violenta reação de parte dos grandes proprietários. Não satisfeitos com a “petulância” dos camponeses, que ousavam se organizar para lutar por seus direitos, reagiram de forma mais rigorosa do que a usual no trato com os camponeses, usando a repressão e a força contra as manifestações. Os latifundiários usaram dois métodos para intimidar os camponeses. No primeiro, apelavam tanto para argumentos “sutis” de persuasão, tais como: a ameaça de expulsão das terras; de agressões e de morte; cooptação de lideranças e sua transferência para outras regiões; intimidação através da realização de manobras militares em áreas de conflito. E, no segundo, para o uso da violência efetiva, sob diversas formas: espancamentos, invasão e destruição das residências, prisões irregulares e, por fim, assassinatos de lideranças. Também, tornou-se

¹⁰ De acordo com Cittadino (2014) o governo populista é assim definido: “A política populista que, na definição originária de Francisco Weffort (Weffort, 1980, p. 63), caracteriza-se não apenas pela perspectiva da existência de um componente manipulador exercido pelas classes dominantes sobre as classes populares, nem pela sua configuração como um mero instrumento através do qual aquelas classes exercem seu domínio sobre estas, mas sim como um modo de expressão das demandas populares e da incorporação de tais grupos aos jogos políticos convencionais, dos quais até então eram excluídos” (CITTADINO, 2014, p. 14).

comum a criação de milícias particulares, fortemente armadas, no interior das propriedades, em áreas socialmente críticas. (PARAÍBA, 2017, p. 126).

Reprimir os camponeses através da intimidação, imposição do medo e práticas de violência eram algumas das estratégias utilizadas para desestabilizar as Ligas Camponesas, outra medida adotada pelos proprietários rurais foi a criação da “Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA – Liga dos Proprietários. Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas” (PARAÍBA, 2017, p. 129). Afinal, a partir do momento em que os pequenos agricultores passaram a se organizar através das Ligas Camponesas “Conceitos como os de união, de organização, de luta, são timbrados, sem demora, como perigosos. E realmente o são, mas para os opressores. É que a praticização desses conceitos é indispensável à ação libertadora” (FREIRE, 2011, p. 190). A organização coletiva era uma das práticas das Ligas Camponesas viabilizadoras da ação libertadora daquelas pessoas que juntas enfrentavam as perseguições, o medo e a violência dos grandes proprietários rurais.

Após o governo de Pedro Gondim tivemos em 1965, as últimas diretas ocorridas antes da instauração do Ato Institucional Nº 2 (AI- 2)¹¹, da qual resultou na vitória de João Agripino, o qual:

[...] comungando dos mesmos princípios do Governo Federal, foi o responsável, na Paraíba, por aprofundar e sistematizar o processo de modernização iniciado por Gondim, elemento essencial da política desenvolvimentista. Dentro desta perspectiva, no governo de João Agripino, foram criadas a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Administração, a Companhia de Industrialização da Paraíba (CINEP), a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP) e o Conselho Estadual de Educação e Cultura (PARAÍBA, 2017, p. 148).

¹¹ Vale ressaltar que “Com a extinção dos partidos, através do AI-2, formam-se os dois novos partidos autorizados pelo regime militar, a ARENA, da situação e o MDB, de oposição. Na Paraíba, a ARENA foi constituída, fundamentalmente, por membros da antiga UDN, e subsidiariamente, por pequenos partidos, como o PDC, PL, PSP que, ao longo do governo Pedro Gondim, se aproximaram daquele Partido e dissidências do PSD, PTB, PSB e PR. Quanto ao MDB local, foi fundado, principalmente, por antigas forças “pessedistas”, que pouco diferiam dos grupos oligárquicos “udenistas”. Sendo assim, esta agremiação não aponta para o desempenho concreto de um perfil de oposição. A sua constituição foi definida muito mais a partir das disputas locais pelos espaços de poder do que no sentido de fazer uma oposição ao regime ditatorial” (PARAÍBA, 2017, p. 137).

O governo de João Agripino temo o processo de modernização conservadora, enviesado pela política desenvolvimentista da Ditadura, a qual tornou o aparelho de Estado mais complexo, possibilitando de forma mais contundente a participação das elites políticas e econômicas na máquina estatal, o que culminava no reforço das práticas clientelistas entre as classes sociais e por sua vez a perpetuação da desigualdade e das relações de poder, tanto no perímetro urbano com o setor industrial em crescimento, graças aos incentivos fiscais a beneficiar empresas de outros estados; e no meio rural, com a expropriação camponesa. Em meio a esse cenário de disputas, relações conflituosas e reforço da desigualdade Dom José Maria Pires chegou à Paraíba para assumir a função de arcebispo da Arquidiocese da Paraíba.

E Dom José precisou ser enérgico no sentido de mostrar-se em permanente diálogo com as autoridades da época e com a população sofrida, pois as situações conflituosas e as perseguições vivenciadas no início dos anos sessenta ainda eram uma realidade no governo de João Agripino. Nesse sentido, Dom José foi a voz dos que estavam sendo colocados em silêncio pelas situações de medo, calúnia e violência. E suas palavras e seus escritos um meio de denúncia e ao mesmo tempo de enfrentamento.

Ora, as Cartas Pastorais, por Dom José Maria Pires escritas, compunham o mecanismo de ataque em defesa às vítimas da Ditadura, justamente porque a palavra tornava pública as situações violadoras que emergiam naquele momento ditatorial. Eram escritos que se configuraram para além da evangelização, pois tornavam-se instrumentos de embate e denúncia. É o que se revela nestes trechos da Quarta Carta Pastoral “Sobre o sofrimento dos agricultores”, redigida pelo arcebispo no ano de 1976:

O agricultor não tem segurança. Como poderiam os encarregados da segurança garantir melhor o direito dos pobres à sobrevivência? Quem teria mais direito ao uso daquelas terras? Os homens que nasceram lá e que as cultivam há tantos anos ou aqueles que as adquiriram com dinheiro - por vezes fornecido por programas de Governo- mas não derramaram nelas uma gota sequer de seu suor? [...]

Denunciando esses fatos, no cumprimento de nosso dever pastoral, queremos apelar para as autoridades no sentido de que deem cobertura ao pobre que está sendo esmagado pelos poderosos. [...]

Seja esta Carta lida aos Fieis no 2º domingo da Quaresma. Inclua-se, nas preces, uma intenção pelos agricultores ameaçados de despejo.

João Pessoa, 05 de março de 1976 (PIRES, 1978, p. 38).

Sobre a afirmação de Dom José, “O agricultor não tem segurança”, evidencia-se a insegurança social, alimentar, econômica, psicológica e até física, a que estavam submetidos os homens, mulheres e crianças do campo naquele contexto. Ao retratar esses casos, através das homilias e dos seus escritos o arcebispo revelava seu posicionamento em defesa das pessoas em condição de marginalização social.

Utilizar o poder da palavra e a representação do lugar social de arcebispo (CERTEAU, 2012) para defender os pobres e denunciar as violações de direitos impetradas contra as pessoas do campo, significava não se calar diante da Ditadura e não aceitar as conjunturas opressoras; pois naquele contexto de imposições e violências na voz do arcebispo reverberava-se a voz, os direitos e a luta da população mais sofrida. Assim, Dom José Maria Pires realizava a “operação historiográfica” (CERTEAU, 2012) “que se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (CERTEAU, 2012, p. 47). A partir dessa articulação, entre o lugar social ao qual estava designado e seus escritos, Dom José agiu como sujeito histórico capaz de intervir para transformar o contexto que o envolvia, e assim realizar a “operação historiográfica” de (re)escrita de uma nova História em torno daquela realidade opressora.

O arcebispo Dom José Maria Pires atendia ao pedido de Bloch (2001): “combatemos longamente, em conjunto, por uma história maior e mais humana”. O cenário do pedido de Bloch (2001, p. 39) por uma história mais humana, menos factual surgido em oposição aos paradigmas positivistas do século XIX e para além do contexto de horror advindo da Primeira e Segunda Guerras Mundiais; revelava ao fazer científico um elemento relevante, a ineutralidade da ciência. Afinal, sua elaboração é marcada por intencionalidades, por isso a nova perspectiva que se desenhava com o grupo dos Analles colocava a historiografia mais próxima dos sujeitos, pois a que serve - ou servirá - a produção do conhecimento no âmbito das ciências humanas, se não for para tornar mais humano o pensar e o fazer científicos?

Segundo Fueter (1953), as reflexões suscitadas pelos Analles surgiram nas décadas de 1910 e 1920, a partir do descontentamento dos historiadores em relação aos estudos limitados que tratavam de análises estruturais macros, instituições e dos notórios personagens.

Fundada em 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucian Febvre a Revista “*Annales d’Histoire Économique et Sociale*” tornou-se espaço de discussão

sobre as conjunturas e demandas do novo sujeito do século XX. Símbolo emblemático da historiografia, a *Revista dos Annales* lançou a base para o desenvolvimento da nova corrente historiográfica denominada Escola dos Annales.

Sobre essa nova corrente de pensamento e metodologia do fazer histórico Dosse (1994, p. 58) destaca:

Os Annales foram bem-sucedidos no agrupar as ciências humanas por detrás de sua bandeira. Nesse combate contra o historicismo, temos como resultado o núcleo permanente do discurso dos Annales, para além de suas flutuações: a relativização ou, pelo menos, a recusa do relato factual e do relato político. É a partir dessa recusa que os Annales se definem como escola, superando a diversidade de seus componentes. O adversário é sempre o mesmo: a história dita positivista.

Contrária à ciência positivista, que buscava a verdade totalizadora, as discussões promovidas pelo periódico não estavam centradas na objetividade e quantificação dos fatos, mas considerava a história-problema e a interpretação dos dados. O que não significava desprover a pesquisa historiográfica da técnica e do rigor científico, mas torná-la questionável e interpretativa.

De acordo com Burke (1991, p. 23),

O primeiro número surgiu em 15 de janeiro de 1929. Trazia uma mensagem dos editores, na qual explicavam que a revista havia sido planejada muito tempo antes, e lamentavam as barreiras existentes entre historiadores e cientistas sociais, enfatizando a necessidade de intercâmbio intelectual. O comitê editorial incluía não somente historiadores, antigos e modernos, mas também um geógrafo (Albert Demangeon), um sociólogo (Maurice Halbwachs), um economista (Charles Rist), um cientista político (André Siegfried, um antigo discípulo de Vidal de la Blache).

A inclusão de pesquisadores de outras áreas do saber, como a sociologia, a política e a geografia, foi um elemento importante para o desenvolvimento e fortalecimento das ideias da Revista dos Annales. Ora, a interdisciplinaridade entre os diversos campos do conhecimento - história, sociologia, geografia, economia, história política, história cultural, psicologia, antropologia, entre outras - ampliava o debate, as fontes e os objetos para olhares e interpretações, denominadas Nova História.

É nessa perspectiva teórica e metodológica, orientada nos paradigmas da Escola dos Annales e nas discussões em torno da História do Tempo Presente que se fundamenta a presente pesquisa a respeito das práticas educativas de Dom José Maria Pires. Dessa forma, o conceito de História que direcionou esta tese foi o proposto por Le Goff (2012, p. 107), da “história como ciência”, por que se realiza a partir de um objeto, documentos e métodos; e a concepção indicada por Bloch (2001, p. 55), da história como “ciência dos homens, no tempo”.

A compreensão da História, como ciência dos homens no tempo, implica reconhecer na História social o elemento principal, em que a abordagem do ser humano remete ao indivíduo integrado a um grupo social. Ora, as práticas educativas de Dom José em prol dos DH não ocorreram de forma isolada a um contexto, pelo contrário, foram motivadas pelas violações da Ditadura Militar; e sua *práxis* da palavra não esteve restrita ao aspecto individual das ideias do arcebispo, mas surgiu das situações externas por ele vivenciadas naquele contexto.

É nesse sentido da História como ciência humana, que as práticas educativas da Palavra e dos Direitos Humanos, presentes nas ações pastorais de Dom José Maria Pires e em parte de sua produção intelectual, entre outros documentos representativos daquele período, foram analisadas. O tempo escolhido para investigação foi o recorte temporal de 1964 a 1985, o qual contemplou o cenário da Ditadura Militar no Brasil.

A hipótese compreendeu os escritos de Dom José Maria Pires e as ações pastorais de seu episcopado, como práticas educativas, forjadas pela *práxis* da Palavra e dos Direitos Humanos. Em meio à repressão ditatorial, pessoas encontraram nas ações pastorais da Arquidiocese da Paraíba um espaço de apoio para reivindicar dignidade, lutar pelos seus direitos e resistir contra a opressão. Por essas razões, neste estudo, a produção intelectual e ação pastoral de Dom José Maria Pires foram investigadas a partir da educação libertadora Freiriana e da perspectiva dos DH, em articulação com o direito humano à palavra, como eixo fundador da libertação dos sujeitos e da transformação social.

As práticas educativas presentes nas ações pastorais do arcebispo estavam orientadas pelo sentido Freiriano da educação transformadora, em que educar significa ato de coragem (FREIRE, 1967, p. 90):

[...] uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu” submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão (FREIRE, 1967, p. 90).

A educação corajosa de Freire (1967) fazia referência à sociedade em processo de transição, de uma consciência ingênua para a consciência crítica. E a ação pastoral de Dom José tratava da sociedade em contexto autoritário, em que as violações de direitos (como por exemplo: as práticas de tortura em nome da “Segurança Nacional”, a desapropriação de terras e a perseguição aos pequenos agricultores) clamavam por uma educação corajosa em seu sentido amplo.

Era preciso coragem para enfrentar os ditames da perseguição e do medo decorrentes das condições arbitrárias e dos perigos da Ditadura. E nesse liame do embate, as ações do arcebispo, vivenciadas nos encontros de discussão da Ação Pastoral Igreja Viva¹², transcendiam o aspecto evangelizador para se transformar em práticas/ações educativas, justamente porque “ensinavam” a coragem da reflexão e a resistência da luta.

Qual o sentido desse ato corajoso de engajamento das comunidades rurais ou urbanas, em busca de dignidade em um contexto repressor? O sentido era o da vida, mas não a vida como sobrevivência ou determinada pelo sofrimento, mas *viva* em dignidade.

Essa evangelização educadora do *vir a ser* perpassava o ideário e materialidade dessa Igreja, denominada *Igreja Viva*, exatamente porque era constituída em unidade com o povo e seus sofrimentos, encontrando nos DH os fundamentos do comprometimento com a transformação daquela realidade.

De acordo com Hunt (2009, p. 24),

[...] os direitos humanos são difíceis de determinar porque sua definição, e na verdade sua própria existência, depende tanto das emoções quanto da razão. A reivindicação de autoevidência se baseia

¹² “Era uma ação que não se preocupava apenas com assuntos religiosos, mas em discutir e refletir sobre os mais diversos temas presentes no cotidiano das pessoas. A *Ação Pastoral* surgiu como resultado da Campanha da Fraternidade (CF) de 1969 que tinha como tema: “*Para o outro o próximo é você*”. O tema foi tão relevante para a comunidade arquidiocesana que da CF, nasceu um projeto que alterou parte da vida eclesial da Arquidiocese” (PEREIRA, 2017, p. 153).

em última análise num apelo emocional: ela é convincente se ressoa dentro de cada indivíduo. Além disso, temos muita certeza de que um direito humano está em questão quando nos sentimos horrorizados pela sua violação.

A equação entre razão e emoção, como formas de existência dos DH era silenciada pela violência daquele contexto que institucionalizava a tortura, a censura, a prisão política, o exílio, dentre outras formas de arbitrariedade. No entanto, teriam os DH encontrado eco nas palavras e atitudes do novo arcebispo? Quais eram os “determinantes” para envolver os DH das pessoas naquele cenário, quando Dom José chegou para assumir a Arquidiocese da Paraíba? De que forma colocar em questão os DH, quando a própria Ditadura institucionalizava mecanismos de coerção e violações?

Ora, para que em meio à Ditadura a dignidade humana fosse preservada ou ao menos estivesse em pauta e como forma de auxiliar juridicamente os camponeses que recorriam aos agentes das pastorais em busca de orientação, o arcebispo criou, em 1975, o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) do Brasil¹³, o qual funcionaria efetivamente no ano seguinte, 1976, sendo transformado na Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, em 1995. Ao colocar-se a serviço das pessoas que eram perseguidas pelo regime ou sofriam alguma situação de violação de direitos, o CDDH se tornava mais um instrumentopositor ao regime ditatorial, configurando-se em uma ação pastoral de caráter democrático, em seu sentido extremo da liberdade, historicidade e cidadania de seus sujeitos, principalmente dos mais sofridos.

Partindo dessas considerações e diante do intento de manutenção do *status quo*, imposto pelo regime ditatorial, as ações pastorais implementadas por Dom José Maria Pires (como a Ação Pastoral Igreja Viva, cartas pastorais, homilias, discursos, entre outros documentos) forjaram uma *práxis* da Palavra e dos DH, pois em meio ao contexto ditatorial, o arcebispo protagonizou uma série de reformulações, dentre as quais, a

¹³ O CDDH teve como primeiro assessor jurídico o advogado Vanderley Caixe, o qual foi convidado pessoalmente pelo arcebispo, que o conheceu quando Caixe esteve preso e torturado na prisão. Ademais, ressaltamos que o CDDH foi uma Instituição ligada à pastoral arquidiocesana que prestava assessoramento jurídico aos presos comuns, aos presos políticos (decorrentes do regime ditatorial) e às famílias dos agricultores que lutavam pela posse da terra.

elaboração de um pensamento e de uma metodologia denominada *Do Centro para a Margem*¹⁴, a qual consistiu na essência de seu episcopado e de sua *práxis* pedagógica.

Vale ressaltar também que a compreensão sobre a “história ciência” de Le Goff (2012) não está restrita ao ideário positivista do documento escrito, tutelado pelas Instituições do Saber (LE GOFF, 2012), mas sim pelo caráter multiforme que o representa, de modo que

a história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...]. Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com perigos de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem dele depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (FEBVRE, 1949, p. 428).

As palavras de Febvre (1949) simbolizam os preceitos basilares da nova atitude do historiador/pesquisador que, ao se debruçar epistemologicamente sobre um objeto de estudo, o faz de forma interpretativa; e mesmo considerando que o distanciamento entre pesquisador e objeto foram reconfigurados para uma relação de mais proximidade, é preciso se evitar o deslumbramento, o que não significa não se envolver com o objeto em questão, no entanto esse envolvimento não pode estar limitado pelo senso comum, mas orientado por um método e metodologia de análise.

Outro conceito orientador desta pesquisa é a “memória social”, definida por Le Goff (2012, p. 408) como “um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. Esse caráter seletivo da memória foi um dos aspectos considerados no trabalho com as memórias em torno de Dom José e suas práticas. Para tanto, a perspectiva da memória social destacada por Le Goff (2012) é abordada sob o viés da memória individual e coletiva de Halbwachs (2003), em que chamamos a atenção para o fato de que a memória individual e coletiva se encontram articuladas, pois “[...] existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o

¹⁴ “Do Centro para a Margem” nomeou o projeto eclesialístico e um livro do arcebispo, que foi por ele organizado no ano de 1978.

indivíduo participaria de dois tipos de memórias” (HALBWACHS, 2003, p. 71). O diálogo, ou a disputa, entre esses dois tipos de memórias em um mesmo sujeito, compõe o interesse em utilizá-los.

Após essa parte introdutória, estruturada pelas narrativas da escrita de si, vivenciadas no processo de elaboração da pesquisa e pela reflexão dos aspectos teórico-metodológicos conceituais - tempo, história e memória - que a sustentam, a escrita desta Tese foi organizada nas seções: *Dom José Maria Pires: traços de um biografema*, em que são apresentados aspectos biográficos da trajetória eclesial de Dom José Maria Pires, de forma a inventariar um biografema interpretativo, tendo os vestígios biográficos e os lugares de memória por eixos de análise.

Na seguinte seção, *Dom José Maria Pires e a Igreja dos pobres: fundamentos de uma práxis?* foram tessidas reflexões sobre os fundamentos delineadores das práticas educativas de Dom José Maria Pires e de suas relações com a Teologia da Libertação e com a Conferência de Puebla, culminando na análise de seu projeto eclesial “Do Centro para a Margem”.

Na seção *História e memórias de Dom José Maria Pires em tempos de Ditadura: a prática educativa da palavra e dos Direitos Humanos* são trabalhadas, a partir dos tópicos do capítulo, a Teoria da Memória, a pedagogia freiriana e a teoria dos Direitos Humanos, considerando as ações pastorais e os escritos de Dom José Maria Pires, frente ao contexto ditatorial. Por fim, nas *Considerações finais: por uma Pedagogia da palavra*, foram retomados os elementos analisados e os resultados da pesquisa, corroborando para o argumento da tese.

2 DOM JOSÉ MARIA PIRES: NOTAS DE UM BIOGRAFEMA

2.1 Dom José e os “anônimos”: Biografemas sobre si e para o(s) outro(s)

Perceber as nuances do diálogo e relações entre os sujeitos “anônimos” e as autoridades é o que nos faz notariar um biografema em torno do arcebispo Dom José Maria Pires, pois ao “situarmos” nas linhas do biografema o colocamos nas entrelinhas tênues entre o que se é e o que se pretender ser, ou seja, quem era o arcebispo e o que pretendia ser ao transitar entre as altas autoridades e as pessoas anônimas para a sociedade

daquela época de Ditadura, quais eram: os pobres, os homens e mulheres do campo, os com menor ou nenhum poder aquisitivo.

A escrita de um biografema é o que melhor o representa como um arcebispo ativo nas causas do pobre, que sabia dialogar com os ricos, não para enaltecê-los ou conceder-lhes regalias, mas sim para reivindicar às altas autoridades do poder os direitos do sujeito comum e sem posses. Afinal o conceito de biografema perpassa justamente os detalhes, as atitudes: “É um traço sem união... O biografema não define nunca. Não cabe sequer numa definição [...]. Diferentemente da imagem ele não adere, não é pegajoso, mas desliza” (DOSSE, 2009, p. 306). Não caber em uma definição e saber “deslizar” entre as palavras para fazer-se ouvir, sendo enfático e firme, ma também irônico, realista e sensível quando necessário é uma das exemplificações do biografema presente no querer-fazer e dizer do arcebispo.

Qual o sentido da abordagem biográfica no viés da elaboração de um biografema quando o interesse da pesquisa não está centrado no sujeito em si, mas na profusão das práticas que o mesmo realizou em um contexto específico? O que a teoria aponta sobre o biografema e como este pode revelar aspectos das práticas educativas de Dom José? Essas questões, delimitam o foco da análise para a trajetória formativa eclesial e as ações pastorais que o mesmo desenvolveu no âmbito da Arquidiocese da Paraíba no recorte ditatorial, período de interesse desta pesquisa.

Tais inquietações tratam dos processos narrativos de si e sobre si, que envolveram Dom José Maria Pires. Mesmo sem a intenção de biografá-lo, mas sim de construir-lhe um biografema e por compreender que esse gênero se constitui um desdobramento da biografia, tornou-se necessário chamarmos a atenção para os aspectos conceituais delineadores da pesquisa biográfica.

Nesse intento, a vertente biográfica por Dosse (2009) denominada “Idade Hermenêutica”, coloca em suspenso a escrita romanceada do indivíduo ilustre, apontando-lhe as controvérsias e as correlações incongruentes. Muito embora tenha recebido as contribuições da abordagem existencialista de Sartre (DOSSE, 2009, p. 229), na qual biografado e biógrafo se confundem, e através do biografado o pesquisador busca se definir ou reescrever a si próprio, Dosse (2009) vai mais além em sua interpelação. A abordagem hermenêutica ultrapassa essa unidade singular do biográfico existencial de Sartre para as “identidades plurais” (DOSSE, 2009, p. 297), de forma que:

O moderno regime de historicidade desconstrói as figuras tutelares que se prestam à identificação. Essa desconstrução abre possibilidades para as figuras plurais. [...]. A linearidade postulada pela biografia clássica já não será considerada intocável. O fato de se considerar o homem como fundamentalmente plural, mantenedor de vínculos diversos, modifica a abordagem do gênero biográfico. (DOSSE, 2009. p. 297).

O deslocamento historiográfico da pesquisa biográfica clássica em torno dos sujeitos tutelares, aqueles que eram considerados os grandes personagens, as pessoas ilustres da história, para o sujeito comum, teve na Escola dos Annales¹⁵ importante contribuição. É o que evidencia Dosse (2009, p. 297), quando afirma: “A escola dos Annales contribuiu em muito para essa reavaliação dos mudos da história, daqueles que nela só deixaram traços indiretos”. A compreensão teórica do sujeito plural, decorrente deste movimento, significava a “transição” da concepção de homem (leia-se ser humano) na sociedade e do fazer científico, que deixava de ser linear e estático para tornar-se multifacetado.

O redirecionamento do fazer e pensar historiográfico para o sujeito comum permitiu à ciência se aproximar dos outros sujeitos da História, os que antes não eram ouvidos nem percebidos, os sujeitos anônimos. Dentre as figuras anônimas representativas dessa nova concepção historiográfica destacamos: Domenico Scandella, o Menochio do “Queijo e os vermes” de Ginzburg (2006) e Nikolai Leskov do texto “O narrador”, de Benjamin (1987).

O Menochio de Ginzburg (2006) foi um moleiro que no século XVI enfrentou o Tribunal da Inquisição, “Uma das acusações feitas era a de que ele sustentava que o mundo tinha sua origem na putrefação” (GINZBURG, 2006, p. 9). Sua teoria sobre a origem do mundo a partir da putrefação implicava a negação da criação divina, tutelada pela Igreja que o condenara. Sujeito comum desconhecido pela História até ser “percebido” por Ginzburg (2006), historiador italiano. Os documentos que tratam dos

¹⁵ A Escola dos Annales, tema abordado na sessão 1, trata-se de uma corrente historiográfica contrária à perspectiva científico positivista do séc. XIX. Em linhas gerais esteve representada pela Revista dos Annales, criada em 1929 e através das discussões, em seus periódicos, ampliou o campo de atuação do historiador, promoveu o diálogo com outras áreas do conhecimento (economia, psicologia, geografia, dentre outras), aproximou pesquisador e objeto, ampliou as fontes/documentos e os sujeitos da História, ressignificando a teoria e o fazer historiográfico.

processos que condenadara o moleiro foram o ponto de encontro entre conhecer a História de Menochio e fazê-lo ser conhecido. Resultado das novas abordagens da historiografia.

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas do rei”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem constuiu Tebas das sete portas?”_ perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso. (GINZBURG, 2006, p. 11). (grifos do autor).

Menochio representa, justamente, esse sujeito deixado de lado, tido em menos relevância. Ocultado pelos processos do Arquivo da Cúria Episcopal daquela cidade da Itália, ao mesmo tempo em que era um sujeito anônimo se tornou conhecido/ reconhecido nas palavras que utilizou para defender sua ideia. A partir das leituras dos livros a que teve acesso, operacionalizou suas formas de compreender o mundo ao ponto de atribuir-lhe uma teoria originária que além de apresentar outra versão sobre a concepção do mundo, foi uma forma de contraposição a um poder instituído. Ignorado pela ciência tradicional encontrou na idade hermenêutica plural da biografia a abertura para *ser visto* pela História.

O que há em comum entre Menochio e Dom José? Em ambos, a exposição das ideias, através da palavra (dita ou escrita), e a atitude de fazer-se ouvir os colocaram em evidência, motivando contextos de perseguição: Menochio condenado pela Inquisição e Dom José alvo de investigação pelo Serviço Nacional da Informação (SNI) da Ditadura Militar.

No entanto, não é apenas este aspecto que os aproxima. A dialogicidade (FREIRE, 2011) é outro elemento em comum entre o arcebispo Dom José e o moleiro Menochio. Em ambos, “[...] o diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já podemos dizer ser ele mesmo: *a palavra*” (grifos do autor) (FREIRE, 2011, p. 107). Ora, partindo do pressuposto freiriano, “a palavra” é a expressão do pensamento imbricada às relações entre a pessoa e o mundo, pois é através desta que a ação acontece e/ou se transforma, que os sujeitos se percebem, e se exergam. Por isso “Não há palavra verdadeira que não seja *práxis*” (grifos do autor) (FREIRE, 2011, p. 107), pois a *práxis* freiriana, traduzida pela máxima ação-reflexão-ação, significa o ato crítico que o sujeito realiza quando

expressa suas ideias, e para o qual se faz necessário o uso das palavras. É gesto concreto para o qual o movimento dialético da ação-reflexão-ação é pelo indivíduo elaborado.

É Justamente essa diáletica que Menochio e Dom José realizam quando transformaram em palavras seus pensamentos, e indignação. Afinal, quando Menochio diz que a origem do mundo encontrava-se na putrefação, estava dizendo que não estava em Deus a origem de todas as coisas. O que implicava ir de encontro aos dogmas da Igreja, questioná-la em seus fundamentos doutrinadores.

Mesmo sendo investigado pelo Tribunal da Inquisição “[...] Poderão matá-lo depois, porém ele terá, falado, a sua glória. Essa paixão de pensar, essa paixão de falar é rara e preciosa; quem sabe não nos ensinará a prezar mais o que é refletir, o que é dizer” (GINZBURG, 2006, p. 193). Ora, não se trata de “matar ou morrer” para ter o direito à fala, à escuta e/ou à expressão dos pensamentos. É justamente o seu contrário: nascer para a vida e viver a liberdade através da palavra foi esse o sentido da pedagogia de Freire (2011) e das práticas educativas presentes na ação pastoral e nas palavras de Dom José Maria Pires.

Utilizar a palavra para expressar a liberdade e não se deixar ocultar e/ou oprimir, pois “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. (grifos do autor) (FREIRE, 2011, p. 109). Não esgotar-se na “relação eu-tu” significa compreender o ser humano no coletivo, principalmente onde as relações de opressão e submissão estão presentes. É nesse cenário que a dialogicidade se faz necessária.

Em meio ao cenário ditatorial a(s) palavra(s) de Dom José Maria Pires foi ação dialógica entre indivíduos, materializada pela/na prática pastoral e em seus escritos; e assim “Porque é encontro de homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação do *pronunciar* de uns a outros. É um ato de criação” (FREIRE, 2011, p. 110). É nesse sentido, da pronúncia do mundo freiriana como exercício humano da liberdade e construção de identidades de resistência, que as práticas pastorais e os escritos de Dom José estiveram fundamentadas. É o que percebemos.

Sobre Nikolai Leskov, as narrativas de seus textos eram abordadas por Benjamin (1987), como cenário de fundo para se discutir o fim da narrativa e a pobreza da experiência. Além da arte de contar as histórias vividas, a crítica presente nos escritos do Narrador de Benjamin (1987) colocava sua produção literária em trama com as questões

sociais da época. “Seus contos foram precedidos por uma série de escritos sobre a classe operária, sobre o alcoolismo, sobre os médicos e sobre os vendedores desempregados” (BENJAMIN, 1987, p. 200). Não era apenas um contador de história, tratava de temáticas reais, sendo considerado por Benjamin (1987) um narrador pela capacidade de “intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1987, p. 198).

Alertar sobre o fim da narrativa e da experiência foram as questões de Benjamin (1987) “pronunciar sua palavra” (FREIRE, 2011), e através da compreensão que tinha do mundo foi a questão do moleiro de Ginzburg (2006) em também dizer a sua palavra. Em ambos, a invisibilidade historiográfica que os cercava restringia-se ao fato de serem pessoas comuns, ou seja, não se tratava de políticos ou pessoas ilustres das camadas sociais elevadas. O que tinham em comum Menochio e Leskov? Suas palavras, narradas ou escritas, revelavam seus posicionamentos diante das situações que o envolviam. E foram justamente suas palavras, utilizadas enquanto formas de expressão do pensamento, que o colocaram em evidência.

Sujeitos anônimos demarcam os personagens de Ginzburg (2006) e Benjamin (1987). Já o mesmo não podemos dizer sobre Dom José Maria Pires, pois a função de arcebispo que ocupava o tornava uma pessoa conhecida. Agregado a isso, seu envolvimento com questões sociais o colocavam em visibilidade. Ora, os discursos com teor educativo, o uso dos termos: refletir, causa social, opressão e oprimido, dentre outros, e as ações de apoio às populações camponesas através da Ação Pastoral Igreja Viva e outras atitudes, promovidas pela Arquidiocese da Paraíba naquele contexto da Ditadura Militar, contribuía para que a figura do arcebispo não passasse despercebida.

Dessa forma, Dom José não estava em anonimato, muito pelo contrário, cada vez mais se tornava conhecido e ganhava visibilidade, inclusive dos órgãos repressores. De fato, o arcebispo não pode ser considerado pessoa invisível, no entanto, o que o colocava nesse patamar era a representatividade que exercia frente aos sujeitos “anulados” e às causas que defendia, naquele momento ditatorial.

Como acontecia esse movimento de reciprocidade entre o arcebispo e aquelas pessoas em condição de anonimato? De que forma Dom José se fazia representar naqueles camponeses? Uma das formas era colocar em evidência os direitos violados das pessoas anônimas, de forma a torná-las visíveis para a sociedade daquele contexto de perseguição e violação de direitos. Para tanto, utilizou o lugar que ocupava enquanto arcebispo para

informar sobre os fatos ocorridos, denunciar as violações sofridas, e promover processos de conscientização. Educava através da palavra e da atitude engajada.

Dentre os registros de Dom José Maria Pires, consultados no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba e na obra *Do Centro para a Margem* (PIRES, 1978), encontramos cartas pastorais, discursos (de posse e de paraninfo em colações de grau que fora homenageado), homilias, palestras, pronunciamentos, artigos, correspondências entre o arcebispo, os párocos da Arquidiocese e outros bispos, fotografias sobre os conflitos de Alagamar e Taquara e de ações promovidas no campo, relatórios da Ação Pastoral Igreja Viva, o texto-base dessa ação pastoral, recortes avulsos de matérias sobre Dom José nos jornais locais: O Norte e A Imprensa (este último da Arquidiocese), transcrição de algumas alocações do programa dominical intitulado “A mensagem e a vida” que realizou até o início de dezembro de 1968 na rádio Arapuan.

O teor desses documentos/fontes apontam para a construção de um biografema da produção escrita do Arcebispo concentrado em torno das temáticas: pobreza, luta camponesa, Direitos Humanos (DH) e a causa negra. E teve a educação por eixo orientador, pois em cada um desses assuntos o elemento educativo se fez presente. Muito embora a educação também tenha sido conteúdo de alguns discursos de paraninfo e prefácios de livros, integrou, de forma mais densa, as práticas educativas realizadas nas ações pastorais e nos escritos do arcebispo.

Através desses mecanismos, de discurso e ação, Dom José utilizava seu *lugar de fala* enquanto arcebispo (CERTEAU, 2012) para denunciar as violações de direitos cometidas principalmente contra os camponeses e outros sujeitos. Outro elemento era o fato de que sua produção escrita tinha conteúdo conscientizador e procurava sensibilizar e chamar a população para o engajamento social frente às situações de opressão então vividas naquele contexto. É o que constatamos nos seguintes trechos da Carta Pastoral “Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos”, de 12 de fevereiro de 1978, em que o arcebispo trata da situação enfrentada pelos camponeses de Alagamar/PB:

[...] Hoje o fraco a ser protegido não é só a criança que atravessa uma rua movimentada ou o órfão que passa fome e a viúva sem teto... O fraco é o operário que vive com salário mínimo, o trabalhador forçado a emigrar da terra em que nasceu. O fraco a ser protegido é o lavrador de Alagamar, de Piacas e de tantos outros sítios ou fazendas invadidas pelo gado ou pela cana.

É sobre esta situação que vamos refletir na presente Carta Pastoral. (PIRES, 1978, p. 41).

A compreensão do arcebispo sobre quem é a pessoa fraca que precisava de proteção reforça que suas práticas pastorais estavam fundamentadas no pensamento teológico decorrente da Teologia da Libertação, em que a vertente progressista da Igreja Católica se colocava na linha de frente para defender as causas sociais do pobre. Ao refletir sobre quem é o fraco a ser protegido, Dom José chama a atenção da sociedade para os casos de perseguição e violação de direitos vivenciados pelos pequenos agricultores de Alagamar, da fazenda Piacas e de outros sítios paraibanos.

Dessa forma, a Carta Pastoral, lida em missa, transformara-se em instrumento de denúncia do que estava acontecendo no campo. Ora, aquelas palavras representavam o posicionamento de Dom José face ao contexto repressor e violento do regime ditatorial, que materializadas pelo registro escrito em um documento oficial, qual era a Carta Pastoral, ganhavam força e notoriedade. As palavras proferidas durante as missas simbolizavam, também, o pensamento e movimento realizado pelo arcebispo, enquanto sujeito histórico, para “dar voz” àqueles em condição de opressão, pois, denunciando o sofrimento daquelas pessoas através de suas palavras e registros escritos realizava a escrita de si, uma escrita de enfrentamento e indignação à ordem e às violações da Ditadura.

2.2 Dom José e as narrativas da memória: um biografema biográfico

De acordo com Mitidieri e Silva (2015, p. 92), “[...] o “biografema” constitui os detalhes, os estilhaços que, muitas vezes, pulverizados e não referenciados na biografia clássica, são capazes de imprimir novas significações em textos de diversos gêneros”. É justamente esse significado de constituição de um eu através dos *detalhes* presentes na trajetória biográfica episcopal e/ou nos *estilhaços* decorrentes desse trajeto de si, realizado por Dom José Maria Pires, que compõe o biografema do arcebispo.

Seu primeiro discurso, intitulado “É santa a Terra em que piso”, diz respeito ao pronunciamento realizado para tomada de posse, que aconteceu em 26 de março de 1966, na Praça Dom Adauto, em frente ao Palácio do Carmo, na capital pessoense. Desse discurso, destacamos alguns trechos e que seguem na discussão seguinte.

Antes de apresentar-se, primeiro agradeceu às comitivas que vinham das cidades de Curvelo, Diamantina e Araçuaí do Estado de Minas Gerais, sua terra natal, nas quais fora, respectivamente, Pároco, Seminarista e Bispo. Reconheceu-lhes o sentimento de pertença familiar e falou do abraço simbólico entre Minas Gerais e Paraíba.

Em seguida, agradeceu aos que o precederam, frente ao episcopado paraibano e, ao dirigir-se às autoridades, saudou a primeira-dama do estado, a matriarca da Igreja Católica, padroeira da cidade, Nossa Senhora das Neves, num trocadilho com uma metáfora à figura da primeira-dama do estado, situação que causou certo constrangimento perante as autoridades ali presentes.

Na segunda página do discurso, o destaque para as comitivas Curvelo, Diamantina e Araçuaí apontam as relações identitárias construídas por Dom José pelos lugares por onde passou, enquanto esteve em Minas Gerais. Nesses registros, além das autoridades da época (cumprimentadas nas últimas partes do discurso) e das comitivas de Curvelo e Diamantina, estado de Minas Gerais, onde iniciara sua vida pastoral, seu pronunciamento oficial endereçava-se aos órfãos, às viúvas, aos operários, aos enfermos, aos pobres, encarcerados, aos fiéis e aos Arcebispos que o antecederam na Arquidiocese da Paraíba.

Esse discurso de Dom José Maria Pires, pesquisado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, na Seção Discursos e Pronunciamentos, também é encontrado na obra de Ribeiro (2005), do qual transcrevemos os trechos abaixo:

Ao pisar pela primeira vez em solo paraibano, parece-me ouvir o eco das palavras dirigidas pelo Senhor a Moisés: “Tira as sandálias dos teus pés porque é santa a terra em que pisas” (Ex. 3,5). [...] Paraíba valorosa, eu te saúdo e te abençoo! A bênção do Senhor desça sobre ti! [...]. Recebei-me, pois, ó Paraíba, como um dos vossos filhos, para que eu, incorporado à multidão dos paraibanos, possa com eles trabalhar pela grandeza desta terra que agora me acolhe e se torna por assim dizer, uma verdadeira terra mãe para aquele que hoje se torna filho desta terra (RIBEIRO, 2005, p. 13)

Nesse fragmento, a eloquência das palavras cede espaço para a dialogicidade freireana (2011, p. 107), construída no agir junto, na ação do trabalho coletivo que o novo arcebispo propõe colocar em prática, de forma incorporada, ou seja, integrada ao povo. É por isso que o “dizer ao mundo sobre si” significa, ou pressupõe, agir sobre o mundo, no sentido do existir humanamente, para si e para o(s) outro(s).

A existência humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo (FREIRE, 2011, p. 108).

E qual o significado dessa pronúncia de mundo para um arcebispo que acaba de chegar a outro estado? Ora, ao chegar à Paraíba, em 1966, Dom José Maria Pires já existia humanamente, já pronunciava o mundo daquelas cidades em que estivera no início de sua vida vocacional, o mundo “de Curvelo”, “de Araçuaí”, “de Diamantina”. O sentido expressivo freiriano (2011) do pronunciar o mundo, agindo e transformando as realidades continuaria na Arquidiocese da Paraíba? Compreender esse significado da pronúncia do mundo, como transformação das realidades é o sentido de ser desta pesquisa, pois, justamente as elaborações e reelaborações das formas de agir sobre a realidade para transformá-la integram as ações pastorais e práticas educativas colocadas em pauta pelo arcebispo.

Outro elemento constituinte do ato de Dom José de pronunciar o mundo, na concepção freiriana (2011) da transformação, é a arte do bem falar. O dom da palavra, no sentido de ser ouvido ou fazer-se voz, denota à escrita um instrumento não apenas comunicativo, mas, sobretudo, um mecanismo de empoderamento e reflexão. Essa seria então uma das “marcas” de Dom José? Ou, em outros termos, a atitude de “tocar com as palavras”, no sentido de mobilizar o(s) outro(s) a respeito de alguma questão seria um dos atributos notáveis do novo arcebispo? Afinal, quem foi Dom José Maria Pires? Ou, no âmbito da História do Tempo Presente, “quem é Dom José?”.

Permaneceu na Paraíba até o término de seu prelado, em 1995, quando fora promovido a arcebispo emérito. Conhecido também como “Dom Pelé” ou “Dom Zumbi”, o amigo de Dom Helder Câmara¹⁶ e primeiro arcebispo negro do Brasil, dentre outras ações, presidiu a Comissão Episcopal do Nordeste, a qual reunia os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo o fundador do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) do Brasil.

De acordo com Ribeiro (2013, p. 11), Dom José Maria Pires

¹⁶ Arcebispo de Olinda e Recife/PE, esteve junto com Dom José Maria Pires, Dom Pedro Casadágua, entre outros, na linha de frente na defesa dos oprimidos e perseguidos, principalmente, pelo regime ditatorial.

Atuou como Membro de diversos organismos da CNBB e do CELAM, integrando, também a delegação do episcopado brasileiro, nas Conferências de Medellín e Santo Domingo. Representou a CNBB na IV Conferência Mundial das Religiões para a Paz, em Melbourne, Austrália, onde proferiu palestra em 1989.

A importância de Dom José Maria Pires, ao integrar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), junto com outros arcebispos, ampliava sua representatividade da Paraíba para o mundo e, com isso, as causas sociais que defendia em seu episcopado adquiriam maior visibilidade. Como membro desses segmentos institucionais, tinha a oportunidade de fazer ecoar a voz daqueles que estavam sofrendo os silenciamentos da opressão.

Completados 70 anos de sua ordenação de padre e 60 anos como bispo, aos 98 anos de idade, em 27 de agosto de 2017, devido às complicações de uma pneumonia, na cidade de Belo Horizonte (MG), falece; no entanto, o sepultamento aconteceu na Paraíba, na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa.

Ao colocá-lo nessa perspectiva *daquele que é*, e não *daquele que foi*, o situamos no cenário da ditadura civil-militar, deslocando-o para esse lugar representativo para além do tempo que se foi. É nesse sentido que perguntamos: quem é Dom José? O que representa e/ou representou para a Igreja da Paraíba? Qual repercussão transcorre e/ou envolve as primeiras palavras de Dom José como novo arcebispo?

Ainda não temos respostas, mesmo porque o intuito da tese não se encerra nessas questões, tendo em vista que mais importante que “respondê-las” (entre aspas), é interpretá-las. Por isso, não ousamos biografá-lo, mas quiçá inventariar uma narrativa sobre o que foi (ou sobre o que ainda continua sendo) a pessoa de Dom José Maria Pires.

Esse entendimento fundamenta-se na perspectiva dos estudos biográficos que tratam sobre o biografema, como sentido expresso de uma narrativa de si que acontece para além de conceitualizações, mas no âmbito de contextos (sociais, políticos, antropológicos, econômicos, culturais, dentre outras proposituras, a depender da percepção da vida e da humanidade); é sobre pensar uma vida no sentido ou como forma de reinventá-la, com a devida atenção para o fato de que:

A reinvenção de uma vida não sugere, necessariamente, um princípio de identidade na realocação dos elementos constituintes de uma biografia; até porque a vida vivida não é a mesma enquanto narrada. Antes, apropria-se de fatos ocorridos, e que se pretende biografar, para inventariar a narração (auto)biográfica (MITIDIERI; SILVA, 2015, p. 91).

Ora, o biografema aqui proposto sobre a história vivida não é o mesmo que sobre a história narrada; não realiza o mito de narciso, enxergando apenas as virtudes e admiração da biografia romanceada e nem incorre no risco da caricatura; tratamos de “apresentá-lo” por meio de alguns dos rastros que deixou de si e sobre si, um biografema.

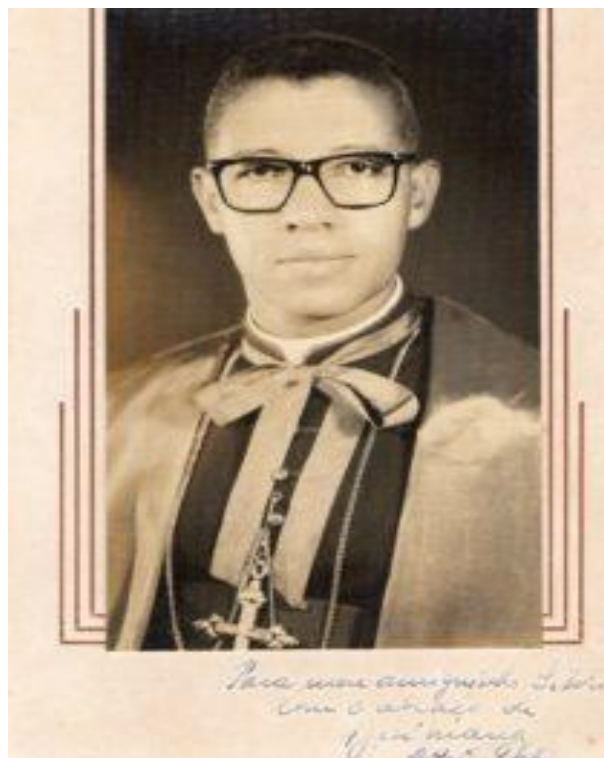
Representante de uma Igreja e do poder que esta detém, é descrito por Silva (2023) pela *humildade litúrgica* que apresentava em seu jeito de ser e na forma de comportar-se:

[...] outro ponto também de Dom José marcante, e que me marca, é a sua humildade. Diferente de muitas vezes de irmãos que usam da autoridade através de paramentos. Não! Ele era o Bispo. Todo mundo sabia que ele era o bispo, mas era um homem muito simples, em termos dos paramentos litúrgicos. Era um homem que estava lá, com a sua túnica, às vezes uma casula muito simples, a sua estola. Mas você não via ele assim, em abusos litúrgicos, ou seja, com coisas de ouro, não. Usava coisas do cotidiano. Então, uma marca dele assim é essa questão da humildade litúrgica (SILVA, 2023, p. 03).

Conforme as memórias de Silva (2023), a humildade litúrgica de Dom José demarcou o bispado e sua postura como arcebispo. Tal característica estaria interligada aos objetivos conciliares da Igreja pobre e servidora, em que a vivência da pobreza foi prática adotada pelos bispos participantes do Concílio Vaticano II, a exemplo de Dom José, Dom Helder Câmara e outros ou tratava da forma de ser, um traço de sua personalidade?

Além do uso dos paramentos mais simples, “mesmo sendo o bispo”, outra característica do arcebispo era a proximidade com a população que o recebia na nova arquidiocese. Tal situação se apresenta na dedicatória: “Para meu amiguinho Sílvio, com o abraço de José Maria” (escrito na fotografia), registrada na foto e nas lembranças de Osias (2019).

Figura 1: Dom Jose Maria Pires, 1966.



Fonte: <https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/2019/03/15/dom-jose-nasceu-ha-100-anos>.

Na fotografia a indumentária, trajes e acessórios, utilizados por Dom José Maria Pires, indicam tratar-se de foto oficial, em que as representações construídas (ou que se pretendiam construir) em torno da figura do arcebispo são pelo registro oficial de uma fotografia limitadas. Ao “pousar” para a foto “cristalizava-se” a figura/representação de um arcebispo, por isso a postura e indumentária captadas pelas lentes da câmera fotográfica tratavam de espelhar a imagem de uma autoridade, representativa do status de poder e saber dogmático de uma Instituição, neste caso a Igreja Católica.

Questões implícitas à fotografia e às intencionalidades que a envolvem, pois de acordo com Barthes (1984, p. 22): “Ora, a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva (câmera), tudo muda: ponho-me a “posar”, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem”. Nesse sentido, a imagem acima revela os aspectos de formalidade e seriedade que envolvem a figura de um arcebispo.

A aproximação com a população foi outro aspecto observado nas narrativas da memória, e, de certa forma, contribuía para a construção de uma imagem do arcebispo mais próximo do povo e de suas questões sociais. É o que se percebe no relato:

[...] essa foto, com dedicatória e data de 24 de maio de 1966, ele me deu depois de uma audiência pública na visita pastoral que fez à Igreja do Rosário, em Jaguaribe.

Minha mãe era católica, havia sido freira na juventude. Meu pai era comunista e ateu. Os dois, por motivos distintos, foram atraídos pela figura de Dom José. Posso dizer que fui junto com eles.

Trocávamos cartões, cartas. Até que um dia ele disse que queria ir à minha casa. O ano era 1968.

Chegou lá dirigindo um fusca, num sábado à tarde. Foi recebido por um coral infantil que meu pai e minha mãe formaram e ensaiaram com os meninos da vizinhança, meus amigos.

Dom José, sentado numa velha cadeira de balanço restaurada para recebê-lo e toda pintada de vermelho, conversou mais com as crianças do que com os adultos. Comportou-se como se fosse uma delas, só que dizendo coisas de gente grande (OSIAS, 2019, p. 2).

Nas memórias de Osias (2019, p. 3), colunista do Jornal da Paraíba, os traços biográficos nos permitem refletir de que forma Dom José Maria Pires estabelecia suas relações sociais e as pessoas que faziam parte de seus elos de convivência: pessoas simples ou representativas da sociedade e da política, dialogava com todos. A troca de cartões e cartas era gesto comum desse período, tendo em vista ser a correspondência um principal meio de comunicação nesse momento. Dirigir o próprio carro era outro elemento biográfico a ser considerado, pois revelava a “humildade do arcebispo”, ainda presente na memória de Silva (2023), em sendo uma autoridade da Igreja dispensar a regalia de ter um motorista.

Outra questão foi o destaque para a conversa com as crianças que foram recepcionar sua visita, neste registro da memória a figura do arcebispo a conversar mais com as crianças do que com os adultos assemelhava-se ao ensinamento de Cristo de “deixai vir às crianças”.

O colunista ainda relatou sobre suas memórias afetivas acerca de Dom José:

o que guardo dele na minha memória afetiva não cabe num texto.

Mas posso mencionar algumas coisas:

O sermão das sete palavras da Sexta-Feira Santa de um ano qualquer, na Catedral Metropolitana. O arcebispo parecia dar novo significado ao texto evangélico.

O apoio aos estudantes que foram às ruas em 1968. Dom José foi ao encontro deles no centro da cidade.

A criação de um centro de defesa dos direitos humanos, que funcionava ali na Almirante Barroso, sob o comando do advogado Wanderley Caixe.

A luta pela terra em Alagamar. Entre as ligas camponesas e o MST.

A noite de Natal em que transferiu a missa da Catedral para a Praça João Pessoa e lá celebrou ao lado dos agricultores acampados.

A recusa de receber o título de Cidadão Paraibano quando entendeu que seu discurso passaria por uma censura prévia da Assembleia Legislativa.

A presença na Missa dos Quilombos, no Recife, ao lado de Dom Hélder, Dom Pedro Casaldáliga e Milton Nascimento.

A fala na estreia da Cantata Para Alagamar– trabalho que, como lembrou, reunia três homens de nome José. Um pastor católico (ele próprio), um judeu (José Alberto Kaplan) e um ateu que não acreditava nem na existência histórica de Cristo (Waldemar José Solha).

Essa fala resume muita coisa daqueles tempos difíceis. Mas contém, sobretudo, uma grande lição de tolerância. A tolerância que anda tão escassa no Brasil.

Dom José Maria Pires foi firme e corajoso como pastor de uma igreja comprometida com os pobres, mas nunca perdeu a capacidade de dialogar. Com o sorriso que oferecia aos estudantes ou aos agricultores, se apresentava aos militares do Grupamento de Engenharia ou ao governador de plantão no Palácio da Redenção.

A voz era de uma beleza que parecia música. Quase sempre mansa, sem perder a firmeza.

Tenho a alegria de ter sido contemporâneo da sua passagem pela Paraíba.

Conheci poucos homens tão especiais quanto Dom José, Dom Pelé, Dom Zumbi! (OSIAS, 2019, p. 3)

O que tornava Dom José um homem especial para as memórias de Osias (2019)?

Na reportagem acima, realizada em homenagem ao centenário de Dom José Maria Pires, em 15 de março de 2019, revelam algumas das práticas do arcebispo e ajudam a contar a História de um tempo através dos esboços da memória coletiva (HALBWACHS, 2003, p. 71), de forma que

[...] admitimos, contudo, que as lembranças podem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando, em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas.

Nesse sentido, as reminiscências de Osias (2019) são memórias individuais e coletivas que tratam de apresentar *flashes* de algumas das ações pastorais realizadas pelo arcebispo, a exemplo da “Missa dos Quilombos” e da luta pela terra junto aos agricultores, materializada/simbolizada na “Cantata *pra* Alagamar”, a ação reflexiva do uso de Dom

José das palavras e seus “apelidos” constituem também alguns dos elementos do biografema do arcebispo.

Outro vestígio da narrativa de si se encontra neste trecho do segundo discurso, proferido em 27 de março de 1966, quando Dom José se apresenta:

Tenho quarenta e sete anos de idade, vinte e quatro de sacerdócio e oito de episcopado. Sou de origem humilde. Como Cristo, nasci em um lugarejo- Córregos, perdido no interior de Minas. Minha terra natal não tem mais de oitenta casas, mas já deu vinte e dois sacerdotes à Igreja. Como Cristo, sou filho de uma doméstica, e meu pai é um carpinteiro que ainda hoje, com seus 74 anos de idade, continua exercendo a profissão (RIBEIRO, 2005, p. 19).

Nessa narrativa se inscreve a experiência de vida exemplificada pela idade e pelo tempo em que se viveu, como forma de mostrar ou fazer-se revelar, a maturidade construída por um arcebispo ainda jovem, aos 47 anos de idade, mas experiente, pois já tinha 24 anos de sacerdócio e desse tempo, oito anos de episcopado. Palavras escolhidas para seu discurso de posse como novo arcebispo, em um outro estado, em que a população ainda o não conhecia. Era preciso apontar em seu pronunciamento suas origens familiares, marcadas pela pobreza/humildade e, da mesma forma, mostrar-se maduro/experiente para assumir uma Arquidiocese.

A abordagem cronológica presente no pronunciamento acima realiza um corte no tempo, trazendo à tona alguns recortes de sua origem familiar, apresentando o que considerou importante sobre seus pais, o lugar onde nasceu e sua idade. Partindo desse tempo e lugar de seu trabalho eclesial, indica as experiências vivenciadas até então como forma de mostrar suas raízes e destaca sua origem familiar de natureza humilde, ressaltando seu lugar de nascimento, o lugarejo de Córregos¹⁷, no Estado de Minas Gerais.

José Maria Pires, um dos seis filhos de Eleutério Augusto Pires e Pedrelina Maria de Jesus, nasceu aos 15 de março de 1919 e, “de acordo com o

¹⁷ Lugarejo situado no município de Conceição do Mato Dentro, localizado na zona rural, a 129 km da capital Belo Horizonte. Quando de sua fundação, no início do século XVII, o povoado era denominado Nossa Senhora Aparecida de Córrego e, de acordo com Pereira (2012, p. 28), “a denominação de “Conceição” se dá por conta do nome da primeira Igreja matriz daquele povoado e “Mato Dentro” por conta da proximidade com a região de Caeté, cujo significado é “Mato Dentro”. Criado em junho de 1858 pela Lei Provincial nº 902, recebeu, em 1911, a simplificação do nome para Córregos. Informações obtidas no site Conheça Minas. Disponível em: <https://www.conhecaminas.com/2017/02/corregos-distrito-de-conceicao-do-mato.html>.

testemunho do próprio Dom José, seu pai era o responsável por educar seus filhos do ponto de vista religioso” (PEREIRA, 2012, p. 28). Em entrevista concedida em 15 de janeiro de 2011 a Pereira (2012), acrescenta:

[...] era meu pai que ensinava os pequeninos a rezar, colocava as mãos da menininha e ia repetindo a *ave-maria* com ela e dava o testemunho, o exemplo. Então, por isso a semente da vocação, que existe em todas as famílias, tinha o ambiente bom para ela crescer (PIRES *apud* PEREIRA, 2012, p. 28).

Nessa memória, as práticas religiosas presentes no ambiente familiar foram os ensinamentos de seu pai; mas Dom José Maria também recebeu influência de outras pessoas de seu convívio, como confirma Pereira (2012, p. 29):

José Maria Pires possuía um tio que era sacerdote católico. Era o Monsenhor Domingos Januário de Santana, que exerceu o ofício de pároco na cidade de Divinolândia, no estado de Minas Gerais. No entanto, percebe-se, por meio de seu discurso, uma influência maior do vigário local de Córregos, o Cônego Antonio Madureira de Carvalho, que exercia as atividades religiosas naquele espaço e inspirava no menino José Maria o desejo de ser sacerdote.

Teria essas influências de contato com a religião despertado o interesse de Dom José para o sacerdócio? Além de seu pai, o tio sacerdote e o vigário da cidade, sua madrinha, Maria da Glória Oliveira, fizeram parte desse processo de formação vocacional.

[...] Eu entro na casa da minha madrinha, depois da missa e estava aquela turma toda lá; e eu digo: gente eu quero ser padre! Todo mundo riu; achou que era brincadeira... Eu fiquei muito *sem graça*. Então, minha madrinha me chamou lá *pra* dentro e disse: José, você falou uma coisa muito, muito importante. [Então disse José Maria:] Mas eu quero, eu quero ser padre! Ela disse: *Tá* bom, não precisa chorar não. São José é o padroeiro das vocações sacerdotais. Então, todo dia você reza pra São José *pra* ver se encaminha isso (PIRES *apud* PEREIRA, 2012, p. 29).

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Esta imagem nos remete à reflexão proposta por Rodrigues (2007), em que:

A imagem fotográfica é polissêmica por natureza, passível de inúmeros significados. Possui um sentido denotativo representado de modo literal por aquilo que se vê registrado em seu suporte físico, e um sentido conotativo que corresponde à sua polissemia. (RODRIGUES, 2007, p. 67)

Dessa forma, temos nesta fotografia os sentidos denotativos “do que se vê” retratados na imagem, mas também a polissemia conotativa de representações e significados que a foto possa sugerir. A interpretação dependerá ou será motivada pelo olhar de quem vê e, sobretudo, o que se busca perceber.

A esse exercício denotativo, observamos a imagem de uma turma de seminaristas, composta por meninos, em sua maioria de pele branca, sendo percebido na imagem acima o menino José Maria (Dom José Maria Pires) com pele negra. No entanto, encontramos na dissertação de Pereira (2012)¹⁹ menção a outra criança negra. Todos com instrumentos musicais a revelar a prática da música e a formação dos “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2011, p. 131), para que se obedecesse às normas do Seminário.

A formação seminarista de Dom José Maria Pires ocorreu entre 1931 e 1942, no Seminário de Diamantina/MG. Desse momento formativo, a representação masculina coloca em pauta a vocação e as motivações, à época, para cursar um Seminário, ou seja, o que motivava os meninos a se retirarem da casa de seus pais para irem estudar no Seminário. Seriam as questões vocacionais, de fato, ou os meninos retratados na foto acima tiveram que despertar para a vocação sacerdotal por encontrarem no Seminário a oportunidade para os estudos e melhores condições de vida?

São perguntas que tocam questões individuais da história de vida de cada um, mas que podem contar sobre uma época, uma vez que era de interesse da Igreja formar novos sacerdotes. Naquele período, os anos 1931, quando Dom José iniciava sua formação no seminário, o país se encontrava na primeira fase da “Era Vargas”, ou seja, no período

¹⁹ Pesquisa de mestrado realizada em 2012, intitulada: “Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980”; em que menciona na página 33, a presença de outro seminarista negro na fotografia.

denominado governo provisório, que vai de 1930 a 1934. Porém, considerando que a história não é estática, ou seja, um período não se encerra para que no dia seguinte outro se inicie, a “Era Vargas” trazia os resquícios das relações políticas que marcaram o período anterior da República Velha, ou Primeira República, conhecida como a “política do café-com-leite”.

Durante a República Velha, período compreendido entre 1898 a 1930, havia um acordo entre as oligarquias estaduais e o governo federal, dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, produtores de café e leite. No entanto, de acordo com Iglésias (1990, p. 260), “Em síntese, era precária a situação da lavoura. Se ela era a base da economia, se maior parte do capital disponível era aí investido, se a classe dominante era sobretudo agrária, a assistência que recebia era insuficiente para florescimento mais vivo”. É fato que tal estratégia política buscava atender às demandas das oligarquias e não os interesses sociais da população e mesmo assim, conforme relatado por Iglésias (1990), a classe agrária não recebia a assistência suficiente.

Esse período de transição, do modelo agrário-exportador da República Velha para o desenvolvimento da burguesia industrial, demarcava a vida do ainda menino José Maria. Morar na área rural contribuía para que sentisse mais de perto os reflexos da insuficiência de investimento político-econômico para com o campo. Dom José não integrava a elite oligárquica da época, pelo contrário nasceu em uma família pobre. Outra questão era o fato de que a profissão do seu pai, carpinteiro, que tem por matéria-prima a madeira, de certa forma, estava interligada ao campo e sofria os resquícios do declive agrário daquele período.

Ao entrar para o Seminário, geralmente por volta dos 11 ou 12 anos, além do acesso aos estudos, o seminarista passava a viver o regime da disciplina. O formato de internato era característica marcante, pois restringia os vínculos familiares a visitas esporádicas; tinha horários e atividades a cumprir, a disciplina e a obediência faziam parte da formação sacerdotal, exemplificando algumas das táticas (CERTEAU, 2012) institucionalmente estabelecidas por meio dos seminários para “atender a formação” ao “chamado à vocação”.

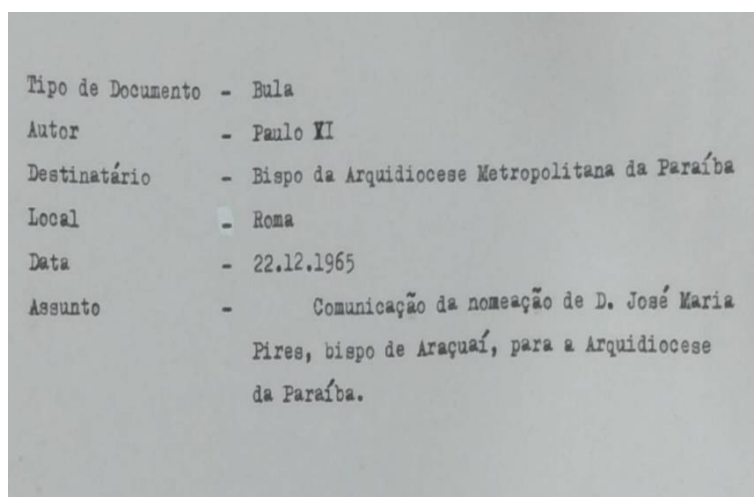
Ainda sobre si, Dom José Maria Pires expõe:

Dispôs a Providência divina que meu ministério sacerdotal se expressasse em meios bem diversos, o que não deixou de ser uma

preparação para o episcopado. Fui pároco de uma cidadezinha do interior e o fui de uma grande cidade; fui professor e diretor em Ginásio; fui missionário diocesano e trabalhei para a obra de manutenção dos padres velhos e doentes (RIBEIRO, 2005, p. 20).

De acordo com Ribeiro (2013), após a formação no Seminário, é ordenado padre em 1941, estando com 22 anos. De início, o Padre José Maria contribuiu na formação sacerdotal no Seminário de Diamantina/MG e, passados dois anos, tornou-se o primeiro vigário de Travessão de Guanhães, atual cidade de Açucena/MG; passando depois para a cidade de Governador Valadores, onde foi diretor do Colégio Diocesano Ibituruna. Em seguida, foi pároco em Curvelo, até quando foi nomeado Bispo de Araçuaí/MG, em 1957, lugar que ficou até ser destacado para a Arquidiocese da Paraíba, no ano de 1965.

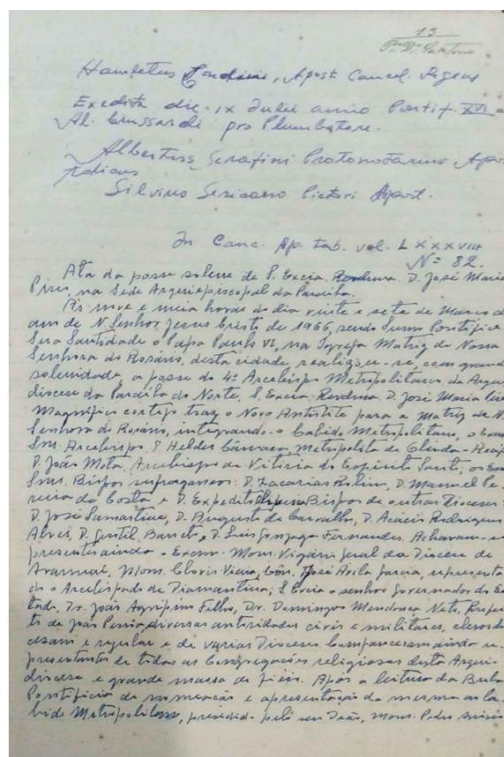
Figura 3: Bula Papal de nomeação de Dom José Maria Pires.



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

A Bula, representada na fotografia acima, é um documento da Santa Sé, Roma, em que o Papa Paulo VI comunicava oficialmente à Arquidiocese da Paraíba a nomeação de Dom José Maria Pires, aos 22 de dezembro de 1965. Abaixo, a Ata da Posse do novo arcebispo.

Figura 4: Ata de Posse de Dom José Maria Pires.



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

A ata confirma que a posse de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba aconteceu em 27 de março de 1966, um ano depois de sua nomeação, em 1965. De acordo com Pereira (2012, p. 78), “segundo o próprio arcebispo, sua chegada à Arquidiocese da Paraíba demorou esse período por conta de algumas pendências que o líder religioso teria de resolver na Diocese de Araçuaí”.

Mas o que motivou a vinda de Dom José para a Paraíba? Por que a Paraíba e não outro Estado? Nas palavras de Dom José, em entrevista concedida à Pereira (2012), os indícios (GINZBURG, 2006) de sua nomeação para o estado paraibano teve a influência de Dom Helder Câmara, arcebispo de Pernambuco.

E foi apoteótica minha chegada lá [em João Pessoa]. Meu antecessor não era velho, mas por causa de problemas de saúde já não tinha mais nem condições de sair de casa. Então o bispo quase não era visto. Em todas as coisas, ele era substituído pelo vigário geral e então chega um bispo relativamente novo para substituir um que não era velho, mas tinha problemas de saúde e já não tinha condições de trabalhar, Dom Mario de Miranda Villas Boas e toda aquela alegria e ao mesmo tempo aquela esperança de que a Igreja vai melhorar, vai ser mais nossa etc,

etc. foi uma festa popular. Depois foi já o período da ditadura e então a chegada do bispo foi um motivo de expansão. Todo mundo pode ir pra rua, todo mundo pode gritar, todo mundo pode falar e etc. A decepção foi que Dom Helder tinha anunciado: Gente, olhe, vocês vão receber um bispo negrinho, vocês nunca viram um bispo negrinho. Quando eu cheguei foi aquela decepção: “ah, eu pensava que ele era negro mesmo, mas ele não é não”. Até eu provar que eu era negro (...). A segunda decepção é que se esperava alguém que começasse logo a ter certas atitudes para preservar os direitos da Igreja e a minha atitude desde o começo foi a atitude do diálogo e um diálogo franco (PIRES apud PEREIRA, 2012, p. 79).

A expectativa gerada com a chegada do bispo negro, anunciada por Dom Helder, revela marcas das questões raciais, presentes na vida de Dom José desde a formação no Seminário e se tornaram causas de embate em seu episcopado. Também conhecido por *Dom Pelé* e *Dom Zumbi*, Dom José Maria Pires foi um defensor ativo das questões raciais, certamente o fato de ter “vivenciado na pele” situações de discriminação contribuíram para fomentar sua militância na causa negra e esse envolvimento marcaria seu episcopado na Arquidiocese da Paraíba.

Sobre o apelido que lhe deram, “Dom Pelé”, em entrevista à Fundação Margarida Maria Alves, no ano de 2015, Dom José explica:

Quando fui ordenado bispo, em 1957, eu era o único bispo negro no episcopado brasileiro. Foi a época em que Pelé estava no auge, juvenzinho. Numa das nossas reuniões, entrei um pouquinho atrasado com outro bispo. Quando entrei, eles disseram: “Feola (Vicente Feola, ex-jogador da seleção brasileira), que era um gorducho, e Pelé”. Então começaram a me chamar de Pelé.

Zumbi foi na Serra da Barriga (Alagoas), no centenário da abolição da escravidão. Nós fizemos uma romaria até a serra, que era a sede do Quilombo dos Palmares. Aí dom Pedro Casaldáliga (bispo emérito de São Félix do Araguaia) diz: “Olha, Zé Maria. Pelé não faz nada pelos negros. Você vive lutando pela negritude. Então vamos mudar seu nome de Pelé para Zumbi porque ele também deu a vida pela negritude”. A partir daí me chamaram de dom Zumbi.

(PIRES, apud FUNDAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES, 2015, p. 2).

Sobre as situações enfrentadas por conta da “cor de sua pele”, Dom José relatou, em entrevista à Pereira (2017, p. 34), os seguintes episódios, quando ainda estava no Seminário:

Quando ainda no primeiro ano do seminário (*a gente* estudava latim desde o primeiro ano de seminário) na prova de latim, a nota ia até vinte, na prova de latim eu tirei primeiro lugar com dezoito. *Aí* o professor me veio cumprimentar no meio dos outros... “mas não é possível seu padre, padre novo, como é que eu fui tirar o primeiro lugar?” [E o padre disse:] E o “Zé você acha que eu tô te protegendo?” [risos]. Porque sendo negro, eu não podia entender que eu, tirasse o primeiro lugar numa prova de latim quando eu *tava* começando, eu *tava* no primeiro ano.

Nessa memória, as marcas de um preconceito que vinha se internalizando, ao ponto de Dom José, na época ainda criança, desacreditasse de si mesmo, de sua capacidade de aprendizagem e conhecimento, afinal, foi o que lhe ensinaram através das relações de poder, das experiências discriminatórias e, até mesmo, através da História (e seus processos colonizadores de escravização do negro): o primeiro lugar na prova de latim não era para um menino negro.

Em outra memória sobre o Seminário, Dom José relata outra situação decorrente da cor de sua pele:

Então de manhã, nós íamos *pra* capela, *p’ra* missa. Enquanto nós íamos da sala de oração para Capela, o companheiro que estava na minha frente... a gente ia em fila, eu sem perceber pisei no pé dele atrás. Ele ficou nervoso com aquilo, virou *pra* mim e mostrou um canivete. Eu disse: “lá fora você me paga”. Então fomos *p’ra* capela, assistimos a missa, comungamos, depois da missa voltamos, tomamos café. Terminado o café, nós tínhamos o recreio. Quando o regente disse: “Laudete Jesus Cristo!” [antiga expressão latina presente nas recreações dos seminários para indicar momentos lúdicos e de descontração] - *Aí*, já fui em cima dele, de tapa, *né*. E começamos a lutar todos dois de batina. *Aí*, quando estava lutando chegou o regente que nos separou e nos colocou de castigo. Num corredor largo, um do lado outro do outro de joelhos. Ele chorando, coitado e eu não me incomodei não. *Aí*, passou o reitor que era um padre belga antigo, gordo [risos de Dom José], que eu tinha muito respeito por ele. Passou, viu aquilo, chamou o disciplinar e disse: “Que aconteceu com esses meninos?” Ah! [expressão de insatisfação por parte do supervisor], brigaram *aí* de manhã. Esse daqui (apontou *pro* Jorge, meu colega), esse menino aqui é de família muito boa, depois olhou *pra* mim: “esse negro que não presta. É negro, então qualquer coisa que ele fizer é porque ele não presta (PEREIRA, 2017, p. 35).

Além das medidas punitivas, como colocá-los de joelho, a maior punição para Dom José fora as palavras daquele padre: “esse menino aqui é de família muito boa e esse

negro é que não presta”. Dom José cresceu vivenciando situações como essa e até quando adulto, já na condição de arcebispo, precisou enfrentar os olhares “atravessados” e as palavras duras por conta da cor de sua pele, conforme relato de Pereira (2017) sobre a chegada de Dom José à Arquidiocese da Paraíba.

Com relação à sua chegada, Dom José narra que houve um clima de expectativa muito positivo, mas ao mesmo tempo uma decepção. Muitas pessoas faziam a imagem de que ele fosse um bispo negro, mas não daquela forma (PEREIRA, 2017, p. 126).

Que forma era essa? Existia alguma forma de ser negro? As memórias de Pereira (2017) narram a expectativa da população diante da chegada do novo arcebispo, mas também revelam o preconceito “velado” em torno da pessoa negra. Mesmo tendo sido o primeiro bispo brasileiro negro, Dom José Maria Pires precisava lidar com essas situações que colocavam em pauta sua cor, sua negritude, por isso, reconhecer-se negro foi o primeiro movimento que realizou dentro de si; afirmou-se negro para depois tornar a causa negra uma das militâncias de seu bispado e do seu fazer humano.

As relações de Dom José Maria Pires com o movimento negro foi uma das marcas que ele deixou nas memórias e na vida de Silva (2023):

Outro ponto também que marcou muito ainda a vida de adolescência era o envolvimento de Dom José com o movimento negro. Ele é um dos bispos que incentivou muito a valorização, é tanto que tinha na Pastoral do Negro, na época em que ele era Bispo, hoje essa pastoral praticamente não existe. Mas por quê? Porque ele valorizava muito as questões das influências afro-brasileiras. Então é um homem que tinha essa sensibilidade com essas influências afro-brasileiras, e assim, fazia o possível para valorizá-las. Coisa essa que você não vai ver em bispados futuros, ou seja, mas com Dom José ele tinha essa sensibilidade para com o social, para com a pessoa preta, com a mulher, o homem preto, a mulher preta. Porque ele dizia que havia ainda muito uma dívida social e ele em suas ações como Bispo ele tentava sanar muito essa dívida de forma muito presente, seja denunciando os abusos, seja muitas vezes ajudando mesmo. Como por exemplo com a Pastoral do Negro que na época dele funcionava bem, com cursos, buscava inserir os grupos, inclusive grupos não católicos, que ele tinha um grande respeito pelos movimentos afro-brasileiros: candomblé, umbanda, havia um respeito tremendo, apesar de ser um Bispo Católico.

A Pastoral do Negro da Arquidiocese da Paraíba, criada por Dom José Maria Pires, estava inserida no contexto de efervescência da população negra, que acontecia na década de 1970, em que diversos grupos se formaram a nível nacional para reivindicar a visibilidade social e os direitos da pessoa negra.

Ora, como outros setores da sociedade, a exemplo das pessoas do campo, a população negra se mobilizava contra as arbitrariedades e negação de direitos do regime ditatorial. Dentre os grupos formados, destacamos o Movimento Negro que, a nível nacional, fortalecia a luta em torno da população negra.

A Pastoral do Negro foi uma das ações pastorais implementadas por Dom José Maria Pires para colocar o negro no centro do debate e fomentar o reconhecimento social em torno da causa da negritude. Além da Pastoral do Negro, outra forma encontrada pelo arcebispo foi através de seus escritos, dos quais, Eulálio (2010, p. 43) destaca:

Entre 1965 a 1995, Dom José Maria Pires produziu trinta e três escritos sobre a questão do negro no Brasil, período este, referente ao seu mandato como Arcebispo da Paraíba. Na análise dessa documentação é notável a ausência da palavra “negro” em seus documentos dos anos iniciais, apresentando de forma subentendida o lugar do negro nos primeiros anos da ditadura.

Os escritos africanistas de Dom José Maria Pires, além de chamar a atenção da sociedade para a população negra, abordavam as temáticas: a representação negra na Igreja e na sociedade, a condição de marginalização social da pessoa negra e as situações de discriminação; além dessas questões, seus escritos representavam a reparação histórica às pessoas negras, “porque ele [Dom José] dizia que havia ainda *muito* uma dívida social e ele, em suas ações como Bispo, *ele* tentava sanar *muito* essa dívida de forma muito presente, seja denunciando os abusos, seja muitas vezes ajudando mesmo” (SILVA, 2023).

2.3 Dom José Maria Pires e os lugares de memória

Uma das questões cruciais discutidas por Benjamin (1987) diz respeito à pobreza da experiência e ao fim da narrativa, quais são reforçados por Nora (1993) quando afirma que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória

espontânea. São bastiões sobre os quais se escora” (NORA, 1993, p. 13); o que significa entender que os lugares de memória não se encontram mais nos “guardiões da memória” de Le Goff (2012) e/ou foram ressignificados.

Ora, vivemos a era da informação, da “inteligência artificial”, da internet, dentre tantas outras tecnologias e aparatos, que nos “levam” a demasiada aceleração. Na sociedade do século XXI, o desenvolvimento das narrativas e das memórias também são postas (e opostas) em ritmo acelerado.

Desse modo, estariam a história e as memórias sobre Dom José Maria Pires ameaçadas pelo fim da narrativa, ao ponto de lhe construírem monumentos (LE GOFF, 2012) ou consagrar-lhes lugares de memória (NORA, 1993)? Ou os lugares de memória atuam, justamente, enquanto mecanismos de tutela a preservar as lembranças acerca do arcebispo?

De acordo com Nora (1993, p. 12), “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”. Foi o que “sobrou” da memória para o tempo e por isso precisaram ser guardados/preservados nas configurações monumentais, nos prédios escolares, na fachada arquitetônica, nos nomes de instituições. Essa compreensão parte do sentido de que as narrativas da memória se perderam no ritmo do fenômeno da aceleração da história, a qual se opõe à memória de tal forma, que uma e outra configuram-se destoantes de significação, de modo que “a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9).

Diferente de Nora (1993), compreendemos que história e memória não se opõem, mas se articulam e se complementam e os “restos”, denominados lugares de memória, são, sobretudo, os “recortes” sobre algo ou alguém, realizados para não esquecer ou para se fazer recordar. Tais recortes são retomados em uma perspectiva de recriação, de reconstituição, do rememorar, do recontar, o que dará origem à uma nova história do sujeito ou fato histórico investigado; se expressam, por exemplo, em nomes de escolas (Fig. 5).

Figura 5: Escola Estadual Dom José Maria Pires.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Aqui, temos uma Instituição Pública, de competência do Governo do Estado, localizada na Rua das Rosas, no Conjunto Padre Ibiapina, no Bairro das Indústrias, que atende o Ensino Médio nos turnos manhã e tarde e Educação de Jovens e Adultos, à noite. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, a escola oferta Curso Técnico Integrado/Ensino Médio Integrado para os estudantes do 1º Ano do nível médio.

Em que essa nomeação é importante para as memórias sobre Dom José? Enquanto lugar de memória (NORA, 1993), essa nomeação revela a história oficial a consagrar-lhe monumento (LE GOFF, 2012) de memória, situação que demanda uma preocupação com a cristalização da história e das memórias individuais e/ou coletivas (HALBWACHS, 2003) sobre o arcebispo. As lembranças dos acontecimentos que o envolveram e como sujeito histórico que foi não “cabem” no concreto de um prédio (ou de um monumento) e as experiências de enfrentamento à Ditadura não se revelam na nomeação de uma escola.

Entretanto, ao olharmos pela perspectiva de Benjamin (1987), de que as narrativas estão sendo extintas pela sociedade do agora, do tempo que “corre” e do excesso da informação, o ato de nomear algumas instituições com o nome de Dom José constitui uma forma de fazê-lo ser lembrado, restando-nos a tarefa de não o cristalizar.

Outro “lugar de memória” (NORA, 1993) é a Escola Bilíngue Dom José Maria Pires:

Figura 6: Escola Bilíngue Dom José Maria Pires.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

A Escola Bilíngue Dom José Maria Pires é uma unidade educacional municipal que fica no Bairro do Alto do Mateus, localizada na Rua Ambrózio Rodrigues de Sousa, na cidade de João Pessoa/PB. Voltada para o Ensino Fundamental, apresenta em seu currículo escolar o diferencial do ensino da língua bilíngue (português e inglês), além de outras atividades, como: xadrez, robótica, iniciação musical, teatro. Como percebemos, os componentes curriculares abordam a perspectiva do ensino-aprendizagem de habilidades específicas, que não contemplam a história e memória acerca do patrono da instituição, por exemplo, situação que incorre para aumentar ainda mais a distância entre a narrativa e o contexto escolar.

Ora, a existência de instituições escolares com o nome de Dom José Maria Pires não garante que a história e memórias acerca do arcebispo sejam conhecidas por todos, ou seja, nomear uma escola não significa dizer que todos conhecem a história e/as motivações para a escolha, que a história e as memórias foram ou serão tratadas de forma pedagógica, pois, muitas vezes, o/a patrono/a de um prédio escolar limita-se a um nome “gravado” em uma placa, em uma parede. Tal situação revela a ausência de valorização da memória no âmbito educacional, não por culpa da escola, mas sim pelo desinteresse institucional, ainda carente de políticas públicas de valorização da memória no contexto escolar. Essa realidade contribui para a escola tornar-se um *lugar de não memória*, reforçando, ainda mais, a distância entre memória, história, narrativa e os sujeitos.

Figura 7: Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Já a unidade hospitalar (Fig. 7), é referência nas especialidades de cardiologia e neurologia e está localizada na cidade de Santa Rita/PB. Distante da capital João Pessoa aproximadamente 19 km, foi inaugurada no ano de 2018. O Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires é um complexo hospitalar público, mantido pela esfera estadual, que, além da região metropolitana, atende demandas de municípios circunvizinhos. O nome do hospital foi escolhido na gestão do governador da época, Ricardo Coutinho, que esboçou o seguinte pronunciamento em suas redes sociais:

Salve os 98 anos de Dom José Maria Pires, Arcebispo Emérito da PB, Servo de Deus e do povo. Dom José Maria é parte da história de resistência do povo durante a ditadura. Vida longa. Denominaremos o novo hospital em Santa Rita como Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires (COUTINHO, 2017, p. 1).

As demandas do século XXI, entre as quais, o fenômeno da aceleração da história, percebido por Nora (1993); o fim da narrativa e a pobreza da experiência, alertados por Benjamin (1987); e o excesso de informação e de opinião e a falta de tempo, apontados por Larrosa (2019), convergem para a dilaceração das memórias (individuais, coletivas, afetivas, militantes, doloridas, entre outras) à lápide “aqui jaz a narrativa”? Situação que nos remete à reflexão desses versos do poema de Brecht (GAGNEBIN, 2006, p. 52) “Apague os rastros”:

O que você disser, não diga duas vezes.
 Encontrando seu pensamento em outra pessoa: negue-o.
 Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou [retrato]
 Quem não estava presente, quem nada falou,
 Como poderão apanhá-lo?
 Apague os rastros!
 Cuide, quando pensar em morrer
 Para que não haja sepultura revelando onde jaz
 Com uma clara inscrição a lhe denunciar
 E o ano de sua morte a lhe entregar
 Mais uma vez:
 Apague os rastros!
 (Assim me foi ensinado).

Nesses versos, o imperativo “apague os rastros” é transpassado/*atravessado* pela preocupação benjaminiana com o fim da narrativa, pois o apagamento dos rastros é demarcado pelo fato de que o ato de contar histórias e memórias está em vias de eliminação e o apagamento do que se viveu toca em outra questão crucialmente importante: qual é a experiência?

Vejamos que, mesmo considerando as impossibilidades de definir o conceito de experiência, Larrosa (2019) esclarece para o fato de que “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (LAROSSA, 2019, p. 18). Essa situação expressa as marcas impressas, ou que foram impressas, daquilo que se viveu, no entanto se essas “marcas” (memórias e/ou rastros) forem “apagadas”, quais experiências ficarão?

Se a experiência significa exatamente o elo particular com o sujeito, no sentido do ser que vive e experencia e, experienciando, constrói, ou se reelabora como pessoa, indivíduo, cidadão; o que acontecerá a esse sujeito, caso até mesmo os rastros das situações por ele vivenciadas culminarem para essa eliminação? Ora, o apagamento dos rastros, acerca das experiências vividas, implica o apagamento do próprio sujeito.

É nesse sentido, do não apagamento dos rastros da ação pastoral-educativa de Dom José Maria Pires, que perguntamos: o que tocou a vida das pessoas participantes

daquele contexto de realização da ação evangelizadora (que era também educativa) da Ação Pastoral Igreja Viva implementada pela arquidiocese da Paraíba?²⁰

Ainda sobre essa questão, Larrosa (2019) continua:

Dir-se-ia que tudo o que se passa já está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara (LARROSA, 2019, p. 18).

A metáfora da narrativa construída (e repassada) artesanalmente, de forma a imprimir suas marcas na vida de *outrem*, assim como “as marcas da mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1987, p. 107), disputam espaço com os lugares de memória (NORA, 1993). É o que notamos na imagem abaixo, que trata da inauguração do busto de Dom José Maria Pires, na comunidade de Córregos, Distrito de Conceição do Mato Dentro/MG.

Figura 8: Inauguração do busto de Dom José Maria Pires, em Córregos/MG.



Fonte: Cáritas Brasileira, Regional Minas Gerais. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/noticias/dom-jose-maria-pires-fe-amor-e-resistencia>.

²⁰ De acordo com os Relatórios da Ação Pastoral Igreja Viva, que constam no Arquivo Eclesiástico da Arquivo da Paraíba, suas ações desenvolveram-se em: Sapé, Santa Rita, Bananeiras, Araruna, Rio Tinto, Arara, Guarabira, Serra da Raiz, dentre outras cidades da Paraíba.

A homenagem fazia parte das comemorações ao centenário de vida de Dom José Maria Pires, em sua cidade natal, e a “figura do arcebispo” ao ser representada por um busto representa um “lugar de memória” (NORA, 1993), ou seja, transforma-se em *monumento* (LEGOFF, 2012, p. 510), que são os “materiais da memória, herança do passado”. No entanto, entre a memória-monumento, esse “lugar de memória” (NORA, 1993) e as memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 2003) dos moradores daquela localidade, é necessário não a disputa, mas a harmonia, de forma que todas dialoguem, como forma de instrumento para se fazer recordar.

Ao observamos a fotografia acima, o busto de Dom José é composto pelas ações do grupo que ali se encontra e os atos de falar e ouvir; algo está sendo dito e escutado naquele momento, os semblantes atentos das sete pessoas se voltam para aquele que está a falar. Se era discurso ou lembranças o conteúdo daquela narrativa, não sabemos, mas dessa imagem, a atitude de narrar e ouvir a se sobrepor ao busto do arcebispo foi o que nos chamou atenção. Como “herança do passado” (LE GOFF, 2012), a história-memória sobre Dom José Maria Pires é colocada em movimento nas reminiscências de alguns moradores daquele lugarejo, como o é por Ribeiro (2022):

Meu primeiro emprego foi ele que me deu. Ele morava na Paraíba, lá ele criava umas abelhas, aí que ele fez, trouxe a criação de abelhas *pra* cá. Antes, ele fez um pomar e plantamos laranja, mexerica pocan, goiaba... *aí* ele vinha aqui *mexer* com as abelhas, começou com as caixas e *aí* ele me contratou para trabalhar com ele, *né* e eu gosto de *mexer* com isso, eu *tava* [estava] com 17 *pra* 18 anos... ele me contratou, assinou minha carteira e eu fiquei *mexendo*. Ele me ensinou muitas coisas! Dom José Maria gostava muito de *mexer* com essas coisas, *assim*, de roça, nasceu aqui. Ele criou a “Vinocor”, eles plantavam muitas frutas e faziam polpa para vender. Deu emprego para muitos jovens (RIBEIRO, 2022, p. 2)!

No relato acima de um dos moradores da comunidade de Córregos, observamos indícios do trabalho pastoral realizado por Dom José Maria Pires, no início de seu sacerdócio, o qual foi a criação da Associação Vida Nova para Córregos (Vinocor), sobre a qual não encontramos informações acerca de seu ano de criação ou forma de funcionamento, mas que foi uma Associação significativa para a vida das pessoas daquela localidade. É o que se constata nesta narrativa:

O reflexo do que viria a ser de fato a trajetória da sua vida está ligada também à origem em Córregos, cercado de muita simplicidade, em contato com o campo, a natureza e com o bem viver comunitário. Valter Lucio Alves Ribeiro, morador da comunidade, conta que Dom José foi um homem muito importante na sua juventude, que o ajudou a conseguir o primeiro emprego e também o identifica como responsável por ajudar outros moradores no desenvolvimento social e econômico, através da associação Vida Nova para Córregos (Vinocor) (CÁRITAS BRASILEIRA, 2022, p. 2).

Teriam o contato com o campo, com as pessoas simples da zona rural e com as vivências de dificuldades, no tocante ao desenvolvimento social e econômico daquele pequeno Distrito da cidade de Conceição de Mato Dentro, estado de Minas Gerais, lugar onde nasceu e exerceu suas primeiras ações pastorais como pároco, contribuindo para “forjar” o arcebispo articulado com as causas dos homens e mulheres do campo?

Para além dos lugares de memória (NORA, 1993), as memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 2003) sobre o arcebispo Dom José, presentes nessas narrativas, constituem vestígios biográficos a compor o biografema da vida eclesiástica por ele vivida. São elementos integrantes de uma vida, que passaram sob o crivo e seleção da memória, realizados no ato de relembrar, capazes de apresentar os traços de uma escrita de si, características e formas de ser e agir que, certamente, não serão encontradas na moldura de um busto ou na fachada de uma instituição que o homenageie ou o torne “inesquecível”; sem desmerecer aqui a importância dos “lugares de memória” (NORA, 1993), muito mais importantes são as lembranças que se materializam nas palavras (em gestos, ou talvez lágrimas, silêncios e esquecimentos) daqueles sujeitos que, ao recordar, ainda têm algo a revelar.

3 DOM JOSÉ MARIA PIRES E A IGREJA DOS POBRES: FUNDAMENTOS DE UMA PRÁXIS?

3.1 A Teologia da Libertação na perspectiva de Dom José Maria Pires

O que é então a liberdade, senão ser livre? Se pensarmos também que o contrário da liberdade é a escravidão, na sociedade repressora, muitas são as facetas da falsa

liberdade que coloca o ser humano em condição de escravidão. Ora, tornamo-nos escravos, quando não somos percebidos em nossa essência humana que é a dignidade. Somos transformados escravos, quando somos impedidos de realizar o exercício (individual e coletivo) da vocação ontológica freiriana do “ser mais” sujeito (da nossa própria história). O desejo pela vida e pela felicidade já não tem o mesmo brio. E assim, vivemos a escravidão, quando marcados pela opressão, desistimos da luta e não buscamos mais o sonho da liberdade.

Para Dom José Maria Pires, a temática da escravidão ressoava na vida, principalmente das pessoas negras que traziam os resquícios históricos da escravidão, e por isso seu pensamento e ação pastoral convergiam para a seguinte reflexão: “mais longa do que a servidão do Egito, mais dura do que o cativo da Babilônia, foi a escravidão no Brasil” (RIBEIRO, 2013, p. 63).

Tão representativas foram as questões em torno da pessoa negra em seu episcopado. Mas, no que se refere ao sentido da escravidão, em paralelo à liberdade, de acordo com Sartre (2015), para “ser livre”, basta ser gente. Esse é o sentido da liberdade sartreana, não havendo diferença entre um e outro, ambos (liberdade e ser humano) compõem um só elemento: o da existência. Por isso, para ser livre, basta existir.

A liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos liberdade não pode se diferenciar do ser da “realidade humana”. O homem não é primeiro para ser livre depois: não há diferença entre o ser do homem e seu “ser livre” (SARTRE, 2015, p. 68).

Ser livre então é viver, em sentido pleno, o “ser mais” (Freire, 2011), essa vocação ontológica que nos apresenta Freire (2011) encontra-se intrínseca às pessoas em sua capacidade humana de “ser mais”, no sentido de “ser mais” sujeito de sua história, “ser mais” gente e “ser mais” cidadão no mundo.

Nesse movimento em torno da existência articulada à liberdade, é necessário questionarmos e refletirmos sobre as situações que impedem essa existência livre, no sentido pleno da expressão, a qual, gestada sob as formas de aprisionamento escravizantes do sujeito colonizado, contribuiu para forjar o “homem cativo”.

Partindo desses pressupostos, através da bula papal "*Humanae salutis*", em dezembro de 1961, o Papa João XXIII realizou o Concílio Vaticano II. Tendo reunido aproximadamente dois mil bispos, o Concílio Vaticano II partiu da necessidade percebida pelo Papa João XXIII de refletir sobre o papel da Igreja, face ao século XX, e teve o propósito de reconfigurar os paradigmas religiosos da instituição católica para a inclinação social preconizada pela Teologia da Libertação.

Dom José Maria Pires foi um dos bispos participantes do Concílio e esse fato foi fundamental para a implementação dos ideais conciliares em seu episcopado.

Figura 9: Dom José Maria Pires no Concílio Vaticano II.



Legenda: Da esquerda para a direita, o segundo.

Fonte: Ribeiro (2013, p. 85).

No decorrer dos anos de 1961 a 1965, as ideias conciliares dos encontros promovidos resultaram em documentos orientadores²¹, dentre os quais, destacamos a Declaração "*Dignitatis Humanae - Dignidade Humana - Sobre a Liberdade Religiosa*", sancionada pelo Papa Paulo VI, em sete de dezembro de 1965.

²¹ O acesso aos documentos resultantes do Concílio Vaticano II estão disponíveis no site: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.ht.

De acordo com essa Declaração, a liberdade religiosa era tratada como direito da pessoa e um dos fundamentos da dignidade, consistindo no seguinte: todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência nem impedido de proceder orientado por ela, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, como a palavra revelada de Deus e a própria razão a dispõem a conhecer. Esse direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil.

Uma Igreja que, na Idade Média, perseguiu as pessoas com outras formas de manifestação religiosa, denominadas hereges, através da Inquisição e seu Tribunal do Santo Ofício, no século XX, declarou a liberdade religiosa como nova postura doutrinária, reconfigurando seus próprios princípios seculares. Mas não apenas isso: ao promover a liberdade religiosa ao patamar de DH, a Igreja comungou dos princípios fundamentais “colocados” para o mundo através da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) de 1948.

No que se refere à liberdade religiosa, em seu artigo 18, a DUDH preceitua o seguinte princípio:

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS, 1948, p. 4).

No entanto, ser livre para escolher sua fé ou defender qualquer forma de liberdade em meio ao contexto dos anos de 1965, em que países da América Latina viviam o jugo da antidemocracia com a instauração dos regimes militares, era, sobretudo, colocar-se em perigo; quanto mais adotar, frente às intempéries desse cenário ditatorial, as ideias conciliares de uma Teologia que “pregava” a liberdade!

E qual o significado da expressão liberdade para essa Teologia? Dentre as muitas concepções que a envolvem, destacamos:

Libertação: palavra evocadora, cheia de ressonâncias. Nela se fundem sem se confundir os horizontes do espiritual e do político, do histórico e do meta-histórico. Palavra aberta, pois para cima – para a Transcendência divina – e palavra aberta para baixo – para a imanência da terra. Palavra alada e grave ao mesmo tempo [...] (BOFF, 2001, p. 146).

Partindo dessa compreensão, situamos a busca pela igualdade de direitos e pela dignidade humana que marcavam os países latinos desse momento histórico, quando os teólogos dessa Teologia Libertadora, representados pelo CELAM, faziam ressoar nas Conferências eclesiais,²² que se seguiriam realizadas em torno dessa nova reconfiguração da Igreja.

Ainda sobre os significados acerca da palavra liberdade temos: “palavra que designa hoje o programa de uma Teologia que pensa uma fé desperta e que sacudiu o pesadelo da “religião-ópio” e que quer uma fé desalienada, fermento de uma história nova” (BOFF, 2001, p. 146). Para Boff (2001), pois, a liberdade traduzida na Teologia da Libertação buscava despertar criticamente as sociedades para viverem a fé problematizadora das injustiças sociais, historicamente forjadas pela colonização e instauração dos regimes opressores, no contexto latino-americano.

Mas o que estava por trás dessa busca por liberdade? O que significa para essa Teologia a “fé desperta” de Boff (2001)? Ora, se existia a luta por libertação, significava compreender que as pessoas (ou a sociedade) ainda não eram livres e/ou viviam sob alguma forma de aprisionamento.

Enxergar quais eram esses aprisionamentos era justamente o papel dessa fé desperta e tais processos demarcavam o novo patamar religioso da Teologia da Libertação. Nesse movimento de uma proposta libertadora a partir da Igreja, Dom José Maria Pires é nomeado, em 1965, Arcebispo da Paraíba.

²² O CELAM realizou as seguintes conferências gerais: I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Rio de Janeiro, 1955), II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Medellín, 1968), III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Puebla, 1979), IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Santo Domingo, 1992), V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (em Aparecida, 2007).

Dom José chega na Arquidiocese da Paraíba com o imenso desafio de implantar o projeto conciliar e ao mesmo tempo diante das intempéries do regime militar. Para conseguir realizar isso, percebeu que não seria capaz de fazer sozinho, pois o projeto não era dele e sim maior que um tom personalista. Progressivamente, leigos e alguns padres aderiram às iniciativas do bispo até o momento em que conseguiram caminhar como protagonistas, recebendo o apoio do prelado (PEREIRA, 2017, p. 127).

Além do cenário violador de direitos instaurado com a ditadura civil-militar no ano de 1964, Dom José teve que enfrentar a hierarquia conservadora da Igreja, contrária a esse novo modelo, o que requeria posicionamentos acerca de seu projeto eclesial como Arcebispo:

Meu programa de ministério e de vida está sintetizado nas palavras que me servem de divisa episcopal: *Scientiam Salutes* -Ciência da Salvação. Foi para isso que a Igreja me fez sacerdote. E se houver preferências em meu coração, que elas sejam para os pobres, para os doentes, para os pecadores (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1966, n.p.).

Inspirado nos ideais conciliares, orientadores da Teologia da Libertação, Dom José Maria Pires propôs a elaboração de um novo formato de evangelização por ele denominado “Do Centro para a Margem”, um projeto eclesial que articulava evangelização e educação, pois compreendia o Evangelho como ação concreta de denúncia da opressão e anúncio da liberdade.

Para Dom José Maria Pires, a Teologia da Libertação era compreendida como:

A única teologia que serve para nós é a Teologia da Libertação. Se o povo tá oprimido ou tá em dificuldades físicas, morais ou sociais... Então o povo precisa caminhar pra libertação. Deus não quer que seu povo fique escravo. Está sendo escravo de muitas coisas, né. Hoje tá sendo escravo das drogas, do sexo sem amor, né... Então é escravidão. Então a teologia que me serve não é aquela teologia indutiva que eu pegava os princípios e tudo isso vou aplicar, não. Mas a Teologia da Libertação em que eu começo a ver a realidade. Qual é a realidade que está aí? Deus quer a coisa assim? Não quer! Que precisa mudar? Vou logo trabalhar para a libertação disso. Quando eu penso em libertação, aí eu vou ver o que produz essa situação do povo? Então vou ver que existem causas disso. [...] temos que libertar o povo dessa exploração. Então todo esse trabalho da Teologia da Libertação é um negócio muito a partir do Evangelho, muito a partir da Palavra de Deus. Só que para fazer análise da realidade, eles usaram o esquema marxista. Análise da realidade. Então começaram a dizer que a teologia da Libertação era coisa de comunista, coisa do materialismo, etc, etc... mas não, ela simplesmente isso: um esforço de ajudar o povo a sentir que ele deve

se unir para ser Filho de Deus. Deus não quer nenhum filho dele escravo. Então você não deve ser escravo nem da fome, nem do subdesenvolvimento, nem da droga. Tem que se libertar de tudo. Libertação é isso! Onde é que está havendo opressão? Então, vamos trabalhar com o povo para que ele se liberte (PIRES, *apud* PEREIRA, 2017, p. 75).

Segundo as próprias explicações do arcebispo nas memórias acima, a Teologia da Libertação permitia as pessoas enxergarem o contexto em volta de uma forma diferente, com as lentes da liberdade. Por isso, aquela teologia explicada por Dom José como indutiva e restrita aos princípios religiosos, sem alguma relação com as causas reais da sociedade, voltada apenas para o plano espiritual da pregação da fé, não estava mais correspondendo às demandas da sociedade do século XX.

“Deus não quer que seu povo fique escravo. Está sendo escravo de muitas coisas, *né*” (PIRES, *apud* PEREIRA, 2017, p. 75). O que significava para Dom José a reflexão de que o “povo está sendo escravo de muitas coisas”? Quais eram as formas de escravidão que o envolviam naquele contexto da Ditadura? O que é ser escravo ou estar sendo escravo? A história da colonização brasileira é marcada pela escravidão, em que as pessoas negras, trazidas dos países africanos, tornavam-se objetos de troca e propriedade. Essa é a essência da escravidão: descaracterizar o humano para torná-lo coisa.

Ora, as catástrofes desumanas da 1ª e 2ª Guerras Mundiais, o genocídio Nazista de Hitler, dentre outros exemplos reais, emergiam para o mundo dores não cicatrizadas. Era preciso olhar diferente para as causas da humanidade. Os teólogos da Teologia da Libertação, imbuídos dessa reflexão, elaboraram um pensamento e ação teológicos centrados na vida, direcionados àqueles que sofriam as “dificuldades físicas” da fome, da doença e do descaso social.

A perspectiva libertadora, presente no pensamento e nas ações pastorais de Dom José, partiam dessa perspectiva da Teologia da Libertação, mas além disso, encontravam-se, de maneira muito forte e atuante, com a pedagogia do oprimido de Freire (2011). Em ambas, a proposta da liberdade é algo a ser construído junto com as pessoas em condição de opressão, por isso, atitude pessoal e intransferível daqueles que sofrem situações de opressão e/ou que estão em condições opressoras. Para as duas realidades, tanto daqueles que sofrem ou que estão na condição de sujeito oprimido, o movimento em busca da libertação é condição imprescindível. E para isso, as palavras e ações pastorais de Dom

José constituíram-se ensinamentos, práticas educativas, porque “educaram” para a busca da liberdade, pois,

[...] quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegaram pelo acaso, mas pela necessidade de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2011, p. 42).

Para Freire (2011), sentir na pele os efeitos da opressão só era possível ao próprio sujeito que se encontrava oprimido, era uma experiência (LARROSA, 2019) particular e outra pessoa não poderia vivenciar a dor do outro, por mais empatia que tivesse. Assim, apenas o sujeito oprimido estava realmente preparado para saber o verdadeiro significado da opressão, justamente porque a experienciava.

No entanto, apenas sentir na pele os *efeitos da opressão* (FREIRE, 2011) não era suficiente: para promover a libertação do sujeito, era necessária a percepção de que a pessoa que está sendo oprimida reconhecesse o opressor ou a condição de opressão que a envolvia. Por isso, é um processo gestado na dialogicidade (também freireana) entre a pessoa e o contexto.

A partir da teoria da dialogicidade, Freire (2011, p. 107) nos ensina que a resistência se constrói e/ou se (re)elabora no âmago das relações, no “chão da vida” e seus contextos de submissão, os quais exigem luta, o que implica a ação reflexiva diante da situação opressora, a fim de percebê-la; e atitude, para transpô-la.

É a *práxis* dialógica freireana da ação-reflexão diante de contextos opressores que se articula com a capacidade humana de intervir no mundo, afinal somos sujeitos histórico-sociais em constante movimento e detentores do poder de fala. Por isso, o direito à palavra como forma de pronunciar-se no mundo e sobre o mundo é um direito humano pertencente a todas as pessoas e por isso precisa ser construído dialogicamente.

Respaladas pelo comprometimento do ser humano com o outro, conseguimos perceber com a história, que a dialogicidade freiriana pressupõe a ação coletiva através da ação-reflexão-ação, como forma de intervir no mundo para transformá-lo em um lugar mais digno e menos desigual.

O movimento dialógico (FREIRE, 2011) era um dos elementos constituintes da proposta teológica libertadora, sendo também a essência do trabalho pastoral de Dom José Maria Pires, pois o exercício da percepção/análise da realidade para que o oprimido realize o movimento de questionar “onde é que está havendo opressão?” e, a partir dessa reflexão, “vamos trabalhar com o povo para que ele se liberte”, era essencial (PIRES *apud* PEREIRA, 2017, p. 75).

Para colocar em prática seu projeto episcopal em seu segundo ano de bispado, 1967, Dom José Maria Pires, com o apoio de outros agentes de pastorais, criou a Ação Pastoral Arquidiocesana (APA) (PEREIRA, 2017) e, com ela, a Arquidiocese teria mais condições de fazer com que o movimento do “Centro para a margem” pudesse, de fato, realizar-se, pois a comissão especial da APA era organizada por quatro grupos: camponeses, operários, jovens e pescadores, possibilitando o encontro real da Igreja com as dificuldades dessas populações.

As experiências de diálogo e evangelização junto a esses grupos, através da APA, contribuíram para que Dom José Maria Pires e as pessoas com ele envolvidas, os leigos e os agentes das pastorais, criassem, em 1969, a Ação Pastoral Igreja Viva.

A Igreja Viva era uma ação que não se preocupava apenas com assuntos religiosos, mas em discutir e refletir sobre os mais diversos temas presentes no cotidiano das pessoas. A *Ação Pastoral* surgiu como resultado da Campanha da Fraternidade – CF - de 1969 que tinha como tema: “*Para o outro o próximo é você*”. O tema foi tão relevante para a comunidade arquidiocesana que a CF, nasceu um projeto que alterou parte da vida eclesial da Arquidiocese (PEREIRA, 2017, p. 153).

A criação da Ação Pastoral Igreja Viva era para Dom José Maria Pires a divisa episcopal, a possibilidade de colocar em prática a *Scientiam Salutes*, a Ciência da Salvação, pois consistia no envolvimento efetivo da Igreja nas causas sociais, em uma ação participativa de evangelização e conscientização coletiva junto às minorias, para fazê-las perceber que, criticamente fortalecidas, seriam capazes de reivindicar por cidadania e conduzir as transformações daqueles que mais precisavam: os pobres.

Mas quem eram os pobres? Para Boff (2001), a Teologia da Libertação nasce com a compreensão da pobreza enquanto um fenômeno social, resultante da injustiça e

desigualdade. A “preferência” pelos pobres, doentes e pecadores demarcava o envolvimento do Arcebispo com os sujeitos “esquecidos” que ocupavam a linha marginal da sociedade. Era o elemento fundante de seu projeto eclesialístico, pois

[...] não se trata apenas do pobre individual que bate à nossa porta e pede uma esmola. O pobre a que nos referimos aqui é um coletivo: São os operários explorados dentro do sistema capitalista; são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo-exército de reserva sempre à mão para substituir os empregados- são os peões e posseiros do campo, bóias-frias como mão-de-obra sazonal. Todo esse bloco social e histórico dos oprimidos constitui o pobre como fenômeno social (BOFF, 2001, p. 15).

Para além da visão utópica de que ser pobre significa não ter algo, como não ter trabalho (e ser desempregado), não ter alimentação (e ser desnutrido), não ter moradia (e ser morador de rua), dentre outros exemplos em que a pessoa é colocada na condição de ter, para então passar a ser; em outras palavras, se não temos alguma coisa, passamos a ser definidos enquanto aquilo que não temos, ou para simplificar, se não temos, somos pobres.

É justamente essa reflexão que Boff (2001) realiza, quando trata da pobreza enquanto fenômeno social, que traz em sua essência a desigualdade e as relações opressoras. “O pobre é considerado apenas como aquele que não tem. Não se percebe que o pobre é feito pobre por outros” (BOFF, 2001, p. 17).

Para Dom José Maria Pires, o pobre era também o “fraco”, no sentido das fragilidades sociais que a pessoa, em condição de pobreza, está mais suscetível a vivenciar, mas, sobretudo, pelas relações opressoras que a colocam no lugar da pobreza e da fragilidade, pois:

Nunca como hoje pareceu necessário defender o fraco e lutar pela libertação dos oprimidos. Nunca como hoje o fraco correu tanto risco de ser esmagado pela máquina, pela técnica, pelo poder econômico. Nunca foi tão grande a distância entre um pequeno número de poderosos e a multidão imensa de fracos (PIRES, 1978, p. 41).

Para Dom José Maria Pires, conceituar o termo “fraco” significava denunciar os contextos condicionadores que denotavam a situação de fragilidade do indivíduo. Nesse

sentido, de encontrar-se em condição de vulnerabilidade, o “fraco” e o “pobre” não eram apenas um dado estatístico, ou fato isolado, mas tinham face e trajetória, uma pessoa com uma história de vida, muitas das vezes marcada pela desigualdade e pela luta por dignidade.

Essas questões da vulnerabilidade, do fraco e do pobre apontaram para o desenvolvimento de ações e práticas educativas, que se configuraram como dialógicas, no sentido de questionar as situações violadoras do regime ditatorial; e solidárias pelo fato de fazerem parte da proposta coletiva planejada para o projeto eclesialístico daquele momento histórico. Também, o respeito pela alteridade e a construção da dignidade humana perpassavam todos esses aspectos.

3.2 A Conferência de Puebla e a prática pastoral da Igreja da Paraíba

No ano de 1961, através da bula papal *"Humanae salutis"*, o Papa João XXIII convocava o Concílio Vaticano II e, com isso, uma nova configuração para a Igreja “traduzida” na Teologia da Libertação, que, como dogma e prática pastoral estava sendo assumida.

Sendo realizado em quatro períodos, entre 1961 e 1965, o Concílio Vaticano II foi responsável por “disseminar” um novo formato para a Igreja, o qual inclinava-se para as questões sociais em que os pressupostos da Teologia da Libertação norteavam as ações e ideais conciliares daquele momento. Nessa perspectiva, a Igreja Católica passava a rever sua doutrina, de forma a fortalecer as relações (e ações) com aqueles que mais sofriam.

Esses paradigmas, de uma Igreja voltada para as causas sociais da libertação, faziam parte do panorama das conferências que antecederam Puebla e do próprio “espírito” renovador presente na configuração do CELAM.

Criado em 1955, por solicitação do episcopado latino-americano e caribenho, após a realização da 1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano para a Conferência de Puebla, o CELAM destacou o panorama social do povo latino-americano, sendo discutida qual a missão da Igreja na América do Sul e Caribe. Além dessas questões, a desigualdade social, constatada de forma acentuada no contexto latino-americano, e a temática vocacional para a Igreja foram outras preocupações presentes nessa primeira conferência na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 10: Bispos durante 1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano



Fonte: <https://noticias.cancaonova.com/igreja/1a-conferencia-geral-episcopado-latino-americano-completa-65-anos/>.

Nesta imagem, a representação do poder da Igreja tutelado nas figuras de arcebispos revela a identidade progressista de um grupo da Igreja e seus desdobramentos. Além dessas questões, revela a atitude concreta da organização, por parte dos bispos, para defender as causas das pessoas colocadas à margem.

Em relação à Segunda Conferência do CELAM, realizada entre os dias 24 de agosto e 06 de setembro de 1968, na cidade de Medellín (Colômbia), alguns meses antes da implantação do Ato Institucional mais severo²³ do regime ditatorial no Brasil, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), é quando o “espírito” do episcopado da Igreja latino-americano se fortalece e repercute de forma mais significativa.

A Conferência de Puebla, em 1979, vem confirmar os propósitos de Medellín e do Concílio Vaticano II, ensejando a perspectiva da renovação da Igreja e suas linhas de atuação, discutidas por Dom José na Carta Pastoral “A Conferência de Puebla e a prática pastoral da Igreja da Paraíba”. Nesta Carta, Dom José Maria Pires aponta as relações entre o ideário de Puebla e o trabalho pastoral que vinha sendo desenvolvido pela Arquidiocese da Paraíba através de Ação Pastoral Igreja Viva.

²³ Entre as medidas do AI-5, estavam os plenos poderes ao Presidente da República para fechamento do Congresso Nacional e Assembleias Legislativas nos Estados, permissão para intervenção em Estados e Municípios, além da instauração da Censura e suspensão do *habeas corpus* em crimes de motivação política.

A Conferência de Puebla foi a Terceira Conferência Geral do CELAM, realizada no ano de 1979, na cidade de Puebla de Los Ángeles (México). Convocada pelo Papa Paulo VI para ser realizada em 1978, só veio a acontecer no ano seguinte, de 1979, em decorrência de seu falecimento, sob o pontificado de João Paulo II. A Conferência teve por tema “Evangelificação no presente e no futuro da América Latina”.

Por que tratar dessa temática, “presente e futuro da Evangelização”, no contexto latino? Ora, a América Latina passava por momentos delicados, percebendo ameaçados seus regimes democráticos pelas instaurações de Ditaduras. A linha progressista da Igreja, enquanto instituição contrária às ditaduras, precisou se manter ao lado do povo, principalmente daqueles que sofriam os impactos opressores destes regimes ditatoriais. A essência das preocupações com essa questão está presente desde o Concílio Vaticano II, quando a Igreja Católica revê sua doutrina, realizando uma série de reformulações, implementando as ideias da Teologia da Libertação, o que contribuiu para a constituição de uma Igreja mais próxima do povo e mais direcionada às situações sociais, para além da dimensão assistencialista.

Tais compreensões sobre a Conferência de Puebla constam na Carta Pastoral por Dom José elaborada, a qual traça as linhas gerais sobre a Conferência, além do mais, indica as novas configurações para o Episcopado Latino-Americano, convergindo para reafirmar que as ações pastorais da Arquidiocese da Paraíba já estavam a seguir esses direcionamentos, tendo em vista que consistiam em reafirmar as orientações de Medellín.

Ora, ao se discutir em Puebla “o presente e o futuro da evangelização na América Latina”, a Igreja retomava os ideais conciliares e reafirmava os princípios da evangelização libertadora de Medellín. Partindo dessa compreensão, Dom José afirma que os resultados de Puebla foram positivos, no sentido que reafirmaram os ideais conciliares decorrentes do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín: de uma Igreja voltada para os mais pobres, engajada com os grupos eclesiais de base, a utilizar o Evangelho como instrumento de denúncia da opressão e anúncio de liberdade.

A ação pastoral da Arquidiocese da Paraíba esteve marcada por uma postura ativa de evangelização que não se restringia à questão da espiritualidade ou catequização, mas pelo contrário, consistia em uma igreja “aberta” e envolvida com as causas do povo pobre naquele contexto dos anos sessenta, do século XX, que, além da desigualdade social, sofria com a arbitrariedade da Ditadura.

3.3 “Para que todos sejam um”

A Ação Pastoral Igreja Viva (1969-1973) consistiu em uma das iniciativas pastorais implementadas por Dom José Maria Pires três anos após sua chegada à Arquidiocese da Paraíba e fazia parte da Ação Evangelizadora da APA. De acordo com Pereira (2017, p. 153), “A *Igreja Viva* era uma ação que não se preocupava apenas com assuntos religiosos, mas em discutir e refletir sobre os mais diversos temas presentes no cotidiano das pessoas”. A “Igreja Viva” estava fundamentada, desde sua elaboração, no Projeto Eclesiástico de Dom José, por ele denominado “Do Centro para a margem”.

Nesse sentido, a Ação Pastoral Igreja Viva era desenvolvida em diversos municípios da Paraíba, como por exemplo, nas cidades de: Sapé, Guarabira, Arara, Bananeiras, entre outras cidades. A vertente pastoral-educativa, tinha por plano de ação o texto-base: “Para que todos sejam um”, como material orientador das ações que seriam desenvolvidas junto àquelas comunidades e fazia parte dos ideários conciliares a serem realizados por meio do engajamento da Igreja com as comunidades carentes, quer pertencentes à zona rural ou urbana.

A expressão “Para que todos sejam um” apresentava o teor educativo da unidade coletiva, de forma que:

Se, na teoria antidialógica da ação, se impõe aos dominadores, necessariamente, a divisão dos oprimidos com que facilmente, se mantém a opressão, na teoria dialógica, pelo contrário, a liderança se obriga ao esforço incansável da união dos oprimidos entre si, e deles com ela, para a libertação (FREIRE, 2011, p. 234).

A teoria dialógica freiriana (2011) implica o fortalecimento dos sujeitos que unidos, realizam a experiência do pertencimento ao grupo, da mediação entre pares, e com os demais, de forma a perceberem a si e aos outros partícipes do processo. Muito embora essa não tenha sido a finalidade primeira dessa Ação Pastoral Igreja Viva, foi a que prevaleceu.

Sobre a Ação Pastoral Igreja Viva, Dom José apresentava o seguinte entendimento:

Olha a Igreja Viva não tinha como objetivo melhorar a vida das pessoas tinha como objetivo, a gente mostrar a verdadeira natureza da Igreja. Que Igreja é povo, quando há uma multidão você não dá para saber se é povo, pelo menos povo consciente. O povo toma consciência na medida de que são pequenos grupos. Então a Igreja deveria privilegiar também esses pequenos grupos, as Comunidades de Base por exemplo. Então eram pequenos grupos que se organizavam e eram chamados de Igreja Viva, por que as pessoas podiam falar, podiam dar sua opinião, mas não tinha como objetivo o social, aí o objetivo era religioso (PIRES *apud* PEREIRA, 2017, p. 154).

Neste depoimento concedido a Pereira (2017), Dom José deixa claro que o objetivo da Igreja Viva era de cunho religioso e não social, ou seja, a principal motivação para sua criação era mostrar para a população a verdadeira natureza da Igreja, qual era “o Povo”. Sendo assim, a Ação Pastoral Igreja Viva surge para atender os princípios da Igreja Pós-Concílio.

No entanto, a cada encontro/reunião, a leitura de mundo (FREIRE, 2011) era estimulada, assim como, o sentido crítico e percepção da realidade, a defesa por dignidade e igualdade de direitos. Para além do espírito coletivo, fomentava-se o elemento educativo para intervenção dialógica naquelas realidades, locais que se encontravam em permanente desejo de se refazerem coletivamente.

Essa capacidade interventiva, implícita à dialogicidade freiriana, articula-se à Teoria da Natalidade de Arendt, pois ambas se fundamentam na busca pela dignidade humana e têm por base os princípios de liberdade e justiça social, de forma que propõem a intervenção do ser humano no mundo como modo de melhorá-lo e/ou transformá-lo em um lugar mais justo e digno para a humanidade.

De acordo com Arendt (1990, p.165), essa capacidade de intervenção significa:

Falando e agindo intervirmos no mundo dos homens, o qual existia antes de termos nascido nele e essa intervenção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos o mero fato de termos nascido, assumindo de certo modo a responsabilidade por ele.

A teoria da natalidade de Arendt (1990) significa o novo começo, em que o nascimento traz em si a capacidade que cada pessoa tem de, ao nascer para o mundo, iniciar novos começos, principalmente quando esse nascimento acontece em contextos autoritários que vão de encontro às liberdades fundamentais. É nessa perspectiva de

começar de novo que a teoria dialógica (FREIRE, 2011), a teoria da natalidade (ARENDT, 1990) e as práticas de Dom José Maria Pires se encontram e se entrelaçam.

Ora, em seu sentido ontológico, o ato de nascer pressupõe o início da vida em sua forma plena e o indivíduo que nasce, traz consigo a vida em potencial e ao assumir sua capacidade interventiva nas conjunturas antidemocráticas, torna-se presença no mundo. Ao tornar-se presença no mundo, a natalidade da pessoa não se resume ao ato de nascer simplesmente, mas esse ato é redimensionado para uma perspectiva bem mais ampla, em que o nascimento significa compreender que a pessoa nasceu para relacionar-se e intervir no mundo que a cerca. O nascimento traz a esperança de a pessoa tornar-se ser humano em plenitude e direitos.

Outro aspecto em comum entre a dialogicidade freiriana, a natalidade de Arendt (1990) e Dom José Maria Pires é a compreensão de que a atitude de intervenção e diálogo emerge da relação de amor consigo mesmo, para as pessoas e para o mundo, pois “[...] o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da sua libertação” (FREIRE, 2011, p. 111).

A Ação Pastoral Igreja Viva resultou das ideias do Concílio Vaticano II em torno da renovação da imagem da Igreja e de seu engajamento nas causas sociais, de forma comprometida com as propostas da Conferência de Medellín, no ano anterior. Para tanto, a unidade do trabalho em equipe e a vivência em comunhão compunham o eixo central das atividades pastorais. Era preciso construir uma unidade e um significado ativo e, para isso, as comunidades eclesiais tinham papel fundamental no processo de desenvolvimento e disseminação da identidade e espírito coletivo.

Sobre a Ação Pastoral Igreja Viva, Giacomeli (2011), em sua dissertação de mestrado, discutiu a perspectiva educativa na dimensão pastoral-evangelizadora, configurativa da construção da nova imagem da Igreja atuante, mais próxima e presente das classes sociais, que não se tratava de uma especificidade da Paraíba, pois estava no âmbito contextual da nova imagem a ser construída para e pela Igreja, por isso, assim como na Arquidiocese da Paraíba, outras dioceses de outros estados implementaram o projeto.

O Plano de Aplicação da Ação Pastoral Igreja Viva, intitulado “Para que Todos sejam um”, era composto por quatro temas: "Tema 1: O plano de Deus para os homens",

"Tema 2: Deus realiza seu plano através de um povo", "Tema 3: Como fazer parte desse povo - A Igreja" e "Tema 4: Uma Igreja atuante". Cada uma dessas temáticas compõe o livro orientador, “que todos sejam um”, da Ação Pastoral Igreja Viva e integram o Projeto Eclesiástico de Dom José Maria Pires, decorrente do novo formato de Igreja e da postura do Clero que estava integrado à perspectiva mais progressista da Igreja Católica, da qual o arcebispo Dom José fazia parte.

Mas quais eram os princípios dessa pedagogia “Igreja Viva: que todos sejam um”? Qual seria a natureza de seu objeto? Em que sentido a Ação Pastoral Igreja Viva se configurou (ou configurava-se) em uma Pedagogia? Segundo Ghiraldelli (2006), a Pedagogia é teoria, porque tem por objeto a educação, mas também a Pedagogia é *práxis*.

Nesse sentido, o eixo educativo da Ação Pastoral Igreja Viva a transforma em prática e seu elemento de liberdade a insere no campo pedagógico do “ensinar” a refletir e questionar as realidades difíceis de cada grupo da Igreja Viva; e teoria, em “aprender” a refletir e a transformar suas realidades. Pedagogia do aprender junto a indignar-se, a orientar-se pelos objetivos de construção de uma conscientização em torno de um sentido para a Igreja, a vivência em pequenas comunidades ativas e a experiência da Pastoral de Conjunto com a Arquidiocese.

No Plano de Aplicação, a Igreja Viva é definida como: “ação evangélica da Ação Pastoral Arquidiocesana (APA) que pretende atingir toda a Arquidiocese da Paraíba, como início de um trabalho de conjunto de nossa pastoral” (QUE TODOS SEJAM UM, 1969, p. 7) e, entre os objetivos elencados, temos a “conscientização evangélica e real do verdadeiro sentido de Igreja”. E qual era o real sentido da Igreja naquele contexto de realização de ações conjuntas entre a Igreja e o povo? O próprio Plano de Aplicação nos responde, quando aponta, entre seus objetivos, fazer com que as comunidades vivenciassem a Igreja atuante, uma Igreja Viva.

Mas qual o significado dessa expressão naquele contexto dos anos de 1969? Em plena conjuntura de aplicabilidade do AI-5, o Ato Institucional mais severo da Ditadura, em que a perseguição, a censura e a tortura eram práticas comuns e justificáveis pelo regime, a expressão Igreja Viva necessitava ser mais bem interpretada? Viva em que sentido? Viva para quem?

Para atingir esses objetivos, de uma Igreja Viva, as ações da Pastoral eram realizadas por equipes de pessoas que compunham a Equipe de Promoção Humana, que

eram subdivididas de forma que cada membro da Igreja Viva pudesse intervir e colaborar na realização das reuniões de discussão nas diversas paróquias do território da arquidiocese paraibana. Os encontros da Equipe com a população mais carente, aconteciam em diversas cidades e localidades do estado, como: Santa Rita, Sapé, Mari, Mandacaru (João Pessoa), Bananeiras, Araruna, Serraria, Arara, Guarabira, dentre outros municípios que faziam parte da Arquidiocese da Paraíba.

No que se referia ao formato metodológico, o método era realizado de modo que se dividiam “trabalhos em pequenos grupos” e “trabalhos em massa” e, através das homilias dominicais, das pregações, dos programas de rádio e nos jornais, a ação pastoral-educativa conscientizadora das situações opressoras daquele momento ditatorial “ganhava força”. Tal método se justificava pela capacidade de integração, mais possível de acontecer em grupos pequenos, que teriam mais condições de refletir e agir diante dos problemas de cada comunidade.

Todo esse trabalho era acompanhado por uma equipe extensionista da Arquidiocese, que ficava à disposição e em comunicação com o pároco ou membros responsáveis por cada comunidade, que poderiam contar, eventualmente, com a presença do arcebispo em cada localidade. E assim, partindo de um método centrado em pequenos grupos e trabalhos em massa, a cada encontro, a discussão em torno de um tema e, a partir dele, a reflexão diante da vida e das situações opressoras, era promovida. Assim, através do diálogo entre sujeitos e o mundo (de dificuldades e violações) o processo educativo acontecia de forma concomitante e em paralelo ao trabalho pastoral.

Libertar o homem (leia-se o ser humano) das conjunturas condicionadas aos determinismos operadores do regime ditatorial, a exemplo da inoperância de direitos, da restrição da liberdade de expressão, das perseguições e prisões arbitrárias, constituía-se em um dever eclesialístico. Assim, dentre tantas outras formas de violações e violências cometidas pelo regime ditatorial, havia o primado norteador do projeto eclesialístico de Dom José, em que sua ação pastoral, pautada nos preceitos teológicos da Teologia da Libertação, convergia para a proximidade com a proposta da educação libertadora freiriana. Em ambas propostas, tanto de Freire (2011), quanto de Dom José, o projeto era centrado no coletivo da humanidade, na vida dos sujeitos, principalmente, dos que viviam oprimidos pelos processos repressivos da Ditadura.

4. HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE DOM JOSÉ MARIA PIRES EM TEMPOS DE DITADURA: A PRÁTICA EDUCATIVA DA PALAVRA E DOS DIREITOS HUMANOS

4.1 A Palavra em Dom José Maria Pires: ecos da resistência

Antes de materializar-se na escrita, as palavras *nascem* no pensamento, por assim dizer *molhadas da realidade* e são demarcadas por relações de poder e pelo cenário de disputas que as envolvem, podendo expressar conformação ou não aceitação diante das situações que se apresentam.

“Frente a este “universo” de temas que dialeticamente se contradizem, os homens tomam suas posições também contraditórias, realizando tarefas em favor, uns, da manutenção das estruturas, outros, da mudança” (FREIRE, 2011, p. 129). (Grifos do autor). Representação concreta, a palavra para reforçar as relações de poder que a insurgem ou com estas *romper* tem a ver com as leituras de mundo que o indivíduo realiza e com suas formas de expressão enquanto sujeito histórico que é.

Materializadas em seus escritos, quer fosse através de discursos, pronunciamentos, mensagens, palestras, artigos, cartas pastorais, homilias, entrevistas, prefácios de obras e/ou livros de sua autoria; as palavras de Dom José Maria Pires colocaram-se em cenário de disputa no contexto da Ditadura Militar, conforme registrado nestes trechos de sua Segunda Carta Pastoral, intitulada “Sobre o sofrimento dos agricultores”, datada de 1975:

Meus irmãos:

O Evangelho que pregamos ou é anúncio de libertação ou não é Evangelho. Temos alegria de verificar e testemunhar que esse anúncio de libertação vai se fazendo, por palavras e em gestos concretos, através de muitas comunidades cristãs que se reúnem semanalmente. Mucatu é um exemplo disto. Mucatu é uma fazenda do município de Alhandra. Os moradores vêm se reunindo regularmente há um ano. Rezam, cantam, assistem a Missa e refletem sobre as situações e acontecimentos de sua vida. [...] Em Mucatu, o Evangelho tem sido descoberta e afirmação dos valores do povo, tem sido anúncio de libertação. (PIRES, 1978, p. 26).

Nos trechos acima, indicativos do uso da metodologia da pedagogia libertadora, observamos que a ação educativa se revela na prática da palavra e por gestos concretos.

Utilizar-se do Evangelho para anunciar a liberdade fomentava a prática educativa da *práxis* da palavra, porque partia da mobilização reflexiva para então tornar-se capaz de transformar juntos.

Porque em Mucatu/PB o Evangelho precisava anunciar a liberdade? Esta não vinha acontecendo naquela localidade? Quais os sentidos dessas palavras registradas em carta pastoral por Dom José e o que ele pretendia ao torná-la pública?

Neste escrito Dom José destaca que o trabalho realizado junto aos camponeses vem acontecendo por meio da palavra e do gesto concreto, ou seja, através das palavras publicizadas em seus escritos, ele denunciava o que vinha acontecendo. O sofrimento dos moradores/agricultores de Mucatu/PB, são revelados frente ao engajamento da Arquidiocese, através de seus agentes pastorais e do arcebispo.

Em seus escritos, Dom José encontrava-se “Ferido de realidade e em busca de realidade [...]” (LAROSSA, 2019, p. 73). Ora, em um episcopado que se colocava ao lado do pobre e que assumiu sua adesão aos princípios da justiça social e igualdade, fundadores da Teologia da Libertação, as perseguições às populações do campo contribuíam para agravar a pobreza e as situações de desigualdade. Por isto, “ferido pela realidade” da injustiça, as palavras do arcebispo, ao tratar do sofrimento dos camponeses, encontra-se, por meio de metáfora, com alguns elementos da “enfermidade de Lord Chandos”, que assim é apresentada por Larrosa (2019, p. 87):

A enfermidade de Lord Chandos é, na realidade, uma enfermidade da linguagem. As palavras apodreceram. Quando nos vem à boca, antes de dizê-las, as tocamos com a ponta da língua e elas se decompõem como fungos apodrecidos, e já não podemos pronunciá-las sem asco. E aí, começa a estranheza, nessa sensação de repugnância por uma linguagem que é a nossa, a que existe, a única que temos. Porque, para sentir que a linguagem está podre, ou que a apodreceram é preciso ter língua.

Entre a enfermidade da linguagem de Lord Chandos e a palavra em Dom José Maria Pires, o sentido da língua, como linguagem própria característica do sujeito que a detêm, é o que os aproxima. Afinal mesmo sentindo asco *pelas palavras que apodreceram*, tais palavras ainda são suas, porque devido ao próprio asco do qual se ressentem podem, através de seus escritos, representar a indignação diante do sofrimento das pessoas do campo. Justamente “[...] porque ainda tem língua, porque ainda é capaz

de sentir em sua língua, o sabor apodrecido da língua, porque ainda tem uma língua com a qual saboreia as palavras e as frases antes de dizê-las, porque ainda tem uma língua com a qual sentir asco.” (LAROSSA, 2019, p. 87).

Eis a metáfora entre Lord Chantos e Dom José, a capacidade humana de reconhecer nas palavras os gestos concretos, pois mesmo tendo que lidar com a censura²⁴ do regime ditatorial, o arcebispo utilizava a palavra para colocar-se no mundo, no sentido freiriano de intervir nas realidades opressoras.

Sobre a palavra, Freire (2011) a coloca na dimensão estética do humano, não apenas por ser bela ou a beleza lhe exprimir os sentidos, mas porque, antes de nos furtar a boca, habitou as ideias e os desejos do coração, ou seja, a palavra é a transformação dos contextos que nos interdita o gesto único de poder dizer ou (re)dizer sobre nós e a respeito de onde nos encontramos.

Muito embora relações de poder e/ou lugares sociais (CERTEAU, 2012) desejem silenciá-la, a palavra é, por essência, livre, isso acontece devido ao fato de que

[...] a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo é modificá-lo (FREIRE, 2011, p. 108).

A pronúncia do mundo, enquanto ato interventivo de ação sobre a realidade, encontra-se *atravessada* pela pronúncia de nós mesmos, pois ao dizer a palavra, realiza-se o exercício de colocar-se parte do processo histórico de existir. Tal sentido freiriano, da palavra fenômeno humano de ação ou reelaboração da escrita de si e da História, encontrou em Dom José Maria Pires o ato concreto da pronúncia do mundo, o qual era

²⁴ A censura consistia numa forma de reprimir as pessoas e instituições contrárias ao Regime. Para isso, a Ditadura Militar, principalmente a partir do Ato Institucional nº 5 (AI- 5), criou uma série de estratégias e aparatos técnicos para reprimir obras, artistas, pessoas comuns, atos e pensamentos de “oposição” através da censura a livros, músicas, peças teatrais, prisões e perseguições. Dentre os mecanismos repressivos de censura utilizados, tivemos os seguintes órgãos: Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a instauração da Lei de Imprensa de 1967.

pronunciar ao mundo sobre as questões e situações vividas com as violências compelidas pela Ditadura.

Durante seu bispado, a temática da Educação esteve presente nas reflexões e práticas pastorais do arcebispo, pois ao seguir os parâmetros da Teologia da Libertação, evangelizando para a configuração de um novo formato para a Igreja, ativa e próxima das causas sociais do povo, novas práticas eram ensinadas. É o que percebemos no depoimento do próprio Dom José:

Falando de educação, e educação popular, acho que na matriz de tudo isso está nessa questão de se colocar toda a força da educação no próprio povo. Foi o que fez Paulo Freire e foi o que a gente encontrou e tentou chegando na Paraíba. Houve diversos acontecimentos quena época foram na mesma direção. O sistema de educação de base pelo rádio, que foi promovido no Nordeste, por exemplo, que não fez só alfabetização. Foi educação de base, a alfabetização entrando como um dos elementos da educação, e vindo, exatamente num momento oportuno... Não se começa com a alfabetização, mas com a educação. As pessoas, a partir do que elas fazem e do que elas conhecem, vão colocando suas experiências e essas são colocadas em diálogo com os conhecimentos formais. E a educação consistiria na sistematização disso, e devolvendo a riqueza da vida para que seja fonte de nova vivência. Então esse é o processo que vem de lá: primeiro a gente escuta, reflete, elabora, devolve. Os que receberam essa devolução, também vão refletir, reagir, e fica então esse processo. Paulo freire dizia isso assim: ninguém educa ninguém. As pessoas se educam na medida que elas entram em contato (PIRES *apud* PEREIRA, 2017, p. 156).

Nestes trechos, a educação estava sendo pensada no âmbito das práticas educativas desenvolvidas no contexto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e buscavam, em Freire (2011), os fundamentos pedagógicos. Dessa forma, a mediação entre sujeito e contexto trata das emergências do povo, ou seja, volta-se para a coletividade, tendo nos ideais freirianos os fundamentos teórico-metodológicos que a inspiraram.

Além da prática educativa vivenciada junto às CEBs, a Educação era objeto dos escritos do arcebispo, conforme vemos neste discurso, intitulado: “Muda, escola”, datado de 1985, o qual tratou da obra do professor Moacir Alves Carneiro “Mudar o cotidiano: EducAção & Trabalho Produtivo”. Neste, Dom José chamou a atenção para a escola e para as relações excludentes que nela se encontravam, criticando os ideais

(re)produtivistas operacionalizados pelas reformas educacionais impostas pela Ditadura Militar e presentes na obra em análise.

O discurso de Dom José reforçava a necessidade da mudança para a escola. Mas a quais mudanças se referiu o arcebispo? O que mudar? Ou para quem mudar? A quem se endereçava a escrita dessa obra? Aos operadores da Ditadura e seus interesses de mercado. Ora, de que forma tornar o trabalho produtivo, senão a partir de mudanças no cotidiano e por meio da educação? Não se tratava do trabalho e da educação como um direito, mas meio de produção; em outras palavras, reprodução da sistemática operante do regime repressor, que percebia na educação a ação para sua reprodução e alienação.

Ora, a valorização da técnica retira da educação a capacidade criativa e crítica, em que a realidade se torna estática e linear, não passível de reflexão, tornando a educação bancária, pois “[...] quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão” (FREIRE, 2011, p. 80). Essa é a finalidade que se estabelece quando, no cotidiano das relações, o trabalho técnico à reflexão se sobrepõe.

Assim como os demais setores, a educação sofreu os impactos da Ditadura Militar e o fato do ano de 1985²⁵, quando o discurso foi redigido, já representar a “abertura política”, que teve início no governo Geisel, a educação ainda sofria os resquícios das reformas implementadas.

Dentre as reformulações direcionadas para a educação nesse período dos anos de 1980, destacamos a Lei nº 7044/1982, que, de acordo com Lira (2010, p. 91), desfigurou dispositivos da LDB 5692/1971:

[...] no ano de 1982, a ditadura alterou os dispositivos da Lei n.º 5692/1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, implicando em algumas mudanças na proposta curricular, ao dispensar as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando à ênfase à formação geral. Pela lei n.º 7044/1982, a qualificação para o trabalho, antes visada pela Lei n.º 5692/71, foi substituída pela preparação para o trabalho, um termo impreciso que manteve, na letra, a imagem do ensino profissionalizante, mas retirou, de uma vez por todas, a obrigatoriedade da habilitação profissional no 2.º grau.

²⁵ Em 1985, o país estava sob o comando do General João Batista de Figueiredo que assumia o governo em 1979, e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi ocupado por Eduardo Mattos Portella, General Rubem Carlos Ludwig e Esther de Figueiredo Ferraz (LIRA, 2010).

Tais alterações retiraram a obrigatoriedade do Estado de prover a habilitação profissional, situação que repercutia diretamente na formação do estudante da escola pública que, a partir de então, não encontraria na escola a habilitação profissional presente no mercado de trabalho. Mais uma vez, a população pobre era a mais afetada.

Contrário a esse sentido da educação bancária (FREIRE, 2011), a concepção de Dom José Maria Pires a respeito da educação é por ele destacada como educação humana e humanista, pois “o homem é um todo e a educação para ser humana e “humanista” deverá proporcionar oportunidades para o desenvolvimento da pessoa com tudo o que a integra” (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1985, p.1) (grifos do autor). No entanto, como possibilitar oportunidades para o desenvolvimento da educação humanista, quando a conjuntura ditatorial não permitia? Em outras palavras,

[...] como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe? Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos- lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda [...] (FREIRE, 1967, p.97).

Um dos caminhos possíveis para essa educação humanista era o desenvolvimento, o empoderamento das ações pastorais, através da educação dialógica (FREIRE, 2012) que se realizava junto às comunidades.

A compreensão humanista da educação estava fundamentada nos princípios dos teólogos presentes nas Conferências de Medellín e Puebla: a primeira apresentava a expressão *educação libertadora*; e a segunda, o termo *educação evangelizadora*.

De acordo com Pereira (2017, p. 118), a *educação* era guiada pelos princípios de Puebla:

- a) Humanizar e personalizar o homem para nele criar o lugar onde possa revelar-se e ser escutada a Boa Nova: o desígnio salvífico do Pai em Cristo e na sua Igreja.
- b) Integrar-se no processo social latino-americano, impregnado por uma cultura radicalmente cristã, na qual, entretanto, coexistem valores e contravalores, luzes e sombras e que, por isso, necessita ser constantemente re-evangelizada.

c) Exercer a função crítica própria da verdadeira ' educação, procurando regenerar permanentemente, do ponto de vista da educação, os princípios culturais e as normas de interação social que possibilitem a criação duma nova sociedade, verdadeiramente participante e fraterna, em outras palavras, educação para a justiça.

d) Converter o educando em sujeito, não só do seu próprio desenvolvimento, mas também posto a serviço do desenvolvimento da comunidade: educação para o serviço.

Essas características dialogam com a perspectiva Freiriana sobre educação, afinal tanto Dom José quanto Paulo Freire, receberam as influências da Teologia da Libertação como inspiração de seus pensamentos sobre a educação e o fazer social. Sendo assim, os princípios humanizar, integrar, reconhecer a importância da cultura e a criticidade eram os elementos condutores de suas práticas.

No que se refere ao trabalho pastoral desenvolvido por Dom José Maria Pires, a concepção de educação era fundamental para que as ações pastorais atingissem seu objetivo junto à população mais pobre.

Dessa forma, esses princípios orientavam os trabalhos realizados pelas pastorais junto ao povo e a formação dos agentes e pessoas leigas, pois “a tarefa dessa prática educacional se torna patente também, a partir da preparação dos agentes de pastoral, da valorização do educador leigo [...]. A concepção presente é a de que tais agentes são os protagonistas de sua libertação” (PEREIRA, 2017, p. 128).

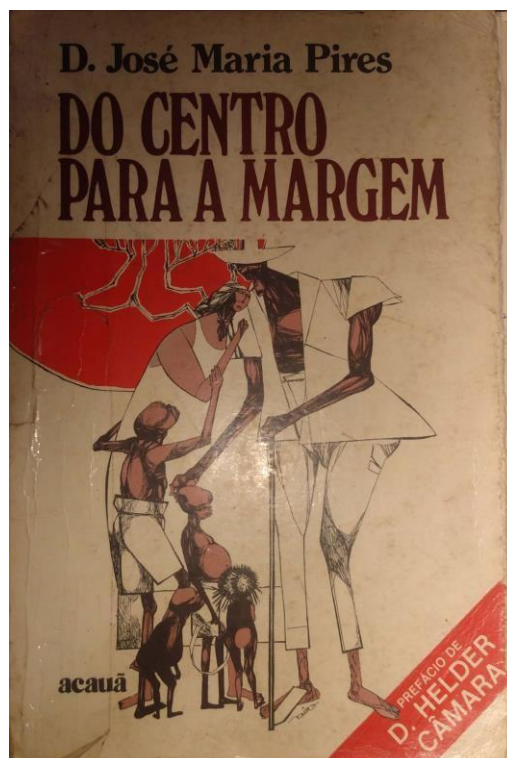
Essa formação pastoral, pautada no princípio da liberdade, protagonismo e criticidade, era justamente a educação que se realizaria, posteriormente, pelos agentes pastorais das comunidades participantes. Além do trabalho educativo, esses elementos guiavam o material “teórico”, a exemplo do texto-base da Ação Pastoral Igreja Viva, direcionado por perguntas e pela participação ativa.

A opção pelos pobres era discurso recorrente nos pronunciamentos do arcebispo, pois consistia no elemento fundador de seu projeto eclesial na Arquidiocese da Paraíba, de uma Igreja que realizava o êxodo do centro para as margens; as margens, da desigualdade social e econômica, da desapropriação da terra e de outras questões opressoras que feriam a dignidade humana. Esse pobre era exatamente o homem explorado, com fome e cada vez mais empobrecido em seus direitos de cidadania.

4.2 Dom José e a causa social do pobre: a palavra liberdade

A expressão “plantar o direito”, utilizada por Dom José Maria Pires, significava defender a dignidade e continuar a luta pela libertação. Essa era a proposta: a libertação através da ação evangelizadora ativa, presente no pensamento e nas ações pastorais de Dom José, de seu projeto eclesial, por ele chamado “Do Centro para a margem”, o qual estava fundamentado nos princípios conciliares do Concílio Vaticano II, do qual o arcebispo participou ativamente.

Figura 11: Capa do livro “Do centro para a margem”, 1º ed. 1978.



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

A abordagem da respectiva obra representava os muitos outros sujeitos, assujeitados pela Ditadura Militar; em que os pés descalços revelava a escassez material, no semblante triste, as marcas da dignidade ferida retratam o contexto violador do cenário

desse livro e pretendiam chamar a atenção para o debate em torno da marginalização e para o lado feio da sociedade daquela época, marcada pela pobreza, fome e desigualdade social.

No título “Do Centro para a margem”, o assunto²⁶ do qual Dom José Maria Pires iria tratar, trazia à cena Histórias e Memórias das ações implementadas por essa nova Igreja que estava em encontro com aqueles colocados em condições de marginalização; além de denúncias e embates Dom José Maria Pires ensejou lutas, delatou e motivou o esperar freiriano (2011) daqueles que, esperando por dias melhores, lutam por eles.

Dentre as denúncias, a perseguição da Ditadura à Igreja foi a temática abordada na homilia “Prece de Natal”, em que Dom José Maria Pires, apoiando-se no discurso evangelizador, fez a seguinte reflexão:

[...] não havia lugar para eles na hospedaria (Lc 2,7). Por que, Senhor? Por que José e Maria não encontraram abrigo na noite em que ias nascer? Por que se fecharam diante de ti as portas? Em Belém não havia lugar para teus pais: em muitos regimes não há hoje lugar para tua Igreja (PIRES, 1978, p. 89).

Parafraseando as palavras e pensamentos de Dom José, realmente “não havia lugar para eles na hospedaria”, pois, em meio a um governo ditatorial que violava direitos, torturava e retirava a liberdade, o lugar não era para os pobres e, menos ainda, para a figura de um clero ativo que se fazia presença junto àqueles que tinham seus direitos usurpados pelo regime. Por isso, o termo “subversivo” era a expressão utilizada como forma de intimidar aqueles que desenvolviam ações de luta e conscientização, quando não culminavam em prisões ou outras formas de violência.

Senhor, neste Natal eu não te peço que os senhores do mundo modifiquem sua atitude com relação à tua Igreja. Não faz mal que ela continue sendo considerada subversiva. Não importa que seus ministros-padres, Bispos e leigos sejam interrogados, presos ou expulsos do país como agitadores perigosos. Se tudo isso aconteceu contigo, por que não acontecerá com teus servos? Rogo-te, Senhor, que

²⁶ Os temas tratados foram reunidos em quatro sessões: “I. A luta pela posse da terra, II. Pelos frutos se conhece o sistema, III. A mensagem e a vida, IV. Firmeza permanente na defesa dos Direitos Humanos”. O prefácio, escrito por Dom Helder, apresenta um arcebispo que “[...] vai às causas, vai às raízes... E fala claro, sem perder a serenidade, mas chamando as coisas pelos nomes” (PIRES, 1978, p. 8).

neste Natal, os homens, todos os homens experimentem um pouco mais de paz e deem um pouco mais de amor (PIRES, 1978, p. 91).

Com essas palavras, Dom José Maria Pires refletiu sobre os episódios de perseguição enfrentados pela Igreja, por colocar-se na luta contra as situações de opressão, de controle e violações vivenciadas por ele e por todos os outros, camponeses, agricultores, pequenos produtores rurais, operários, pescadores, negros, índios, idosos, jovens, homens, mulheres e crianças que, contando com o apoio pastoral e ação evangelizadora da Arquidiocese da Paraíba, através do projeto eclesialístico de Dom José Maria Pires, lutavam para resistir.

Uma Igreja que precisava deslocar-se, realizar o êxodo, sair de sua centralidade conservadora presente na Linha Tradicional da Igreja Católica para fazer-se ativa nas “margens”, ou seja, uma ação evangelizadora e educativa voltada para a construção de uma vida mais digna; situação que a tornava movimento de luta e resistência em tempos autoritários.

Ora, quando requerer igualdade de direitos e lutar por cidadania era colocar-se em perigo, Dom José Maria Pires implementou um trabalho pastoral de evangelização fundamentado na defesa das causas sociais e dos DH das pessoas mais fragilizadas e um novo formato de uma “Igreja comprometida com o pobre e oprimido” (PIRES, 1978, p. 40). Uma Igreja envolvida com as questões sociais de uma evangelização praticante que transcendia a dimensão da fé espiritual para tornar-se um movimento concreto de evangelização para a vida.

O engajamento com a causas social da pessoa pobre, além de princípio basilar do projeto episcopal de Dom José Maria Pires, era uma diretriz orientadora que fora aprovada em Assembleia Diocesana, conforme consta na Carta Pastoral intitulada “Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos”, de 1978.

Na última Assembleia Diocesana, aprovamos a seguinte Diretriz: “Solidarizar-se com o povo na luta e defesa de seus direitos e denunciar tudo aquilo que desrespeita os Direitos Humanos e a justiça”. E formulamos este compromisso: Nós nos comprometemos a procurar viver melhor o ministério da Encarnação: tentarmos ser pobres e estarmos com os pobres e, assim, irmos nos afastando do centro e nos aproximando das margens. Sem excluir ninguém, mas conscientes de que os pobres são os destinatários do Evangelho, queremos deixar clara

nossa convicção de que nos pequenos é revelado o conhecimento da Salvação e, na medida em que se conscientizam, tornam-se a força libertadora do mundo” (PIRES, 1978, p. 41).

Nesta Carta Pastoral, as palavras de Dom José educavam para o sentido da luta e defesa dos Direitos Humanos. A partir da conscientização e do comprometimento com as causas do social, a intencionalidade “pastoral”, contida nos textos que escrevera, tornava-se também “carregada” das intenções pedagógicas da Pedagogia da Libertação Freiriana. A solidariedade para com os direitos das pessoas mais pobres indicava de “qual lado” estava sendo percebida e praticada as ações da Arquidiocese. Por isso, as práticas de Dom José se encontram nas palavras por ele anunciadas e suas ações são direcionadas para a prática da liberdade.

Esse direcionamento de estar junto ao pobre e viver a experiência de ser pobre não era uma identificação isolada de Dom José, mas sim, o reflexo do ideário renovador da Igreja que realizava a saída do centro para as margens. A experiência voltada para a pobreza significava viver os princípios conciliares de forma plena. Como afirmação desse novo ideário, foi realizado o Pacto das Catacumbas, o qual diz respeito ao compromisso estabelecido entre os bispos participantes do Concílio Vaticano II com a pobreza. Sobre esse acontecimento, Beozzo (2015, p. 9) relata:

A três semanas do encerramento do Concílio Vaticano II, nas Catacumbas de Santa Domitila, na periferia de Roma, de maneira discreta, um grupo de padres conciliares celebrou a Eucaristia sobre o túmulo dos mártires Nereu e Aquileu e assinou um compromisso de vida, trabalho e missão que ficou conhecido como Pacto das Catacumbas.

O Pacto das Catacumbas, também conhecido como o Pacto da Igreja Servidora e Pobre, teve seu local de celebração na Basílica de Santa Domitila, localizada em Roma. A escolha da Basílica para a cerimônia é marcada pelas representações que a envolve (LE GOFF, 2012), pois trata-se de uma igreja dedicada aos mártires Nereu e Aquileu, santos mortos pela perseguição contra a Igreja.

Com relação aos ideais propostos no Pacto das Catacumbas, “Integraram-no, com entusiasmo, Dom Helder Câmara, Dom Antônio Fragoso, Dom João Batista Motta e

Albuquerque, Dom José Maria Pires e outros bispos do Brasil e de outros continentes” (BEOZZO, 2015, p.27). Muito embora não tenha participado presencialmente da cerimônia, conforme relatado pelo próprio Dom José, em entrevista concedida à Pereira (2012) a viveu na prática:

Eu tenho conhecimento do fato. Eu nunca participei, porque na ocasião em que quarenta bispos se organizaram e foram as catacumbas e fizeram esse pacto, eu era ainda bispo de Araçuaí. Então como eu não participava dessas coisas, eu era desconhecido na CNBB. Araçuaí é uma diocese no interior de Minas, sem maior representação e eu estava muito bem lá. Durante o concílio eu era bispo de Araçuaí e não participei. A partir daqui de João Pessoa foi que eu passei a ter contato com outros bispos etc. antes eu conheci que teve o pacto das catacumbas, mas eu concordei, sobretudo porque vim pro Nordeste e aí eu tinha que entrar na linha de Dom Helder (PEREIRA, 2012, p. 61).

“Entrar na linha de Dom Helder” significava viver na prática pastoral os ideais da Igreja à serviço do pobre, assim como fez Dom Helder e outros bispos que aderiram a esse pacto. No tocante à essa questão, as memórias de Silva (2023) relembram o fato de que Dom José deixou o Palácio do Bispo, residência oficial, para morar em uma casa mais simples.

Diferente dos outros Bispos, o Dom Adauto; o Dom Moisés; o próprio Dom Epaminondas que passou aqui um tempo; o Dom Vilas Boas que foi arcebispo. Nós vamos ver que Dom José ele era aquele que saiu do Palácio. Então ele sai do Palácio, já seguindo essa ideia do Pacto das Catacumbas, e passa a morar nesta casa pequena aqui, aos muros do São Francisco (SILVA, 2023).

Os princípios da Igreja pobre e servidora, orientadores do Pacto das Catacumbas, reforçavam os ideais conciliares do Concílio Vaticano II e tornaram-se o fundamento basilar da ação pastoral de Dom José Maria Pires, principalmente quando, em meio ao regime ditatorial, fazia-se necessário esclarecer qual era o posicionamento da Igreja, o qual deixava claro: a defesa do pobre e oprimido.

4.3 Contra as repressões da Ditadura: a palavra e os direitos humanos

De que forma “combater” as pressões e repressões de um regime de governo ditatorial a partir da palavra e dos Direitos Humanos, quando a própria conjuntura é de oposição e violação? Ora, nos regimes ditatoriais a palavra deixa de ser “direito de todos os homens” (FREIRE, 2011), para tornar-se objeto de interdição.

Sob o crivo da permissividade e proibição, a palavra deixa de ser direito para tornar-se objeto manipulável e assim os indivíduos se percebem em campo de disputa e “emudecidos” pela censura e arbitrariedade, encontrando-se impossibilitados, ou na verdade, desabilitados de pronunciarem a si mesmo. Afinal a pronúncia da palavra é atitude particular que implica o movimento do sujeito na vida, tem a ver com a forma de perceber a si, de enxergar o(s) outro(s). É expressão individual de cada ser humano, pois antes de ser proferida, a palavra, muitas vezes, mobilizou sentimentos, fez trajetos na memória, ocupou o campo das ideias, foi parte do desejo interno das emoções.

A palavra é a forma que a pessoa encontrou, ou precisou construir, para colocar-se ao mundo. Atitude humana, apenas os seres humanos podem dela utilizar-se, a palavra é o que nos torna sujeitos. Por isso, quando reprimidos/as estamos “assujeitados” e sem ter como dizer nossa palavra, nos tornam vulneráveis à voz do outro (podendo ser esse outro: o sistema, o agressor, o contexto, a violação, a dor, entre tantos).

Ora, na Ditadura Militar, as pessoas vivenciaram muitas interdições, uma delas: a pronúncia da palavra como forma expressiva do pensar, do sentir, do agir eram alvos de vigilância e manipulação. Entre a palavra pensada, proferida, escrita e interpretada as possibilidades de deturpação dependiam do “teor” e do “sentido” que a elas eram atribuídos pelos órgãos fiscalizadores do regime.

Afinal, mediante o contexto ditatorial, as palavras precisavam de controle e autorização para serem ditas, escritas e/ou publicadas. Para isso, foram criados órgãos institucionais específicos, dentre os quais: as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), que atuavam dentro das universidades, monitorando docentes, discentes, funcionários, reitores.

Sobre a ASI, Lima e Carvalho (2018, p. 167) alertam para o seguinte fato:

Dentre as Divisões de Segurança e Informações (DSI) criadas estava a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação (DSI/MEC), a quem estaria futuramente vinculada as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) das universidades. Aperfeiçoava-se o mecanismo de informação à serviço da repressão.

Este era o principal objetivo da Ditadura: “aperfeiçoar o serviço de informação e colocá-lo à serviço da repressão”. Por isso, as universidades tornaram-se lócus de vigilância. Mas não apenas a vida acadêmica passava a ser observada, as produções escritas que incitassem qualquer possibilidade de oposição ou questionamento ao regime tornavam-se objetos de interesse dos órgãos fiscalizadores.

Conforme trataremos na sessão seguinte, as palavras de Dom José tornaram-se alvo de interesse desses órgãos de fiscalização, no caso dele, o Serviço Nacional de Informação (SNI). No entanto, mesmo submetido a investigação por um órgão do regime ditatorial, Dom José era figura representativa no âmbito universitário, sendo convidado como paraninfo de muitas turmas em Colação de Grau e proferia seus discursos, não se deixando intimidar. É o que constatamos nas memórias de Silva (2023, p. 6):

[...] ele não cedia as pressões da Ditadura. Ao ponto, que por isso que ele vai ser convidado, e várias vezes *pra* ser padrinho de formatura na UFPB, porque os seus textos não eram revisados. Ele não permitia que seus textos fossem revisados. E isso marca muito a vida dele. Por mais que se tentasse, porque se tentou à princípio, mas ele não deixava, ele batia muito de frente. Não cedia.

Não ter seus discursos de paraninfo revisados, porque não permitia que isso acontecesse, não significava dizer que Dom José não era observado/vigiado pelos órgãos repressores. E isso acontece, conforme abordamos na sessão “4.5 A luta camponesa: “a não-violência enfrenta as armas convencionais”, em que a SNI passa a investigá-lo. Uma explicação seria o público a que se direcionaria seus discursos de paraninfo, estudantes universitários, ou até mesmo o teor de seus escritos nesse contexto. Pois quando seus escritos passam a ser alvo de investigação do SNI, suas palavras tratam da luta dos agricultores em situação de perseguição e se destinam como meios de informar à sociedade os fatos ocorridos e mobilizar as pessoas para a luta.

No tocante aos Direitos Humanos (DH), destacamos os aspectos historiográficos que os envolvem, pois de acordo com Trindade (2011, p. 16), a historiografia²⁷ dos DH “depende do ponto de vista que se adote”,

Se for uma história filosófica teremos que recuar a algumas remotas fontes da Antiguidade clássica, no mínimo até o estoicismo grego. Se for uma história religiosa, é possível encetar a caminhada pelo menos no Ocidente, a partir do Sermão da Montanha. Se for uma história política, já podemos iniciar com algumas das noções embutidas na *Magna Charta Libertatum*, do Rei João Sem Terra em 1215. Ou podemos optar por uma história social (TRINDADE, 2011, p. 16).

A origem dos Direitos Humanos (DH) encontra seus fundamentos no período axiológico da era pré-cristã, mais precisamente no século VIII A.C., considerado a proto-história, pois é quando surgem os primeiros mecanismos de valoração da dignidade humana. Tal apanhado se insere na necessidade de se conhecer a história e a memória dos percalços enfrentados para ser ter o direito, mesmo que ainda este mesmo direito, seja resultado de muita luta.

No período axiológico, o que norteava as relações do indivíduo na sociedade não eram as leis escritas, mas a tradição do direito natural. Sobre o direito natural temos o exemplo da *Antígona* de Sófocles, que ao reivindicar o sepultamento de seu irmão, que havia se revoltado contra o governo, desobedece às leis escritas e defende as *leis divinas* do jus-naturalismo.

Nesse sentido,

É a partir do período axial que, pela primeira vez na História, o ser humano passa a ser considerado, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante as múltiplas diferenças de sexo, raça, religião ou costumes sociais. Lançavam-se, assim, os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, porque a elas inerentes (COMPARATO, 2008, p. 11).

²⁷ Esse exercício de historiografar os Direitos Humanos foi inspirado em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba, mais especificamente no ano de 2011, sob orientação da Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho. O TCC teve por título “Educação em Direitos Humanos: um estudo histórico (1988-2011)”, em que tratamos mais especificamente da Educação em Direitos Humanos em seu decurso historiográfico.

Entretanto, foram necessários muitos séculos para que esse fundamento fosse universalmente reconhecido. Conquista recente, a partir da institucionalização das leis escritas e sob a ótica geral e uniforme da lei aplicável a todos, o indivíduo passava a ser enxergado em sua razão e liberdade.

Sobre a presença dos Direitos Humanos na antiguidade, Carvalho (2002) apresenta a seguinte contextualização:

O mundo antigo não conheceu o primado da liberdade individual e por via de consequência nele não se fizeram presentes as condições históricas necessárias ao desenvolvimento dos direitos humanos. As relações sociais daquela época estavam centradas nas forças da religião e da família, e não havia uma esfera de tolerância relativamente às liberdades individuais. (CARVALHO, 2002, p. 32)

Como podemos observar, dogmas religiosos ditaram a trajetória histórica dos DH na antiguidade grega e romana, influenciando fortemente as relações sociais, jurídicas, e políticas da época. Assim, o legado deixado pela antiguidade greco-romana para a afirmação de alguns princípios dos Direitos Humanos desenvolveu-se no plano das ideias;

Na Grécia antiga a teoria das liberdades individuais não se desenvolveu perfeitamente porque a própria noção de liberdade pessoal, que lhe é inerente, não se formulara²⁸. A contribuição grega na questão dos direitos humanos se dá unicamente no âmbito das ideias: de liberdade política, racionalidade, moralidade universal, dignidade humana [...] (GORCZEWSKI, 2009, p.105).

Essa estrutura excludente e dicotômica que dividia a sociedade greco-romana em cidadãos e não-cidadãos contribuiu para que surgisse nos indivíduos a necessidade de serem livres e iguais em direitos. Por isso, de certa forma, a antiguidade greco-romana representou o solo fértil para o desenvolvimento filosófico dos Direitos Humanos fundamentais, pois nesse contexto, a busca por liberdade surgia de forma mais condensada.

²⁸ Na Grécia, por exemplo, apenas os homens totalmente livres, ou seja, os grandes proprietários de terra eram considerados cidadãos, pois desfrutavam de boas condições financeiras e não precisavam trabalhar o que lhes permitia dedicação às decisões políticas. Assim comerciantes, artesãos, estrangeiros, escravos e mulheres eram desprovidos de cidadania e representavam a classe dos não-cidadãos. Igualmente, em Roma, o contexto escravocrata e a divisão social: patrícios, plebeus e escravos afirmavam a dicotomia da cidadania.

No tocante ao período medieval²⁹, o feudalismo dividiu espaço e poder com o clero, de forma que a estrutura feudal impôs a personificação do Estado na figura do senhor feudal, que detinha para si o poder de jurisdição e propriedade sobre todos os burgos e vassallos ao mesmo tempo em que exercia as funções de chefe de Estado. No entanto, essa sociedade estamental aos poucos foi sendo fragmentada, devido à divisão de poder rebelada entre imperadores e clérigos. Tal situação motivou no século XI, um movimento de reconstrução da unidade política perdida. Esse movimento de ‘reconcentração do poder’ buscou concentrar poder e privilégios nas mãos de alguns - clero ou nobreza - enquanto submetia outros - o povo - à exploração, pobreza e desigualdade. Foram disputas guiadas pela intimidação, exploração e violência que utilizavam a força e a arbitrariedade como sinônimo de poder e boa conduta; por isso, alguns estudiosos apontam o feudalismo como um espaço de negação dos Direitos Humanos.

Esse contexto de violência e desigualdade também incitou à resistência e foi “[...] justamente contra os abusos dessa reconstrução do poder que surgiram as primeiras manifestações de rebeldia [...], corporificadas pelos pactos, cartas de franquias ou forais medievais” (ALBERTO FILHO, 2010, p.197).

Assim, vários foram os registros escritos em contraposição a essa reconcentração de poder e em busca da liberdade igualitária. No entanto, a *Magna Cartha Libertatum*, outorgada pelo Rei João Sem-Terra, em 15 de junho de 1215, foi sem dúvida a representação mais significativa e comentada da história dos Direitos Humanos, pois defendeu limitações ao poder real, instaurando cláusulas a favor da liberdade do indivíduo, como a liberdade de crença e de ir e vir, por exemplo, além de ter estabelecido alguns princípios jurídicos como a fundamentação das sentenças e a previsão legal do crime.

A Carta de João Sem Terra, como também ficou conhecida, representou um documento político e jurídico inovador para a época medieval, pois trouxe elementos que serviram de subsídios para o surgimento de princípios posteriores a esta época no decurso da História. Analisando esse contexto, entendemos que a Idade Média ao mesmo tempo em que se fez espaço divisor da *liberté* e da igualdade entre os seus ‘estamentos sociais’

²⁹ Período dividido pelos historiadores em dois momentos: Alta Idade Média (século V ao X) e Baixa Idade Média (século XI ao XV).

representou a provação dessa liberdade, por isso, a busca da liberdade foi uma das características marcantes nessa época.

No tocante aos DH, no período da modernidade, ocorre um desdobramento do direito positivo ocidental que para ser compreendido precisa passar pelas trilhas percorridas pelo direito até sua positivação. Perspectivas que revelam o direito arraigado ao cristianismo, encontrando no direito canônico e inquisitorial uma forma de representação. Muito embora essa relação pareça paradoxal, ela foi responsável por lançar as bases para a processualística da Idade Média, ao desenvolver os princípios de investigação e impessoalidade. Tal fato resultou, posteriormente, no rompimento com a autoridade clerical, devido às grandes transformações ocorridas entre os séculos XVII e XVIII.

A Carta Americana de 1776 foi um dos documentos que registraram a presença de alguns princípios dos Direitos Humanos, como igualdade e liberdade:

Todos os seres humanos são, pela sua natureza, igualmente livres e independentes, e possuem certos direitos inatos, dos quais, ao entrarem no estado de sociedade, não podem, por nenhum tipo de pacto, privar ou despojar sua posterioridade; nomeadamente, a fruição da vida e da liberdade, com os meios de adquirir e possuir a propriedade de bens, bem como de procurar e obter a felicidade e a segurança (COMPARATO, 2008, p. 49).

Essa natureza humana, exposta pela declaração, foi a condição mínima para que o respeito à liberdade das pessoas no universo fosse posto acima de qualquer interesse, seja político, econômico, social, considerando que o contentamento de uns não podia ser causa de sofrimento de outros. E a busca da felicidade compunha a razão de ser dos Direitos Humanos, mas nenhum desses motivos podia ser maior ou mais importante que a dignidade.

Assim, aliado ao processo de racionalização ocorrido no ocidente, o direito foi aos poucos se desvinculando dos aspectos religiosos. Tais transformações possibilitaram ao direito seguir critérios formais e racionais na busca pela justiça.

Passados treze anos da Declaração Americana, tivemos a Declaração Francesa - Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão - de 1789, que trazia em seu cerne o lema: *Liberté, Egalité, Fraternité* (liberdade, igualdade e fraternidade). Vale salientar que

na França dessa época, defendia-se o direito de todos. Essa igualdade estava restrita ao âmbito jurídico e não social ou econômico, uma vez que a desigualdade social e financeira continuava existindo. Mesmo assim, seus princípios de liberdade, igualdade e fraternidade serviram de inspiração e referência para outras constituições.

Mesmo defendendo a vida e a dignidade humana, estes documentos não tinham o respaldo universal que mereciam. Esse reconhecimento universal só veio no século XX, com o movimento de internacionalização dos Direitos Humanos.

Partindo do cenário bárbaro de violência extrema contra a humanidade, pós-guerra mundial, havia e a necessidade da reconstrução valorativa dos Direitos Humanos. Dessa forma, através da Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 foi elaborada e promulgada, como forma de reparação aos danos decorrentes das atrocidades vivenciadas pelo contexto da guerra.

Como afirma Comparato (2008, p. 15), “a Declaração abre-se com a afirmação de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos; são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (artigo I)”. Quando da instauração do regime ditatorial no Brasil, a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) já havia sido promulgada, mas ainda não fazia parte do ordenamento jurídico brasileiro e caso o integrasse, possivelmente, a Ditadura Militar a teria ferido ou violado.

Àqueles que se colocavam em defesa dos DH a perseguição era prática corriqueira. Tal questão foi tratado nestes trechos da Carta Pastoral, escrita por Dom José Maria Pires, em dezembro de 1975:

Meus irmãos,

Nosso irmão Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional. Acusaram-no de estar pregando a violência, de ser ele comunista e subversivo como o Arcebispo da Paraíba.

Ninguém acredite que somos comunistas ou subversivos. Somos humildes servos de Jesus Cristo e, por amor dele, queremos estar cada vez mais perto de vocês participando de suas angústias e sofrimentos, de suas conquistas e de suas alegrias.

O que é mesmo que Frei Hermano José faz para ser acusado de comunista e ser chamado à Segurança Nacional?

O nosso ponto de partida é a fé em Jesus Cristo Salvador. A fé nos leva a procurar ver os homens e os acontecimentos como Deus os vê e agir conforme o Espírito Santo vai nos mostrando na oração e nas reuniões. Nós não pregamos a invasão das terras dos outros. O proprietário pode continuar em sua terra, mas deixe o pobre trabalhar e viver sossegado. Mas, quando o camponês é ameaçado de despejo por proprietários que olham mais o lucro do que a vida de seu irmão, nós o aconselhamos a defender seus direitos, dentro das leis do nosso país.

Ameaçaram Frei Hermano de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do país. Tal ameaça teria sido feita se o Frei estivesse defendendo os proprietários, visitando os ricos e comendo com eles? Por que será que somente os que tomam defesa dos oprimidos é que são considerados subversivos e comunistas?

Seja esta carta lida nas Missas e nas Celebrações (PIRES, 1978, p. 30).

Nessa Carta Pastoral, as evidências da repressão ditatorial àqueles que, na concepção autoritária, pudessem representar algum perigo à ordem estabelecida ou aos interesses do capital que, cada vez mais fortalecido pelos Acordos Internacionais e pelo desenvolvimento das grandes empresas agrícolas, reforçam, ainda mais, a divisão social e a distribuição desigual de renda.

Assim como Frei Hermano e o próprio Dom José Maria Pires, muitos foram os agricultores, camponeses, posseiros, jovens ou pais de família que foram perseguidos pela Ditadura Militar e muitos que, desapropriados da terra, mas conscientes de seu direito a ela, ergueram sua voz na luta e, quando calados pelo medo do regime, contaram com a Arquidiocese da Paraíba e com a voz de seu arcebispo.

Quando a Ditadura foi instaurada com o discurso inicial de desenvolvimento e igualdade, fez com que muitas pessoas acreditassem e se colocassem em defesa do regime. Dom José Maria Pires foi uma dessas pessoas que, a princípio, se mostrou entusiasmado com as promessas de crescimento econômico que viriam com a mudança, assim como outros membros da Igreja Católica do período, fato revelado na entrevista concedida à Pereira (2012):

A gente vivia numa situação de instabilidade muito grande. Veio o Golpe de 64 e a primeira manifestação do General Castelo Branco dizendo que a Revolução não foi feita para defender os privilégios dos ricos, mas para que todos os brasileiros pudessem... Então uma manifestação muito de acordo com aquilo que a gente esperava. Acontece que pouco depois a gente começa a ver que a Revolução não era para melhorar a situação do Brasil (PIRES apud PEREIRA, 2012, p. 70).

A interrupção do pensamento marcada pelas reticências no seguinte trecho “mas para que todos os brasileiros pudessem ...” decorre do processo seletivo da memória do qual trata Le Goff (2012).

No Jornal “A Imprensa”, em 01 de abril de 1968, Dom José Maria Pires, no artigo “A revolução que não houve”, trata do posicionamento que tinha, de apoio ao regime ditatorial, e de sua compreensão sobre o comunismo.

Eu fui um dos entusiastas do movimento de 31 de março em 1964. Torci para que não se realizasse em Belo Horizonte o Congresso da CUTAL, de cunho reconhecidamente comunista. Condenei de público, em sermão, a atitude do Governo Federal no comício monstro de 13 de março, sua conivência com a anarquia, as greves políticas e a subversão (A IMPRENSA, 01 abr. 1968).

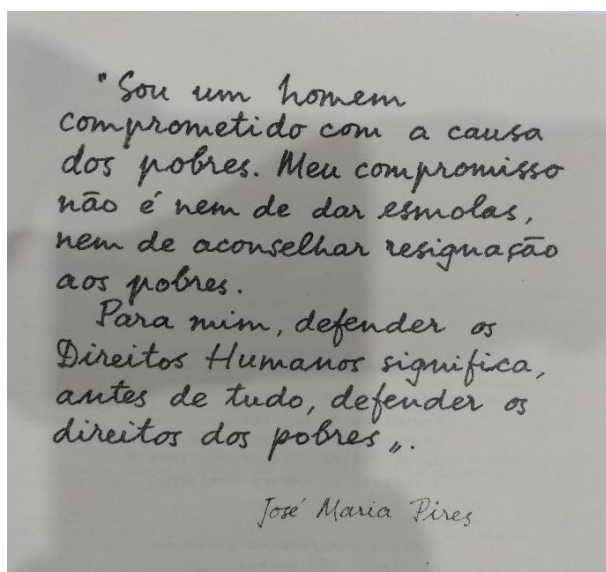
Anos depois, já sendo arcebispo emérito, Dom José relembra o entusiasmo inicial com o regime ditatorial. Utilizando-se da “História do Tempo Presente” (ROUSSO, 2016), ou seja, uma história que se faz presente, acompanhando a lembrança, estavam as marcas das experiências negativas que vivera com o regime e a representação construída em torno do trabalho episcopal que realizou ao longo dos embates face à Ditadura.

Ora, diante de uma trajetória de vida de engajamentos com as causas sociais que aconteceram naquele contexto adverso, certamente era necessário justificar sua inclinação inicial em torno da Ditadura; afinal, o lugar social (LE GOFF, 2012) que ocupava era representativo, não era um lugar comum e, de certa forma, representava o “poder” da Igreja e as causas que defendera.

Com a ciência das intenções reais do regime, a oposição do arcebispo à Ditadura acontecia por meio da palavra, em pronunciamentos, discursos, homilias, cartas pastorais utilizadas como formas de denúncia e de defesa dos DH das pessoas mais pobres, pois, para Dom José, os DH significavam o direito humano do pobre.

Em palestra proferida em Minas Gerais, em 1978, sobre a questão dos DH, Dom José deixou claro sua compreensão sobre a relação dos DH como direitos dos pobres. São palavras que educam para o comprometimento da sociedade com as pessoas pobres e com os elementos educativos dos DH.

Figura 12: Trecho da Palestra de Dom José sobre os Direitos Humanos, 1978.



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

A criação do CDDH por Dom José Maria Pires foi uma ação de extrema importância para aquele momento em que o amparo judicial na luta pelos direitos das pessoas pobres se fazia necessário, principalmente para auxiliar as pessoas do campo na luta pela terra, as quais vinham sofrendo forte retaliação de seus direitos em ter “um pedaço de chão”. Por isso,

[O Centro] nasceu da necessidade de assessoria jurídica aos trabalhadores rurais. Uma evangelização que pretende ser comprometida com a libertação tem que encaminhar-se para a ação e urgir a necessidade de cada cristão engajar-se em projetos concretos de transformação das estruturas de dominação. Frequentemente não sabíamos como orientar, ou por desconhecimento dos meios jurídicos ou pela falta de instrumentos hábeis para os diversos casos de recursos à Justiça (PIRES, 1980, p. 231).

Para Dom José “os DH era o direito do pobre”. Sua compreensão fundamentava-se pelo contexto violador da Ditadura, em que o pobre era o que “não tinha direitos” e os tendo, “os perdia”. No cenário da repressão violadora de direitos, sobretudo, o direito das pessoas pobres, seu enfrentamento tinha nas ações pastorais/educativas do arcebispo uma importante aliada.

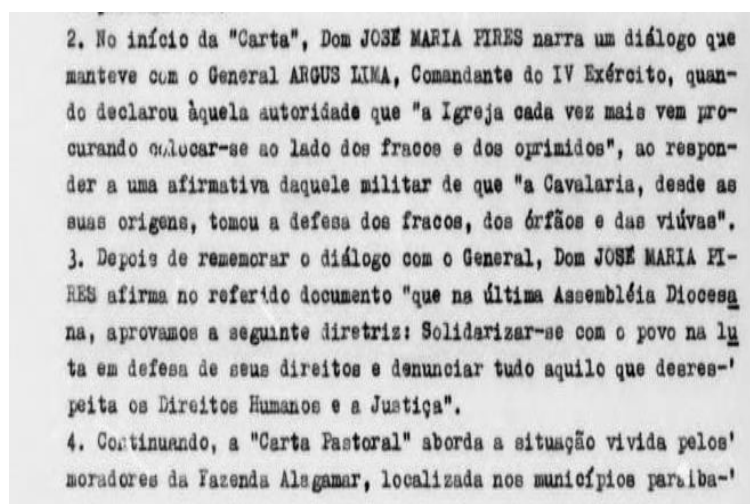
Os DH têm a ver com as “grandes” e “pequenas” causas da humanidade para proteger e efetivar sua dignidade, por isso “os direitos não nascem todos de uma vez, nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 2004, p.12), sua natureza é eclética, no sentido de que surge, ou é motivada por contextos diversos.

4.4 A luta camponesa: “a não-violência enfrenta as armas convencionais”

O “progresso do país”, em especial da economia agrícola, acontecia através do sofrimento do pequeno agricultor, que se via expulso da terra, desintegrado de sua posse, humilhado e perseguido. Tais situações faziam com que Dom José Maria Pires se mostrasse mais firme em seu projeto eclesialístico de vida e denunciasses as ameaças, o que não impedia que também ele ou seus agentes pastorais fossem perseguidos.

No entanto, ao deixar clara sua opção e envolvimento com as causas de injustiça e violação de direitos, Dom José e seus escritos passaram a ser “observados” pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), conforme consta no Documento do SNI, apresentado na pesquisa de Ferreira (2020, p. 120):

Figura 13: Trecho do Documento do SNI sobre Carta Pastoral de Dom José Maria Pires.



Fonte: Ferreira, 2020, p. 120.

Nesses trechos do Documento do SNI, o relato do teor da Carta Pastoral, destacada entre aspas, justamente para que lhe fosse atribuído o caráter dúbio da subversão, referindo-se à produção “Sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos”, de 1978, em que o arcebispo abordou a situação dos agricultores de Alagamar/PB e questionou “Quem era o Agressor” (PIRES, 1978), falando da liberdade e do posicionamento da Igreja da Paraíba e conclamou: “todos aqueles que perceberem a justiça dessa causa a juntarem suas vozes à nossa para a defesa do fraco e oprimido” (PIRES, 1978, p. 48).

Nessa Carta, Dom José abordou as situações enfrentadas pelos agricultores moradores de Alagamar/ PB³⁰, relatou as origens dos conflitos vivenciados naquele momento, o posicionamento da Igreja diante dos fatos e suscitou as seguintes reflexões:

_Quem é o agressor? Os compradores que trazem gado fora e o soltam nas terras ou lavradores que tangerem e prendem o gado para que não estrague suas lavouras?

_Quem é o agressor? O comprador que planta cana nas posses dos moradores ou os que arrancam a cana para defenderem sua posse?

_Quem é o agressor? O homem pacato que reside ali há 30, 40, 50 ou mais anos ou o chegante que, só pelo fato de ter mais dinheiro, se investe no direito de senhor absoluto da terra? [...]

A igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus fizemos uma opção pelos oprimidos, embora reconheçamos que estamos ainda longe de levar às consequências mais pesadas esses compromissos (PIRES, 1978, p. 45).

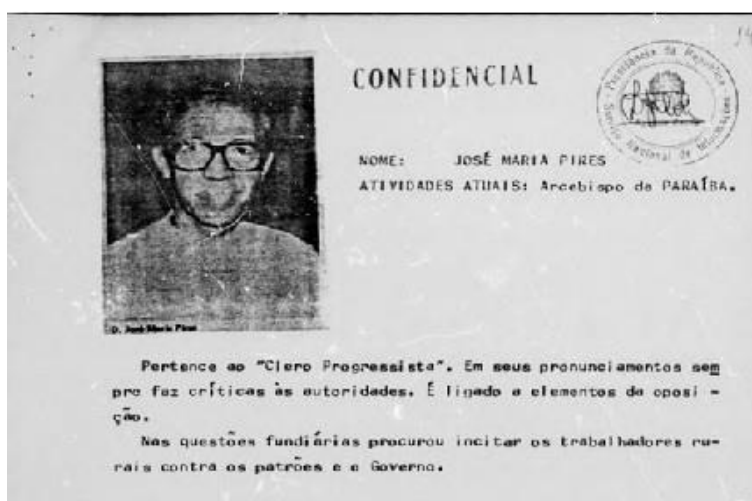
Dom José questionou sobre quem era de fato o “agressor”, e, além de tornar pública as situações de perseguição, contribuiu para que a população refletisse sobre os fatos repercutidos e, ao final, a indicação do arcebispo para que se realizasse a leitura: “seja esta Carta lida aos fies na 1ª Missa de preceito ou Culto Dominical e na primeira

³⁰ Era um complexo de fazendas denominada Grande Alagamar/PB, de propriedade do Sr. Arnaldo Maroja. De acordo com Ferreira (2020, p. 154), “as relações de divisão e desenvolvimento de Alagamar se construíram, por meio de acordo verbal com o proprietário da terra, através de seu representante. A grande Alagamar era composta de maioria de arrendatários, que viviam na terra por mais de uma década. Em que por meio de contratos verbais, pagavam o foro anualmente aos proprietários para assim seguirem nas terras. As relações de trabalho nas áreas eram marcadas pelo compadrio e paternalismo”. Após o falecimento do Sr. Arnaldo Maroja, as terras foram vendidas e os agricultores passaram a sofrer com a presença do gado destruindo suas lavouras e sofrer intimidações por parte dos novos proprietários, capangas e da polícia.

reunião das Comunidades de Base e dos Grupos de Reflexão. Registre-se no livro de Tombo” (PIRES, 1978, p. 49).

Ampliar o campo de visibilidade, o acesso à informação sobre o que se passava na zona rural e incitar a reflexão e o engajamento colocaram Dom José Maria Pires sob a vigilância dos órgãos de repressão. É o que confirmava Ferreira (2020, p. 212), ao apresentar a Ficha do SNI, de Dom José Maria Pires:

Figura 14: Ficha de Dom José Maria Pires do Serviço Nacional de Informação (SNI).



Fonte: Ferreira (2020, p. 212).

A ficha de vigilância do SNI, acima, descreve Dom José Maria Pires como “pertencente ao clero progressista, ligado a elementos de oposição”, destacando também que “em seus pronunciamentos faz críticas às autoridades” e no que se refere às “questões fundiárias, incita os trabalhadores rurais contra os patrões e o Governo”.

O Arcebispo é acusado de tantos crimes! Mas qual crime cometeu Dom José Maria Pires? Ele e tantos outros que tiveram seus passos vigiados, seus escritos censurados e sua foto e nome “gravados” em uma “Ficha Confidencial” por um órgão de vigilância?

Seu “crime” foi o mesmo que Menochio (GINZBURG, 2006), Freire (2011), Dom Helder e outros cometeram: ousaram “dizer sua palavra” (FREIRE, 2011). Por isso, “suas palavras são (foram e continuam sendo) um protesto (contra a Ditadura), são a recusa ao horror. Sua curiosidade, opiniões e destino fazem dele um desses homens para quem dizer

o que pensa é tão importante e que, por isso, arriscam a própria vida. “Nem toda confissão é uma vitória da tortura; porque às vezes a pior tortura é ter a voz silenciada” (GINZBURG, 2006, p. 198).

Silenciar a voz e os direitos das pessoas do campo foi a tentativa do regime ditador, no entanto a luta dos camponeses de Alagamar representava o envolvimento da Igreja com a causa do pobre, compromisso assumido por Dom José desde o Concílio Vaticano II. A concretização dos princípios conciliares que orientavam o episcopado do arcebispo, reforçados pelo Pacto das Catacumbas e pelas Conferências de Medellín e Puebla, aconteciam na Arquidiocese da Paraíba, por meio das ações pastorais da Igreja Viva, Comunidades Eclesiais de Base e demais Pastorais. Ora, os encontros semanais de agentes da pastoral com os agricultores e a assistência do CDDH³¹ contribuíram para a organização e mobilização camponesa.

Figura 15: Dom José, Dom Helder e outros bispos com agricultores em Alagamar/PB, em 1980.



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

³¹ De acordo com Duarte (2015), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) funcionava como órgão aditivo e auxiliar na missão evangelizadora da Arquidiocese da Paraíba, naquele momento.

Na fotografia acima, o registro do enfrentamento não violento, realizado em Alagamar, fazenda também conhecida como Caipora, em janeiro de 1980, quando os agricultores, juntamente com apoio dos bispos que lá estavam: Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), Dom Helder Câmara (Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife), Dom Francisco Austregésilo (Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira) e Dom Manuel Pereira (Bispo da Diocese de Campina Grande) enfrentaram o gado das lavouras.

Figura 16: Dom José Maria Pires e agricultores tangendo o gado, Alagamar/PB, 1980.

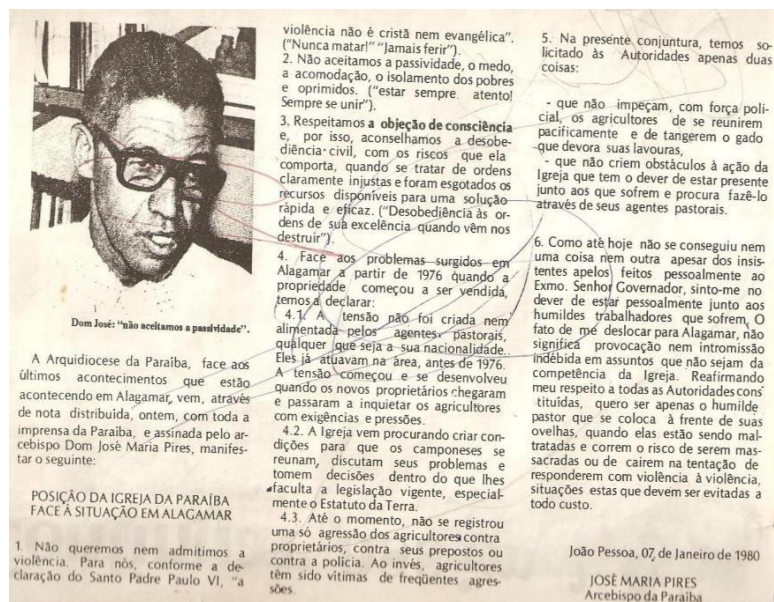


Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba

Em um contexto tutelado pelas relações arbitrárias, a força das armas se depararam com a força da união e da simplicidade do gesto improvável da luta pela terra com gravetos. Certamente, naquele momento, o arcebispo e os agricultores não tinham noção do significado e da dimensão de tal atitude, pois “esse gesto constituía a defesa legítima do direito à terra para os agricultores e uma provocação aos policiais que assistiram a cena incólumes” (PEREIRA, 2012, p. 152).

Vencendo o gado, se mostraram resistentes às tentativas dos novos proprietários de lhes retirarem daquelas terras. A luta dos camponeses de Alagamar contou, também, com a visibilidade de Dom José, com a publicação de uma Carta da Arquidiocese, demonstrando seu posicionamento diante do caso.

Figura 17: Carta da Arquidiocese da Paraíba sobre Alagamar/PB, 1980.



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Nessa carta, o arcebispo mostra o posicionamento de apoio aos camponeses de Alagamar por parte da Arquidiocese da Paraíba e a temática da não-violência é colocada como um registro para evitar a inversão dos fatos e esclarecer sobre quem, realmente, é a vítima dessa situação. Além da Arquidiocese, os camponeses de Alagamar ganharam o apoio de outras comunidades.

Outra reportagem de grande repercussão foi "Bispos e rurícolas expulsam o gado das plantações", publicada pelo Diário da Borborema:

Os arcebispos Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara e os demais que foram ontem pela manhã a Alagamar, resolveram pessoalmente expulsar o gado dos campos de plantações dos camponeses, chegando todos eles a correrem atrás do gado, todos munidos de pequenos pedaços de pau, utilizados apenas como símbolos para a expulsão dos animais. O gado (sic), por determinação dos proprietários das terras, estão frequentemente invadindo os roçados e destruindo as lavouras. [...]. O gado começou a ser tanguido, ontem, às 8h da manhã, quando o arcebispo paraibano responsabilizou-se por esta operação. [...]. Em

Alagamar os bispos sustentaram o que chamam de “movimento simbólico em prol da não violência”. Constou a visita, também, de uma marcha silenciosa de colonos e religiosos pelos roçados da fazenda Maria de Melo. [...]. Os bispos como as demais pessoas, empunhavam talos de jurema e carrapateiras. Dom José Maria Pires munuiu-se de uma vara de marmeleiro, fazendo questão de dizer que “isto é apenas um símbolo, pois este pau não vai bater em nenhuma rês” (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 jan. 1980).

Sobre Alagamar, Pereira (2012, p. 141) explica:

A Grande Alagamar está localizada nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, estando distante a 100 quilômetros de João Pessoa. Possuía 13 mil hectares e estava cadastrada no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como latifúndio de exploração. Seu dono, até 1975, era o Sr. Arnaldo de Araújo Maroja. Esse território era também conhecido como “Grande Alagamar” por ser formado de 14 propriedades que formavam as “Fazendas reunidas de Alagamar”. Eram elas: Fazenda Salomão, Várzea Grande, Urna, Mumbuca, Saco, Serra de São José, Sapucaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Melo e Riacho dos Currais.

A reação pacífica dos agricultores de Alagamar e dos bispos que lá se encontravam, diante do avanço do gado em suas plantações, fizeram com que a situação que viviam, da desapropriação das terras onde moravam, repercutisse através da arte, com a elaboração, em 1978, da Cantata de Alagamar, “Hino de Alagamar”, como ficou conhecida:

Em novembro do ano de 78
O presidente chegou a João Pessoa
A notícia nos campos já ressoa
Todos vêm com as faixas à cidade
Para insistir no direito à propriedade
A polícia, no entanto, não consente
Que ninguém chegue junto ao presidente
Toma as faixas e o povo não vai embora
Se reúne na praça e canta agora
O hino que o Geisel ouve atentamente
(CANTATA DE ALAGAMAR, 2014, p. 1)

Nestes primeiros versos a resistência dos agricultores e a consciência de que lutar era preciso os fizeram ir à praça pública, ao encontro do então presidente reivindicar o direito que possuíam de posse às terras de Alagamar. O não consentimento da audiência

e a violência da ação policial em tomar-lhes as faixas, que certamente registravam suas palavras de luta, não os impediram de permanecer ali e fazerem-se ser ouvidos, por meio do hino do Alagamar.

(canto)
 Alagamar, meu coração
 Teu povo humilde esperando a solução
 Nossa vitória fica na história
 A tua glória é a nossa união
 Nossa vitória fica na história
 A tua glória é a nossa união
 (CANTATA DE ALAGAMAR, 2014, p. 1)

A união do povo, presente na estrofe, era uma prática educacional da Ação Pastoral Igreja Viva, realizada através da Equipe de Promoção Humana nos encontros entre agentes das pastorais e os camponeses, onde além das práticas religiosas discutiam sobre as questões vivenciadas pela população do campo.

Teu povo forte sem violência e sem guerra
 Toma a luta pela terra e a boa produção
 Da agricultura que o nosso povo consome
 E quem consagra seu nome
 Não se curva à invasão
 [...]

Não temos ódio nem preguiça nem vingança
 Mas temos a esperança da nossa liberdade
 Pra nosso povo ter produtos agradáveis
 Nós somos os responsáveis por sua alimentação

Alagamar, meu coração
 Teu povo humilde esperando a solução
 Nossa vitória fica na história
 A tua glória é a nossa união
 Nossa vitória fica na história
 A tua glória é a nossa união
 [...] (CANTATA DE ALAGAMAR, 2014, p. 2)

As palavras: sem violência, liberdade, esperança e união pontuam as relações entre a prática pastoral de Dom José Maria Pires junto aos camponeses, com a pedagogia freiriana e a Teologia da Libertação. Ora, Dom José e Paulo Freire foram contemporâneos, vivenciaram os entornos do período ditatorial, sendo Freire (2011) exilado e Dom José perseguido, fichado pelo Serviço de Segurança Nacional (SNI). Ambos também compartilhavam dos princípios da Teologia da Libertação.

Figura 18: Agricultor Severino Izidro, autor da Cantata de Alagamar.



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Legenda: Severino Izidro é o que aparece em primeiro plano.

Criada pelo agricultor Severino Izidro, o Hino de Alagamar teve o apoio de José Alberto Kaplan, Waldemar José Solha e do arcebispo Dom José Maria Pires. A cantata representava a luta e a esperança dos camponeses de Alagamar em ver seus direitos (re)conquistados. Ora, trata-se de uma cantata, ou seja, a representação popular nascida das ideias de um homem do campo, o agricultor Severino Izidro. Sendo também conhecido como hino de Alagamar, seus versos não tratam das palavras do arcebispo, mas dos anseios daqueles camponeses que viviam as perseguições, as ações de despejo, as intimidações, diante da perda da posse à terra que tinham direito. A elaboração reflete o próprio sentido de uma prática educativa fundada na pedagogia da libertação (FREIRE, 2011), pois se realizou junto com o povo.

Ressaltamos um fato importante para os moradores de Alagamar, já referido anteriormente: a visita do então Presidente Ernesto Geisel à Paraíba. Na oportunidade, os

camponeses se colocaram em ato público e, erguendo suas faixas, erguiam também sua luta pelas terras de Alagamar, pedindo ao Presidente uma audiência para resolver a situação.

Figura 19: Mobilização dos agricultores de Alagamar ao Presidente Ernesto Geisel.



Fonte: Memorial da Democracia. Disponível em:
<http://memorialdademocracia.com.br/card/povo-de-alagamar-conquista-terras>.

Os lavradores de Alagamar queriam ser ouvidos pelo Presidente e, por isso, solicitaram uma audiência, a qual foi negada, então os camponeses publicaram a seguinte carta, relatando sua situação, no Jornal “O Norte”, dias depois. Eis um trecho:

Os novos proprietários invadiram nossas posses com cana de açúcar com cercas e com gado. Nós tiremos a cana de as cercas desocupamos nossas áreas. Onde nós pagamos foros tiremos o gado que destruiu nossas lavouras. Arbitrariamente foram presos 4 agricultores pelo proprietário, Antônio Galvão Cavalcante Filho. Também o novo proprietário José Veloso mandou prender 4 agricultores sem motivos

algum. (...) Os proprietários contrataram pistoleiros para nos amedrontar. *Mais* somos nós que cultivamos e plantamos nestas 12.000 hectares de terras. No dia de 31 de agosto de 1978, o proprietário Antônio Galvão Cavalcante Filho mandou os capangas dele arrancar 12 mil pés de mandioca dos agricultores que os trabalhadores haviam plantado nas posses deles e diz que não paga, está na justiça(...). Então estamos pedindo a Desapropriação a Vossa Excelência que só assim podemos viver, trabalhando e pagando nossos direitos e criando nossos filhos. Assina: Os moradores (O NORTE, 08 de nov. 1978).

O parecer favorável pela posse das terras aos agricultores reforçava a construção dialógica, questionadora da repressão imposta pelo regime, das ações pastorais implementadas pela Arquidiocese. Nesse sentido, as palavras de Dom José, na homilia seguinte, eram de agradecimento pelo direito legalmente adquirido na justiça, mas, sobretudo, consistiam, também, no “chamamento freiriano” (2011) à continuidade da luta, pois em um período marcado por violações, fazia-se necessário continuar a “caminhada” e “plantar o direito”, a partir da ação coletiva de cada agricultor(a) daquela localidade.

Aqui nos reunimos hoje para agradecer a Deus a vitória alcançada e refletir diante dele a caminhada que resta fazer. Qual é mesmo essa caminhada? A primeira leitura (Isaías 42, 1-7) diz que é uma caminhada para plantar o direito. Como agricultores, vocês plantam roça, lavoura, fruteira. Mas, como filhos de Deus, além dessas culturas temos também que plantar o direito. Onde as coisas estão erradas temos que concertar, onde estão tortas temos que endireitar [...] (grifos do autor) (HOMILIA, 1980, ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA).

A vitória pelas terras de Alagamar/PB em favor dos agricultores, aclamada na Homilia acima, apresenta o direito como luta representativa da conquista dos pobres e dos princípios libertadores decorrentes do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação, que foram implementados nas práticas pastorais de Dom José Maria Pires, através dele, e de sua ação pastoral, chegando aos sujeitos anônimos representados pela figura do homem e mulher do campo e da população pobre, pois trata-se de uma conquista motivada pela resistência em meio às repressões sofridas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA PEDAGOGIA DA PALAVRA

O elo, de ligação e/ou relação, entre o rigor da norma científica e os sentimentos causados até a “conclusão da pesquisa”, talvez tenha sido exercício primeiro quando decidimos que em meio ao processo acadêmico do doutoramento realizaríamos a “leitura do sujeito que sou, que creio ser” (BARTHES, 2004, p. 30). Ora, as aberturas epistemológicas da Nova História (BURKE, 1991) nos permitiriam essa tessitura (auto)biográfica, no sentido significativo, da (re)escrita de si. Afinal a “operação historiográfica” (CERTEAU, 2012) é parte do *lugar social* em que fomos nos constituindo como sujeitos, pesquisadores/as.

Outro elemento para esta abertura, da (re) escrita de si no decurso do doutorado e da escrita da tese, esteve fundamentado nos pressupostos do “Narrador” de Benjamin (1987, p. 198), o qual compreende “a narrativa como a faculdade de intercambiar experiências”. Nesse sentido, o narrador é o sujeito comum que viveu “a riqueza da experiência”, o que possibilita a qualquer pessoa se tornar “O Narrador” de Benjamin (1987), basta que tenha vivenciado “A experiência que passa de pessoa para pessoa”, pois esta “é a fonte a que recorreram todos os narradores” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Tornar-se um/a narrador/a sobre as narrativas por Dom José elaboradas no decurso de seu episcopado a frente da Arquidiocese da Paraíba foi tessitura profícua a transpassar o ideário investigativo, inerente à ciência, a conceber o que se viveu e se sentiu no decurso desse processo de desenvolvimento/construção da pesquisa, como parte constituinte de uma narrativa de si, sobre si e para o (s) outro(s). Afinal, para o postulado teórico de Larrosa (2019, p. 18), a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, sustentando, assim, a viabilidade científica para o intento escriturário articulador da tese sobre as práticas educativas de Dom José Maria Pires e a (re)escrita de si. Caminhos reelaborativos consolidados, desde o delineamento do objeto de estudo ao “produto final” do texto da tese, pois no decorrer da pesquisa muitas coisas se passaram, nos tocaram, nos reescreveram e inscreveram.

Ao pesquisar sobre Dom José Maria Pires e a educação, nos deparamos com histórias, memórias, documentos, fotografias, pesquisas, falas de outros textos, vários modos de percepção, olhares diversos e fontes que, de alguma forma, nos impactaram. É sobre esses impactos e a forma de percebê-los e intervir, que a pedagogia freiriana da

palavra como ação libertadora dos sujeitos nos respalda. Ora, “Nenhuma “ordem” opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: “Por quê?” (FREIRE, 2011, p. 106). Por esta razão, questionar a Ditadura e seu contexto de violência, desigualdade e injustiça foi uma das tarefas desta pesquisa.

Neste estudo, a produção intelectual e ação pastoral de Dom José Maria Pires foram investigadas a partir da educação libertadora Freiriana e da perspectiva dos DH, tendo o direito humano à palavra por eixo fundador da libertação dos sujeitos e da transformação social. Culminando, assim para uma narrativa artesanal (BENJAMIN, 1987), impregnada de significados e mergulhada na vida daqueles que de alguma forma a narraram.

Diante da manutenção do *status quo*, imposto pelo regime ditatorial, as marcas e impressões do que Dom José Maria Pires transformou em experiência, suas práticas educativas, implementadas através das ações pastorais pelo arcebispo desenvolvidas - como a Ação Pastoral Igreja Viva, bem como suas cartas pastorais, homilias, discursos, entre outros documentos - forjaram uma *práxis* da Palavra e dos DH, pois em meio ao contexto ditatorial, o arcebispo protagonizou uma série de reformulações, dentre as quais, a elaboração de um pensamento e de uma metodologia denominada *Do Centro para a Margem*³², a qual consistiu na essência de seu episcopado e de sua *práxis* pedagógica.

Colocar em pauta as *marcas em aberto* decorrente desse passado e as práticas de resistência é atributo do/a pesquisador/a comprometido/a com a História e com a formação da consciência histórica e cidadã das gerações que não vivenciaram os horrores daquele período ditatorial. As motivações para tal comprometimento estiveram “atravessadas” por questões de justiça social, como forma de reparação à história e memória das vítimas do regime - e seus familiares, para que não se repitam as violações, para colocar em evidência as práticas de resistência e militância em torno dos Direitos Humanos, e, sobretudo, para fortalecer a democracia.

Para tanto, o elemento educativo contido na ação pastoral e práticas implementadas pelo arcebispo frente aos ditames do Regime de Exceção foram analisadas. Dentre estas práticas os escritos com fulcro nas cartas pastorais, homilias, discursos, e memórias individuais e/ou coletivas foram levadas em consideração de forma

³² “Do Centro para a Margem” nomeou o projeto eclesialístico e um livro do arcebispo, que foi por ele organizado no ano de 1978.

a confirmar a problemática da pesquisa de que as ações de Dom José Maria Pires configuradas na denúncia e conscientização através dos seus escritos e discursos e a defesa dos Direitos Humanos, materializada na criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, constituíram-se práticas educativas justamente porque mobilizaram para o enfrentamento às violações decorrentes da conjuntura ditatorial. Ora, através da(s) palavra(s) proferida(s) em suas cartas pastorais, discursos, homilias, a denúncia ao regime ditatorial e suas situações de intolerância e perseguição funcionavam como instrumento/estratégia de conscientização e defesa dos Direitos Humanos em prol da cidadania das pessoas pobres e socialmente marginalizadas.

O(s) porque (s) em torno da ordem ditatorial e das situações de desigualdade, intolerância, violência e opressão deste regime de governo decorrente, e seus desdobramentos não permitiu/permitiram, a todos os cidadãos, a atitude freireana de dizer a palavra como exercício do direito dizer ao mundo de si, e sobre si. Nesse sentido, as palavras de Dom José Maria Pires representaram as muitas vozes silenciadas pela Ditadura. Seus escritos materializam o direito à voz como direito humano de existir, fez da pronúncia da palavra ato “transgressor”, pois foram palavras de vida e em defesa da vida, que proferiram a liberdade e o direito à dignidade humana como gesto transformador das realidades e das histórias de vida.

Dessa forma, o interesse na realização desta pesquisa decorreu da própria representatividade que envolvia o arcebispo, militante das causas sociais, e que esteve à frente de muitas lutas, como a dos agricultores de Alagamar/PB pela terra; e a fundação do Primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em pleno contexto da Ditadura. Sendo algumas vezes homenageado como paraninfo nas Colações de Grau, proferiu palestras, discursos, realizou homilias utilizando o “poder da palavra” para denunciar as intolerâncias do regime, os casos de perseguição e convocar para a luta. Essas foram apenas algumas das ações que o projetaram para o mundo, tornando-o conhecido no meio popular, social e acadêmico.

No tocante ao argumento de tese, o elemento educativo, presente na ação pastoral e escritos de Dom José Maria Pires, confunde/relaciona ação religiosa e práticas educativas, como partes de um todo, pois ambas buscam a libertação dos sujeitos. Dessa forma, ao nos referirmos à ação pastoral do arcebispo, estamos tratando do trabalho educativo que realizou. Por isso, os resultados indicaram que o episcopado de Dom José

Maria Pires foi constituído pela prática educativa da palavra e dos Direitos Humanos e esteve fundamentado na Teologia da Libertação e na pedagogia Freiriana, corroborando para o argumento de tese.

No que se diz respeito à construção do biografema de Dom José Maria Pires, as fontes analisadas apontaram que a produção escrita do arcebispo partiram do eixo educação, no sentido que práticas educativas foram ensinadas, tanto nas ações pastorais quanto na produção escrita que realizou. E concentraram-se nas seguintes temáticas: pobreza, campo, Direitos Humanos (DH) e a causa negra.

Outros elementos representativos do biografema do arcebispo colocam em evidência os “lugares de memória”, ressignificados para além da História e Memória, reatualizando o significado do documento-monumento enquanto constructos importantes para a preservação da Memória e História dos sujeitos que “lhes são representados”.

Outra questão foi a representação negra, colocada em visibilidade pela militância intelectual através de seus escritos sobre a causa social do negro. Essa representatividade também consistiu em uma prática educativa da palavra e da não-violência, realizada pelo arcebispo. Sua opção pelo pobre, o engajamento nas causas do homem do campo, a luta pelos DH, a preservação da dignidade, a resistência pela não-violência proferida através de suas cartas pastorais, homilias, discursos e pronunciamentos foram formas de Dom José Maria Pires “pronunciar o mundo” (FREIRE, 2011). Não falava de um lugar social comum, mas a partir do lugar simbólico que ocupava, o qual representava uma instituição de poder e saber (CERTEAU, 2012), de forma que seu engajamento social, discursos realizados e ações desenvolvidas estavam demarcadas pela representatividade do lugar que ocupava na condição de arcebispo.

Suas ações pastorais, naquele contexto ditatorial, estiveram para além da evangelização, configurando-se em práticas educativas questionadoras e transformadoras da realidade e foram responsáveis por forjar uma *práxis* da Palavra e dos Direitos Humanos. As ações pastorais que desenvolveu são constituídas do elemento educativo, justamente porque fizeram pensar, ajudaram a sociedade daquela época a refletir sobre as imposições do regime repressor. Foram ações pastorais materializadas pela palavra, mas também pela atitude de enfrentamento e efetivação de direitos, e por isso foram práticas educativas de resistência e libertação.

Em meio à repressão ditatorial, pessoas encontraram nas ações pastorais da Arquidiocese da Paraíba um espaço de apoio para reivindicar melhores condições de vida, lutar pelos seus direitos e resistir contra a opressão. Por essas razões, a hipótese de que os escritos de Dom José Maria Pires e as ações pastorais de seu episcopado, como práticas educativas, forjadas pela *práxis* da Palavra e dos Direitos Humanos, se confirma.

Um elemento a ser considerado foi a contribuição desta pesquisa para a historiografia da educação brasileira e paraibana no que se refere aos estudos sobre os regimes ditadores e as práticas educativas de resistência e enfrentamento, significado do trabalho realizado com os testemunhos/memórias das pessoas que vivenciaram, mesmo que indiretamente, as ações pastorais desenvolvidas pelo arcebispo.

A contribuição das memórias individuais e coletivas desses sujeitos possibilitaram o reavivamento desse Tempo Presente, que foi - e que ainda é - a Ditadura, pois suas marcas ainda se fazem presentes na História, na Memória, no Esquecimento e até mesmo no Silêncio de muitos que não puderam “dizer sua palavra” e/ou “pronunciar o mundo” (FREIRE, 2011) por conta da tortura, do silenciamento e da opressão. Para estes sujeitos, a palavra de Dom José Maria Pires, através de suas homilias e de seus escritos, foi o *eco possível* naquele momento de silenciamento obrigatório e violência de direitos.

Por fim, considerando que as ações em prol dos DH desenvolvidas por Dom José aconteceram no contexto de arbitrariedades da Ditadura, problematizar as práticas educativas por ele elaboradas em meio ao cenário de violações e intolerância daquele governo repressor, tornou-se questão crucial para o reavivamento da Memória e da História para que não mais se repitam as barbáries cometidas e para que a democracia prevaleça.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Discurso de Dom José Maria Pires ao tomar posse como Arcebispo da Paraíba**. João Pessoa, 1966.

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Discurso sobre educação**. Muda, escola. João Pessoa, 1985.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTO FILHO, de Magalhães Franco. A proto-história dos direitos fundamentais. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**. Vol. 7. n. 7, jan./jun. 2010. p. 188-208.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Mãos dadas**. Disponível em: <https://centroloyola.com.br/maos-dadas-carlos-drummond-de-andrade.html>. Acesso em: maio 2023.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990, p. 165.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mario Laranjeira. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARBOSA, Marleide Quintino Barbosa. **A influência da igreja na organização social dos camponeses de Alagamar/PB**. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEOZZO, José Oscar. **Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas, 2015.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOFF, Leonardo. **O caminhar da Igreja com os Oprimidos: do Vale de Lágrimas à Terra Prometida**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Com fazer Teologia da Libertação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CANTATA DE ALAGAMAR, 2014. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/ajax_audio_extra_item/518. Acesso 01 de jun. 2023.

CANDAU, Vera Maria *et al.* **Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

CARVALHO, Oscar de. Gênese e evolução dos direitos fundamentais. **Revista Instituto de Pesquisas e Estudos: Divisão Jurídica**. Bauru, edição 34, abr./jul. 2002, p.35.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In: DANTAS, Elder; GIOVANI, Paulo; NUNES, Antonino. (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: UFPB, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS DE 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

DECLARAÇÃO DIGNITATIS HUMANAEE - DIGNIDADE HUMANA - SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA DE 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html. Acesso em: 12 de fev. 2021.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: Dos Annales à Nova História. Tradução Dulce A. Silva Ramos. 2º ed. São Paulo: Unicamp, 1994.

DUARTE, Thamara Maria Maia. **A caminhada do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil:** terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba. 101 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** 23. ed. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2010.

EULÁLIO, Mainara Duarte. **A igreja católica e as religiões afro-brasileiras:** análise dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires (1965-1995). 71 f. Monografia (Especialização em História e Cultura Afro-Brasileiras). Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2010.

FERREIRA, Olga Larissa Vieira. **Onde termina a justiça social e começa a subversão?** Igreja católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. 264 f. João Pessoa, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967

FREIRE, Paulo. Segunda Carta: do direito e do dever de mudar o mundo. *In:* FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 50. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FEBVRE, Lucian. **Vers une autre histoire**, in: *Revue de métaphysiques et de morale*, LVIII. Colin, Paris: 1949.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. *In:* FREITAS, Maria Teresa de Assunção; SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. (org.). **Ciências humanas e pesquisa:** leitura de Mikhail Bakhtin. São Paulo, Cortez: 2003

FICO, Carlos. **Além do golpe:** a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. (Coleção FGV de Bolso - Série História).

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964-1985).** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Que História é Essa?).

FICO, Carlos. **Como Eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e Polícia Política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUETER, Eduard. **História del Historiografia moderna**. 2 vol. Buenos Aires: Nova, 1953.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sonia. (Orgs.). **Ciências humanas e pesquisa**: leitura de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever esquecer**. 1. ed. São Paulo: 34 Ltda, 2006.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIACOMELLI, Gabrielle. **“Igreja Viva”**: uma análise da dimensão educativa da ação pastoral popular da Arquidiocese da Paraíba. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **O que é pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOBRI, I. **Vocabulário grego da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GORCZEWSKI, Clovis. **Direitos humanos, educação e cidadania**: conhecer, educar, praticar. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IGLÉSIAS, Francisco. Agricultura em Minas na República Velha. **Estudos Econômicos**, maio/ago. São Paulo, 1985. p. 241-261.

Jornal **A Imprensa**. João Pessoa, 01 abr. 1968.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Tradução: Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernada Leitão *et al.* 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2012.

LIMA, Rogério de Araújo; CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. A Informação a serviço da repressão nas Universidades: Assessoria de Segurança e Informações da UFRN (ASI/UFRN)- Nos rastros do Relatório Final da Comissão da Verdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, jan./mar. 2018, p. 159-183.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A Legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985)**: Um espaço de disputas. 367 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LONGO, Angelo. **Dominação & mudança**: libertação na teologia de Leonardo Boff. 2. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1985.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas**: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Trad. Lúcia Pellanda Zimmer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

MITIDIERI, André Luís; SILVA, Murillo Cesar da Silva. Com Roland Barthes, reinventam-se vidas pulverizadas. **Revista Língua & Literatura**. v. 17, n. 29, dez. 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. São Paulo: Zahar, 2014.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NEVES, Gildivan Francisco das. **História e memória “da luta do povo de Alagamar”**: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular. 199 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Koury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, 1993.

NUNES, Clarice. **História da Educação**: espaço do desejo. In: Revista Em Aberto, Brasília: MEC/INEP, ago.1991. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2104/1843>. Acesso em dez. de 2021, p. 36-45.

O NORTE, 08 de nov. de 1978.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **A educação popular na arquidiocese da Paraíba (1966-1985)**. 280 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. 179 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2012.

PIRES, José Maria. **Do centro para a margem**. João Pessoa: Acauã, 1978.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

QUINTANA, Mário. **A vida**. Disponível em <https://quiabodoideo.com/a-vida-mario-quintana/>. Acesso em: jun. de 2023.

PARAÍBA, Relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017. Disponível em: <https://cev.pb.gov.br/relatorio-final/>. Acesso em: jun. de 2023.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. **Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social**. São Paulo: Paulus, 2005.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires Arcebispo Emérito da Paraíba: Doutor Honóris Causa da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2013.

RIBEIRO, Valter Lucio Alves. **Dom José Maria Pires: fé, amor e resistência**. 2022. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/noticias/dom-jose-maria-pires-fe-amor-e-resistencia>. Acesso em agosto de 2022.

Ricardo Coutinho anuncia que Hospital Metropolitano levará o nome de Dom José Maria Pires, 2017. Disponível em: <https://paraibaja.com.br/ricardo-anuncia-que-hospital-metropolitano-levara-o-nome-de-dom-jose-maria-pires/>. Acesso em dez. de 2021.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. **Análise e tematização da imagem fotográfica**. Revista Ciência da Informação. Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007.

SANTOS, Elenilson Delmiro dos. **“Do Centro para a Margem”**: Um estudo histórico-antropológico do processo de ascensão, declínio e reinvenção das CEBs, o Caso da Comunidade São Benedito-Santa Rita/PB. 189 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SCOCUGLIA, Afonso Celso; PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Educação popular e teologia da libertação na ditadura militar (1964-1985)**. João Pessoa: UFPB, 2020.

SILVA, Cristiano Amarantes da. **Entrevista concedida à Pesquisadora**. Março de 2023.

SOUZA, Luciano Batista de. **Educação popular e teologia da enxada**: Afinidades, convergências e complementaridades. 85 F. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

TIMM, Edgar Zanini. A vida como obra de arte: pensando em histórias de vida. *In*: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **(Auto)biografia e formação humana**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2011.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA ENTREVISTADA

Nome, Escolaridade, Profissão:

Grau de relação e período de convivência com Dom José Maria Pires:

Em qual contexto e como o conheceu?

2 QUESTÕES NORTEADORAS

2.1- Quem foi Dom José Maria Pires para você?

2.2- Qual visão de mundo apresentava?

2.3- Como era sua rotina na Arquidiocese da Paraíba?

2.4- Quais ações pastorais e práticas realizou durante o período de 1966 a 1995?

2.5- Qual orientação teórica/religiosa guiava seu episcopado?

2.6- Como era o contexto da Paraíba nesse período?

2.7- Quais lembranças ficaram guardadas em sua memória sobre Dom José Maria Pires?

2.8- Como era seu trabalho junto às comunidades rurais?

2.9- Você vivenciou ou recorda algum episódio referente ao regime militar e Dom José Maria Pires?

2.10- Quais as contribuições de sua ação pastoral e/ou de sua história de vida para o contexto da época?

2.11- Em sua compreensão, qual o legado de Dom José Maria Pires para a Paraíba?

3 INDICAR PESSOAS A SEREM ENTREVISTADAS.

APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Pesquisadora: Maria das Graças da Cruz Barbosa

Nome do colaborador: Cristiano Amarantes da Silva

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA³³

Pesquisadora: Como foi conviver com Dom José? Como foi esse momento de convivência, de contato com ele?

Colaborador: *Olha, primeiro* contato que eu tive com Dom José, de conhecê-lo, *a* *pessoa*, foi ainda na infância, quando minha mãe era empregada de uma família aqui, denominada família Ribeiro Coutinho. E a dona da casa frequentava sempre a missa aqui na Catedral, pela manhã. Missa essa que ele celebrava.

De infância, eu tenho essa memória de Dom José como Bispo. Mas não um contato direto, mas um contato como todo fiel que ia àquela missa.

É, depois que chega à década de 1990, *isso pelos* anos de 1993, então já adolescente, eu passo a integrar um grupo católico denominado Pastoral da Criança.

E na Pastoral da Criança, nós desenvolvíamos trabalho com crianças em risco de desnutrição. É um trabalho que surgiu em oitenta e três e, ainda na década de oitenta,

³³ Respeitando as marcas orais da entrevista as expressões coloquiais encontram-se em itálico.

chega aqui na Paraíba, trazido pelo próprio Dom José, porque o Dom José ele era muito incentivador das práticas sociais. *É tanto* que quando você *olha* para o Dom José na década de sessenta, *né*, principalmente durante as Ligas Camponesas, ele vai *tá* muito envolvido *é* no processo de conflito de terras. É um dos quais que dá muito apoio ao movimento.

Mesmo sendo Bispo Católico, para a época, você não vai ter *assim* muito adesão, a princípio, da Igreja, seja das igrejas vizinhas, mas nós temos aqui exemplos do Nordeste, de Dom José, de Dom Helder Câmara. Principalmente através do movimento no qual eles aderiram durante o Concílio Vaticano Dois que é chamado Pacto das Catacumbas, que é um pacto que os Bispos realizaram durante o processo de Concílio e que iriam, realmente, se inserir no meio do povo, seguindo as premissas das primeiras comunidades.

Então, a partir daí, *é*, da Pastoral da Criança que eu *vejo*, passo a conviver, de forma, digamos assim, mais próxima de Dom José. Tanto pelos encontros da Pastoral que ele fazia questão de *volta e meia* estar presente incentivando; como também através de algumas doações que eu vinha buscar na Casa de Dom José, que era esta casa que está aqui em frente ao Convento, *né*. Então, a casa que tem no final do muro aqui é onde ele residia. Diferente dos outros Bispos, o Dom Adauto; o Dom Moisés; o próprio Dom Epaminondas, que passou aqui um tempo; o Dom Vilas Boas, que foi arcebispo.

Nós vamos ver que Dom José, *ele* era aquele que saiu do Palácio. Então, ele sai do Palácio, já seguindo essa ideia do Pacto das Catacumbas, e passa a morar nesta casa pequena aqui, aos muros do São Francisco.

Então, *volta e meia*, eu vinha *pra* quê? Porque ele conseguia muitas doações, doações de brinquedos, doações, muitas vezes, de roupa. E quando chegava os tempos fortes (Dia de criança, Páscoa, Natal), então sempre ele fazia contato com o nosso grupo, através de um dos membros, *pra* que *a gente* viesse buscar esses utensílios, essas doações. E a ponte era sempre ele, mas quando não era ele diretamente, era a irmã dele, *Dona* Florinda, que também era muito *chegada*; ela quem realmente *quem* fazia as tratativas mais junto à comunidade.

Então, o que é que se tem, se *tira* disso? Além de ajudar, uma *coisa* muito positiva em Dom José era o acolhimento. Eu lembro que quando eu vinha em sua casa, ele nunca

deixava *você* sair sem tomar uma água, sem oferecer um suco. Então, era sempre esse ritmo, ou seja, era sempre um homem muito acolhedor, muito presente.

Outro ponto também, outra forma também que me fez me aproximar de Dom José foi através de um casal que morava no próprio Renascer, chamado *Seu* Galberto e *Dona* Cleomar. Um casal que a princípio *residiam* em Cabedelo, fazendo já um trabalho social, mas depois foram morar no Renascer, entre o II e o III, que é um espaço de terrenos próprios e eles tinham *pra mais* de seis terrenos e lá fizeram sua casa. E através dos testemunhos deles, também presenciando alguns, é que eles lembravam uma coisa que Dom José sempre falava realmente nas suas falas, que era em relação à questão da fome. Então, ele sempre foi muito sensível e ele dizia... muita gente, às vezes, quando fazia os grupos de oração para doar alguma coisa, se preocupava mais com essa questão de rezar, chamar o povo *pra* rezar. E as pessoas ignoravam, porque muitas vezes essas pessoas que estavam ali não rezavam, não conseguiam se concentrar. E Dom José disse uma coisa muito interessante: para aquelas pessoas, a verdadeira oração, na verdade, era a comida, o alimento. O alimento era algo que eles precisavam e esse alimento se tornava oração na vida dessas pessoas. Então, outro marco bem forte de Dom José.

Outro ponto também que marcou muito ainda a vida de adolescência *era* o envolvimento de Dom José com o movimento negro. Ele é um dos bispos que incentivou muito a valorização, é *tanto* que tinha na Pastoral a Pastoral do Negro, na época em que ele era Bispo. Hoje essa pastoral praticamente não existe. Mas por quê? Porque ele valorizava muito as questões das influências afro-brasileiras. Então é um homem que tinha essa sensibilidade com essas influências afro-brasileiras e assim, fazia o possível para valorizá-las. *Coisa* essa que *você* não vai ver em bispados futuros, *ou seja*, mas com Dom José, *ele* tinha essa sensibilidade para com o social, para com a pessoa preta, com a mulher, o homem preto, a mulher preta. Porque ele dizia que havia ainda *muito* uma dívida social e ele, em suas ações como Bispo, *ele* tentava sanar muito essa dívida, de forma muito presente, seja denunciando os abusos, seja, muitas vezes ajudando mesmo. Como por exemplo, com a Pastoral do Negro, que na época dele funcionava bem, com cursos, buscava inserir os grupos, inclusive grupos não-católicos, que ele tinha um grande respeito pelos movimentos afro-brasileiros: candomblé, umbanda, havia um respeito tremendo, apesar de ser um Bispo Católico.

Outro *ponto* também de contato meu com Dom José são as Romarias. Então, Dom José, *ele* estava sempre presente nas Romarias. Romaria da Terra era uma que ele nunca faltava, ele estava sempre presente na Romaria da Terra. E, também, presente na Romaria da Penha. Então, *você* sempre vai encontrar Dom José presente nesses movimentos. Então, o que que ocorre: ele estava sempre presente. É uma das marcas dele, que nos faz lembrar bem, é essa presença nas Romarias. Do começo ao fim, ele estava caminhando no meio do povo. Então, não era um bispo que abria a Romaria, como é a da Penha, depois ia dormir e de manhã voltava. Não, ele não era assim. *Volta e meia*, quem participou na época dele, dessa Romaria da Penha, ia caminhando e, *de repente*, via Dom José, sozinho, na maioria das vezes, passando *no meio* do povo. Caminhava muito rápido. Já que era um homem assim, que sempre cuidou bem da saúde. Ele fazia atividades físicas, caminhava bem, a alimentação dele era bem balanceada. Então, sempre ia *tá* encontrando Dom José nessa caminhada, seja na Romaria da Penha, seja na Romaria da Terra.

A Romaria da Terra foi um grande marco também do bispado de Dom José. Ele incentivou juntamente, na época, que *a gente* tem saudosa memória, *a gente tem* o Ricardo Brigueiro, que veio a falecer. *Você vai ter*, que ainda *é vivo*, Frei Anastácio, Irmã Tânia.

Então, esse Movimento de Romaria da Terra era um momento de festa entre o povo, porque normalmente se reuniam todas as comunidades para ir ao Encontro, seja do meio Rural, seja do meio urbano. E faziam desse momento, *um momento* muito fraterno. *Muito, diríamos* assim, de comunhão. E com o Bispo presente, do começo até o fim, então, *isso* marcava muito.

Outro ponto também de Dom José marcante, e que me marca, é a sua humildade.

Diferente de *muitas vezes* de irmãos que usam da autoridade através de paramentos. Não! Ele era o Bispo. *Todo mundo* sabia que ele era o bispo, mas era um homem muito simples, em termos dos paramentos litúrgicos. Era um homem que estava lá, com a sua túnica, às vezes uma casula muito simples, a sua estola. Mas você não via ele *assim*, em abusos litúrgicos, ou seja, com coisas de ouro, não usava coisas do cotidiano. Então, uma marca dele *assim é* essa questão da humildade litúrgica.

E não podia faltar: era um homem que incentivava muito a questão do aprendizado. Então, um homem que durante... *a gente* tem isso registrado nos atos da história, propriamente a

própria Arquidiocese. Foi um grande incentivador de projetos, entre eles, e eu lembro porque convivi e conheci de perto, é o Projeto Sal da Terra, que ele *traz* juntamente com a Irmã Keite. A irmã Keite era uma irmã que morou ali na Comunidade Bola na Rede, não sei se ela ainda reside por lá, creio que não. E ela trouxe um projeto chamado Sal da Terra, que era um projeto que trabalhava com jovens e adultos.

E o Projeto Sal da Terra era muito incentivado *pelo* Dom José e ele funcionava, *em* época, ali no Mosteiro de São Bento, que era ligado também à Pastoral da Criança. Era uma parceria: Pastoral da Criança e Sal da Terra; *onde* você pegava meninas, jovens que já sabiam ler e escrever, muitas vezes não tinham magistério, não tinham LOGOS, nada disso, mas sabiam ler e escrever e tinham uma disponibilidade para ajudar outras pessoas a ler. E Dom José incentivou muito esses grupos de jovens e adultos, nessa época, então é algo que marcou muito o seu bispado.

E esse projeto, mesmo com Dom José saindo, *você* vai ver até o Dom Audo, porque o Projeto era tão bem consolidado, que até o Dom Audo permaneceu.

Com Dom Delson agora, renova-se também mais uma vez, essa questão do Projeto, mas o fruto inicial está com Dom José.

Outro ponto também é a chamada Agricultura Familiar e a Educação do Campo. Dom José foi um grande incentivador da Educação do Campo, não é à toa que ele estava sempre *no meio* dos agricultores e ele preocupava-se muito com essa questão, *né*, como melhor se organizar. E na visão dele, não teria como melhor se organizar sem ser por um processo educacional.

Então, é *muito* aquela Linha do Paulo Freire, de poder pegar o agricultor e ensiná-lo a partir *da* sua realidade. Então, ele incentiva muito, além da formação urbana que a formação do Sal da Terra corresponde, ele também incentivou bastante essa ideia da Educação do Campo. E isso, principalmente, através de Movimentos como a CPT, por exemplo, que é a Comissão Pastoral da Terra e que foi um dos que ele estava muito ligado.

Pesquisadora: A CPT foi algo da época dele? Foi ele que criou?

Colaborador: Ele quem *desenvolve*. A Comissão foi criada no âmbito da Igreja como apoio às Ligas Campesinas e depois vai *virar* uma estrutura própria. Hoje é uma dimensão da CNBB. A CPT *tá* dentro da dimensão social da CNBB.

Pesquisadora: Então, no início tinha esse apoio às Ligas Camponesas?

Colaborador: Sim, ele foi um dos que muito apoiou, solidarizou, *comprou a briga* e, com isso, foi muito estigmatizado *por causa disso*. Havia um amplo preconceito com Dom José por ser negro. *A gente* sabe muito bem disso. Basta *pegar* jornais de época que *a gente vê* um pouco desse preconceito. E *isso de boca* de Políticos. Então, *você* vai *ter* Políticos latifundiários que não toleravam a ação de Dom José.

Pesquisadora: Inclusive, eu trouxe uma foto *pra ver* ‘quais as suas impressões dessa foto’.

Colaborador: Ah! Essa foto é conhecida!

Pesquisadora: É bem conhecida.

Colaborador: É ele entre os agricultores. Ah, mas era bem do cotidiano dele. Ele tinha o *cotidiano* de sair e visitar amigos que ele conhecia nas ligas campesinas. Inclusive, tem um amigo nosso aqui que conviveu com ele mesmo *né*, João. Teve um convívio *mais* morando mesmo com Dom José um tempo. Essa foto aqui é bastante conhecida. É uma foto *onde* ele conversa com os trabalhadores e *tá* dentro dessa organização das Ligas.

Pesquisadora: Das Ligas Camponesas?

Colaborador: Isso. Das Ligas Camponesas.

Pesquisadora: Sabe me dizer se você lembra se teve algum episódio marcante dele em Sapé, junto às Ligas Camponesas?

Colaborador: Não, que eu lembre não. Sobre a inserção dele na Liga mesmo, o que *a gente tem* é o que normalmente falam as Cartas Pastorais que ele escreve. É porque os episódios em si, *em época* eu não era nem nascido e outras, eu já vim *alcançar* pela historiografia. Memória mesmo, pessoal, eu não tenho. O que eu conheço é em virtude do processo historiográfico do próprio Arquivo.

Pesquisadora: Na sua compreensão, qual foi o legado que Dom José deixou *pra* Paraíba?

Colaborador: O legado que Dom José deixa *pra* Paraíba, podemos dizer que ele deixa, na minha concepção, dois. Dois legados, tem bem mais, *mais*, primeiro que a Igreja, *ela* deve ser Igreja povo de Deus. A Igreja não deve ser aquela Igreja “intra” que quer apenas atrair pessoas ou ter as pessoas apenas dentro *das* suas paredes estruturais, mas deve ser uma Igreja, que é o que o Papa Francisco diz hoje; Dom José já dizia ao seu tempo, que a Igreja deve ir ao encontro. Ao ponto de ter um texto dele chamado “Do Centro para a Margem”, ou seja, a Igreja deve ser aquela que deve sair do Centro onde está e ir à margem, ao encontro do que está *sofrido*, oprimido. Então, Dom José deixa isso *muito* em sua convicção.

Outro é a questão ligada ao social, ou seja, ele é um homem que *trabalha* bem a questão sociológica da Igreja. Ele *faz* acontecer realmente o Evangelho a partir do social. Então, com os incentivos, por exemplo, a produção do próprio suco de soja, do pão de soja, que depois vai se consolidar no que a gente chama hoje vaca mecânica. Por ter atraído essas Pastorais Sociais, como o CTP, como a própria Pastoral da Criança, a Pastoral do Menor. *Tudo* isso são eventos sociais. *Sim!* Pastoral Operária, qual Dom José incentivou bastante. Então, era um homem que se solidarizava com o social, com a situação social das pessoas.

Esse foi, no meu ponto de vista, dois legados: o religioso, *sai* do Centro, *sai* da cátedra e *vai* ao encontro do homem e da mulher, *sofrido*, *sofrida*. E essa transformação sociológica que ele sempre... E de que forma ele fez isso? Denunciando, *né*. Denunciando os abusos, os preconceitos, denunciando a falta de partilha.

Pesquisadora: Sobre a Pastoral que você teve a vivência, que foi a Pastoral da Criança, como era que funcionava a Pastoral da Criança?

Colaborador: A Pastoral da Criança, o *funcionamento*, o que muda hoje *para* a época é apenas o sistema. Hoje, ela trabalha com APP, na época ela trabalhava com livro. A Pastoral da Criança tem a seguinte estrutura: é uma Pastoral, que *ela* vai se espalhar pelo Brasil *pra* combater a desnutrição, porque *pegando* os relatos da época, *você vê* que tinha mais de vinte crianças que morriam por desnutrição *nesta* época, quando *você pega* desde sessenta até meados da década de noventa.

E como ela funcionava? Funcionava da seguinte forma: *você tinha* o Núcleo Principal, que era a Coordenação Principal, *que* funcionava no Mosteiro de São Bento. Acoplada à

essa Coordenação, *você tinha* as chamadas Coordenações Paroquiais onde, normalmente, Mandacaru tinha sua Coordenação, Renascer sua Coordenação. E qual era o trabalho? O trabalho era visitar as famílias, seja ela, família que *tem* crianças ou famílias que tinham mulheres gestantes, que ainda não existia Pastoral do Idoso, era apenas a da Criança. E o que era que *você* ia observar? Observar as condições nutricionais. De que forma? Pesando essas crianças. Então a Pastoral disponibilizava todo um equipamento: balança, o saco de peso e disponibilizava também o Livro de Registro, que era o chamado Livro de Agente Pastoral. Então, nesse livro era registrado todos esses dados: o nome da criança, nome dos pais, localização, peso dessa criança. E quando se detectava que essa criança não estava com o peso ideal para a idade *em* qual ela se encontrava, então ia se desenvolver projetos nessas paróquias junto a essas crianças; que *ia* desde horta comunitária, até a produção da multimistura. Então, a multimistura normalmente era muito utilizada. E o que era a multimistura? É *você* usar vários tipos de sementes para fazer uma *massa*, que era uma espécie de complemento alimentar. Então, era *dado* à essa criança até ela se reestabelecer e chegar ao peso ideal. Era assim que funcionava. E esse acompanhamento é mensal. E o ápice desse acompanhamento é o “Dia do Peso”, que *chamava-se* também “Festa da Vida”. Porque enquanto estava se pesando, normalmente, estava festejando com um lanche, quem tinha feito aniversário naquele dia e assim sucessivamente. E ainda hoje permanece, só muda o sistema de captação de dados, que hoje é eletrônico e na época era manual.

Pesquisadora: E era mais presencial?

Colaborador: Ainda continua presencial, só muda a captação de dados. Hoje elas coletam com celulares, na época coletava-se com Livros

Pesquisadora: E qual foi o ano que começo aqui, 1970?

Colaborador: Não, não. A Pastoral em si é de oitenta e três. E *aqui* eu não vou saber *te* dizer a data certa, mas acho que *por volta ali* de oitenta e oito, oitenta e nove. Mas eu posso ver essa data certa e *te* mandar, eu tenho em casa anotado, que de memória eu não lembro.

Pesquisadora: Pronto, seria essas questões mesmo... O contexto da Ditadura não sei se você vai lembrar alguma coisa...

Colaborador: É mais *assim*, o que se comenta realmente, que Dom José, *ele* tinha um respeito, mas ele não cedia às pressões da Ditadura. Ao ponto, que por isso que ele vai ser convidado e, várias vezes, *pra* ser padrinho de formatura na UFPB, porque os seus textos não eram revisados. Ele não permitia que seus textos fossem revisados. E isso marca muito a vida dele, porque *você vai ter* um lote *de quadro*, porque os textos dele não eram revisados.

Pesquisadora: Não sofria essa censura...

Colaborador: É, por mais que se tentasse, porque se tentou à princípio, mas ele não deixava, ele *batia muito de frente*. Não cedia.

APÊNDICE C - LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE

Quadro 1: Fontes escritas sobre Dom José Maria Pires.

Título	Autor/ Orientador	Instituição
A influência da igreja na organização social dos camponeses de Alagamar/PB	Marleide Quintino Barbosa/Profa. Dra. Francisca Alexandre de Lima.	Especialização em Educação do Campo/UFPB 2017 48 páginas https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14583/1/MQB05062019.pdf
Dom José Maria Pires, de 1964 a 1974: a postura política e nova ação social	Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira/ Prof. Dr. Damião de Lima	TCC 2009
Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980	Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira/ Prof. Dr. Monique Guimarães Cittadino	Mestrado Dissertação 179 páginas 2012 https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5994
A Educação Popular na Arquidiocese da Paraíba-1966 a 1985	Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira/ Prof. Dr. Afonso Celso Scocuglia	Doutorado Tese 280 páginas

		2017
Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de educação popular -Serra Redonda-PB	Carlos Augusto da Silva Junior/ Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva	Mestrado Dissertação 151 páginas 2014 https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4847
História e memória “da luta do povo de Alagamar”: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular.	Gildivan Francisco das Neves/ Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva.	Mestrado Dissertação 199 páginas 2014 https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4855
“Igreja Viva” uma análise da dimensão educativa da ação popular da Arquidiocese da Paraíba -1966 a 1973.	Gabriele Giacomeli/ Prof. Dr. Afonso Celso Scocuglia	Mestrado Dissertação 348 páginas 2001 file:///C:/Users/pc%20welington/Desktop/documentos/Orienta%C3%A7%C3%A3o%20TESSE/ACAO014.pdf
“Do Centro para a Margem”: Um estudo histórico-antropológico do		

processo de ascensão, declínio e reinvenção das CEBs, o Caso da Comunidade São Benedito-Santa Rita/PB	Elenilson Delmiro dos Santos/ Prof. Dra. Dilaine Soares Sampaio	Mestrado Dissertação 2016 189 páginas https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8776
Educação popular e teologia da enxada: Afinidades, convergências e complementaridades	Luciano Batista de Souza/ Prof. Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves	Mestrado Dissertação 85 páginas 2011 https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4754
A caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no Brasil: terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba	Thamara Maria Maia Duarte/ Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra	Mestrado Dissertação 101 páginas 2011 https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9558
Pastoral de Juventude do Meio Popular: práticas educativas e cidadania	Francisco das Chagas Galvão de Lima/ Prof. Dr. Orlandil de Lima Moreira	Mestrado Dissertação 119 páginas 2012

		file:///C:/Users/pc%20welington/Desktop/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Pastoral%20da%20Juventude pdf
Movimento de Educação de Base - MEB - No Estado da Paraíba: vestígios de uma experiência educacional (1966-1971).	Lidiane Nayara Nascimento dos Santos/ Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho	Mestrado Dissertação 127 páginas 2017 https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9911

Fonte: Próprios autores.

Quadro 2: Levantamento de pesquisas/estado da arte (UEPB).

Título	Autor/Orientador	Nível Páginas Ano	Resumo breve da Pesquisa Relações com a tese
A Igreja Católica e as Religiões Afrobrasileiras Análise dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires (1965-1995)	Mainara Duarte Eulálio/ Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva	Especialização TCC 75 páginas 2011 http://dspace.b.c.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/4435	Analisa os escritos africanistas de Dom José Maria Pires, durante seu bispado, 1965-1995. Pesquisou-se a produção intelectual de Dom José Maria Pires sobre o negro, identificando e refletindo sobre a

			influência das questões políticas, sociais e culturais presentes nos escritos deste Arcebispo. Relações com a tese: Pensamento e produção escrita de Dom José.
Símbolos e Cerimônias da Igreja Católica que Transpassam o Tempo: Reflexões sobre as Visitações Pastorais de Dom José Maria Pires-Paraíba Século XX	Raquel Figueiredo do Nascimento/ Prof. Me. Naiara Ferraz Bandeira Alves	Licenciatura TCC 35 páginas 2018 http://dspace.b.c.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/19330	Analisa dezoito visitas realizadas por Dom José Maria Pires às paróquias e freguesias das microrregiões do agreste/brejo paraibano, através do Livro de Visitações Pastorais, documento que contém a descrição das visitas e as observações do Arcebispo referentes aos problemas das localidades, desde questões estruturais das igrejas às questões de ordem social referentes às comunidades locais. Relações com a tese: O olhar de Dom José relatado nas visitas paroquiais: o que observava? Quais impressões eram

			registradas nas visitas paroquiais que realizava?
A luta por educação no acampamento Dom José Maria Pires no município de Alhandra-PB.	Douglas de Lima Soares/ Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz.	Graduação TCC 29 páginas 2019 http://dspace.b.c.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/19843	Analisa o direito e a efetivação da educação do campo no Acampamento Dom José Maria Pires, na zona rural do município de Alhandra/PB. Relações com a tese: O Acampamento Dom José Maria Pires, criado em 2017, como um lugar de memória.
Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980): do boca à boca às manchetes dos jornais.	Lidiane Maria da Silva/ Prof. Dr. Luiz Custódio da Silva	Graduação TCC 2010 http://dspace.b.c.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3865	Analisa o papel da comunicação na Luta do Povo de Alagamar, identificando estratégias desenvolvidas e utilizadas pelos agricultores para a luta. Relações com a tese: A luta do povo de Alagamar está inserida na ação pastoral de Dom José; o trabalho com a história oral e a indicação de fontes documentais como os jornais da época: Diário da Borborema, O Momento, O Norte.

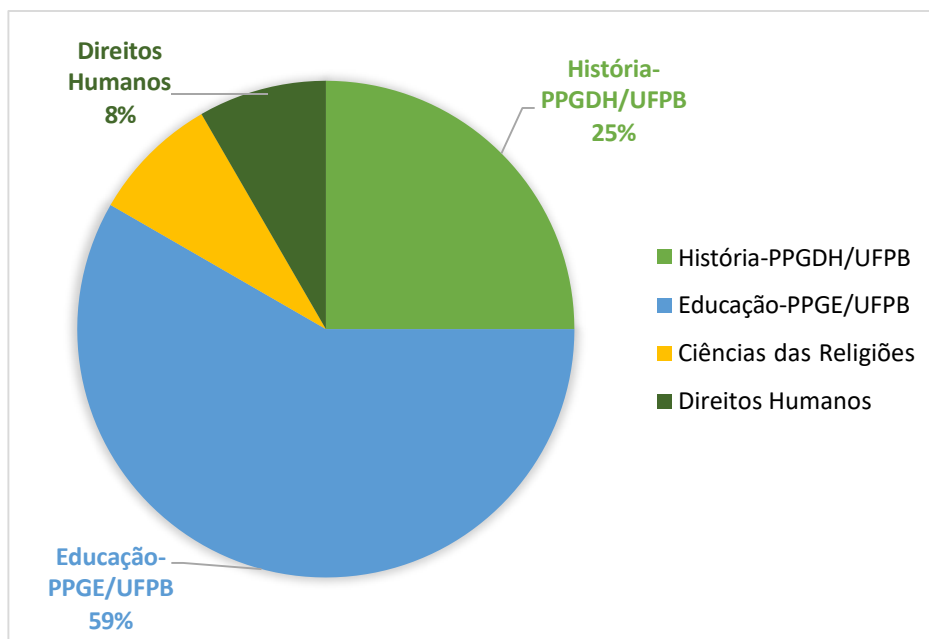


Figura 20: Gráfico 1- Pesquisas de pós-graduação sobre Dom José Maria Pires (UFPB).

Fonte: Próprios autores.

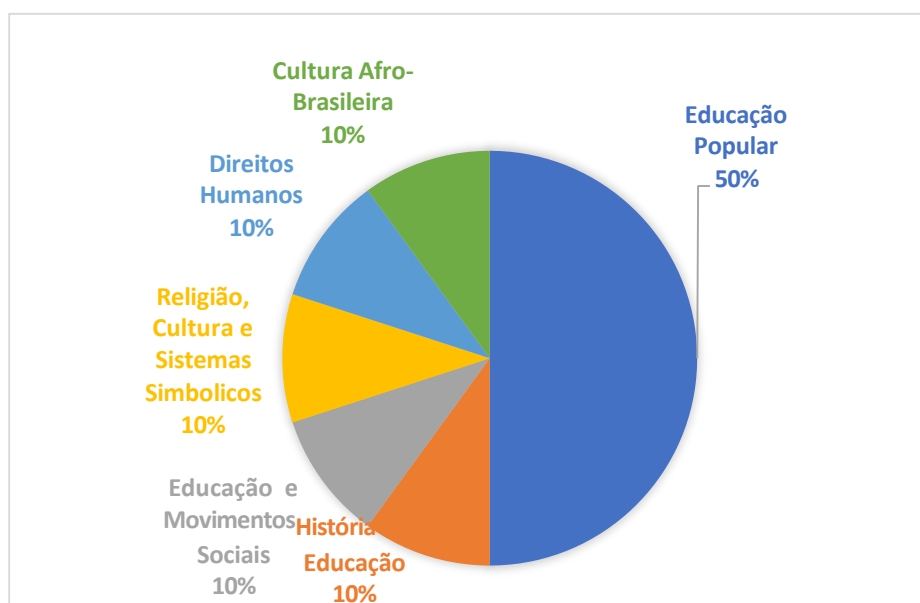


Figura 21: Gráfico 2 - Linhas de pesquisa que fazem referência a Dom José Maria Pires (UFPB).

Fonte: Próprios autores.

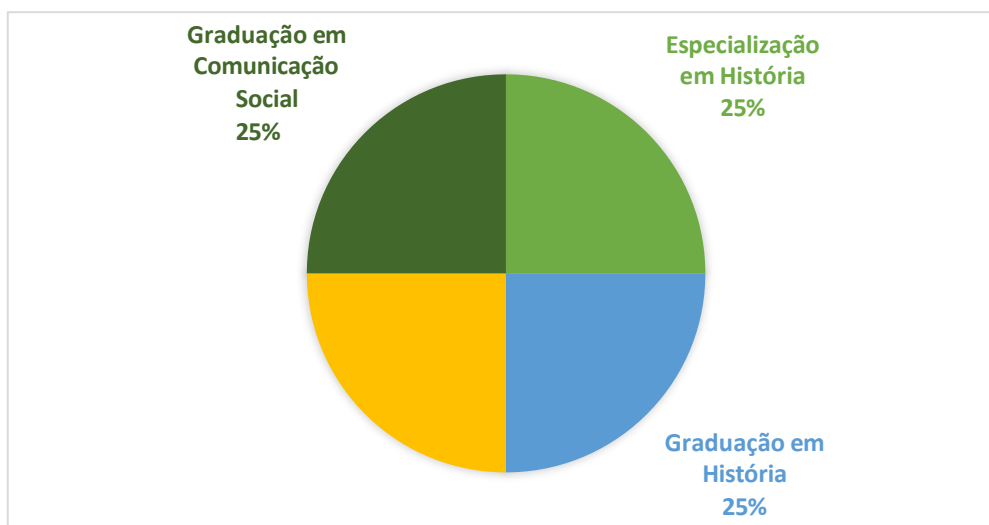


Figura 22: Gráfico 3 - Pesquisas sobre Dom José Maria Pires e/ou sua ação pastoral/educativa (UEPB).

Fonte: Próprios autores.

O gráfico mostra que as pesquisas na UEPB sobre Dom José Maria Pires, ou sua ação pastoral, apresentam-se de forma equilibrada entre as áreas, com um grau mais elevado na área de Comunicação Social.

Quadro 3: Livros escritos por Dom José Maria Pires.

PIRES, Dom José Maria. Do Centro para a Margem . Acauã, 1978.
PIRES, Dom José Maria. A cultura religiosa afro-brasileira e seu impacto na cultura universitária . 1983.
PIRES, Dom José Maria. O grito de milhões de escravos: a cumplicidade do silêncio . Vozes, 1986.
PIRES, Dom José Maria. Meditações diante da Cruz . Paulinas, 2015.
PIRES, Dom José Maria. O sacerdote Imagem de Cristo . Paulinas,

Fonte: Próprios autores.

Quadro 4: Livros escritos sobre Dom José Maria Pires.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. (Org.). Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social . Paulus, 2005.
RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. Dom José Maria Pires: Arcebispo emérito da Paraíba . Ed. Universitária da UFPB, 2013.
PASSOS, Mauro. (Org.). Um profeta em movimento: Dom José Maria Pires desatando nós , Belo Horizonte: O Lutador, 2011.

Fonte: Próprios autores.

Quadro 5: Artigos científicos sobre Dom José Maria Pires.

AUTOR/A	TÍTULO DO TRABALHO	EVENTO
Naiara Ferraz B. Alves	Cultura política e práticas religiosas do arcebispo Da Paraíba Dom José Maria Pires.	ANPU-BRASIL, 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564157897_ARQUIVO_NAIARAFERRAZBANDEIRAALVESTextoCompletoANPUH2019.pdf .
Janaína Gomes da Silva Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes	A igreja católica e a ditadura militar na paraíba: “os anos de chumbo” (1969-1974).	XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, 2016. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3304/2644 . e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB
Mauro Passos – PUC-Minas/ISTA	Um profeta em movimento: jornadas de fé e vida em João Pessoa.	ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206368_d27c8e70dfb59da13e33287604d7c322.pdf
Mauro Passos	Retomando o caminho de Medellín: Dom José Maria Pires: 50 anos de história.	Anais do VI Colóquio Teologia e Pastoral- ANNALESFAJE, V.3, Nº 5, 2018. Disponível em: https://faje.edu.br/periodicos/index .

		php/annales/article/view/4112/4125
Paulo Giovani Antonino Nunes <i>et al.</i>	Igreja católica: Dom José Maria Pires e a assessoria aos movimentos sociais no campo.	Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017. Disponível em: https://cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf

Fonte: Próprios autores.

Quadro 6: Sítios virtuais consultados.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/ .
Plataforma Scielo.
Banco de teses e dissertações da UNICAMP: Não foram encontradas pesquisas sobre Dom José Maria Pires ou que fizessem menção a alguma ação pastoral realizada no período da ditadura.
Banco de teses e dissertações da USP: Não foram encontradas pesquisas sobre Dom José Maria Pires ou que fizessem menção a alguma ação pastoral realizada no período da ditadura.
Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017. Disponível em: https://cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf .
Banco de teses e dissertações da UFPB e da CAPES.

ANEXOS

ANEXO A - CERTIDÃO DE ANUÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

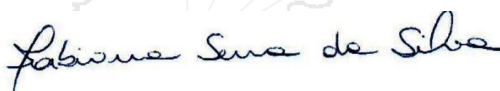


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que foi Aprovado “AD REFERENDUM” do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação, o Projeto de Pesquisa da doutoranda **MARIA DAS GRAÇAS DA CRUZ BARBOSA** matrícula nº 20191014920, intitulado “**DOM JOSÉ MARIA PIRES: UMA HISTÓRIA DEVIDA COM AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE DIREITOS HUMANOS (1965-1995)**”, sob a Orientação da **PROFA. DRA. MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO**, a ser encaminhado ao comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

João Pessoa, 06 de maio de 2021.



**PROFA. DRA. FABIANA SENA DA SILVA
COORDENADORA / PPGE/CE/UFPA**

Universidade Federal da Paraíba – Campus I-Centro de Educação – Bloco
III- Cidade Universitária – João Pessoa – PB - Brasil
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-CEP: 58051-900 -
Telefones: (83) 3216-7702 e (83) 3216 7140 (fax) [http://
www.ce.ufpb.br/ppge](http://www.ce.ufpb.br/ppge) -
E-mail: ppge@ce.ufpb.br

ANEXO B - PARACER CONSUBISTÂNCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTÂNCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DOM JOSÉ MARIA PIRES: UMA HISTÓRIA DE VIDA COM AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE DIREITOS HUMANOS (1965-1995)

Pesquisador: Maria das Graças da Cruz Barbosa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55270222.7.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.253.021

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa de Doutorado, intitulada "DOM JOSÉ MARIA PIRES: UMA HISTÓRIA DE VIDA COM AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE DIREITOS HUMANOS (1965-1995)", que tem por objeto de estudo a história de vida eclesial de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba, durante o período de 1965 a 1995. Inserida no âmbito das pesquisas qualitativas utilizaremos como metodologia o conjunto de procedimentos da história oral temática e da pesquisa biográfica, bem como estudos teóricos que versam sobre biografia, memória e história da educação de forma articulada ao paradigma indiciário e pesquisa documental. Delineado por um processo híbrido de análise das fontes (biográficas, documentais, bibliográficas, iconográficas, dentre outras). Dessa forma, propomos analisar a história de vida eclesial de Dom José Maria Pires no período de 1965 a 1995, reconstituindo a história e memórias das práticas educativas de Direitos Humanos presentes na história de vida deste arcebispo. Para tanto, realizaremos entrevistas semiestruturadas ao público de amostra composto por pessoas que participaram diretamente ou indiretamente das ações pastorais promovidas por Dom José Maria Pires no período em questão, de 1966 a 1995. Palavras- Chave: História de vida.

Práticas educativas. Direitos Humanos. História e memória

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.253.021

Objetivo da Pesquisa:

• Analisar a história de vida eclesial de Dom José Maria Pires, no período de 1965 a 1995, reconstituindo a história e memórias das práticas educativas de Direitos Humanos presente na história de vida desse arcebispo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram bem avaliados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se encontra bem estruturada e em conformidade com as resoluções vigentes do CNS

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de parecer favorável à APROVAÇÃO do referido projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1881312.pdf	19/01/2022 11:49:01		Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	19/01/2022 11:47:11	Maria das Graças da Cruz Barbosa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaDetalhado.pdf	05/01/2022 07:08:38	Maria das Graças da Cruz Barbosa	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.253.021

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/01/2022 07:03:08	Maria das Graças da Cruz Barbosa	Aceito
---	----------	------------------------	----------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 21 de Fevereiro de 2022

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br